UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

ILANNA MARIA IZAIAS DO NASCIMENTO

MEMÓRIAS DAS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA-MA: TRADIÇÃO, MUDANÇAS E RESISTÊNCIA DA CULTURA POPULAR AFRODESCENDENTE

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
JULHO DE 2018

ILANNA MARIA IZAIAS DO NASCIMENTO

MEMÓRIAS DAS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA-MA: TRADIÇÃO, MUDANÇAS E RESISTÊNCIA DA CULTURA POPULAR AFRODESCENDENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discurso e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
JULHO DE 2018

Nascimento, Ilanna Maria Izaias do.

N193m Memórias das Caixeiras do Divino Espírito Santo em Alcântara-MA: tradição, mudanças e resistência da cultura popular afrodescendente. / Ilanna Maria Izaias do Nascimento – Vitória da Conquista, 2018.
117 f.

Orientador: José Alves Dias.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.
Inclui referência F. 91 - 101.

1. Cultura Popular Afrodescendente – Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara/MA. 2. Caixeiras do Divino - Memória. 3. Alcântara – Cidade Maranhense. I. Dias, José Alves. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 306.09

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus de Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Memories of the Caixeiras of Divine Holy Spirit in Alcântara-MA: tradition, changes and resistance of Afro-descendant popular culture.

Palavras-chaves em inglês: Caixeiras of Divine. Afro-descendant popular culture. Divine Holy Spirit Festival in Alcântara-MA. Memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Alves Dias (presidente); Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (titular); Prof. Dr. Benedito Souza Filho (titular).

Data da Defesa: 4 de julho de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

ILANNA MARIA IZAIAS DO NASCIMENTO

MEMÓRIAS DAS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA-MA: TRADIÇÃO, MUDANÇAS E RESISTÊNCIA DA CULTURA POPULAR AFRODESCENDENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 04 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Alves Dias (Presidente)
Instituição: UESB
Ass.:

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos
Instituição: UESB
Ass.:

Prof. Dr. Benedito Souza Filho
Instituição: UFMA
Ass.:

Dedico este trabalho a todos(as) participantes da Festa do Divino
Espírito Santo em Alcântara - MA, principalmente às
Caixeiras do Divino.
Salve o Divino!

AGRADECIMENTOS

À Deus e ao Divino Espírito Santo, que nos momentos de quase renúncia, deram-me coragem e forças para me reerguer e seguir com meu estudo.

À CAPES pela concessão de Bolsa-Pesquisa.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus de Vitória da Conquista.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão pelo incentivo e convênio do MINTER IFMA-UESB.

À Profa. Dra. Maria Aparecida Silva Sousa pela competência, orientações valiosas, direcionamentos e incentivos nos caminhos da pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Alves Dias por aceitar conduzir esse estudo contribuindo para a sua concretização;

Aos professores José Alves Dias e João Diógenes Ferreira dos Santos membros da banca de qualificação, pelos comentários, sugestões e contribuições para a continuação da pesquisa;

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade pela competência e seriedade em conduzir as suas disciplinas possibilitando momentos de aprendizados;

Aos amigos que o IFMA me deu, Suzany Batista e Herliton Rodrigues e que vivenciaram comigo os momentos de alegrias, ansiedades e aprendizagens no decorrer do mestrado;

Aos colegas de turma do MINTER pela amizade, momentos de descontração e discussões valorosas sobre os estudos da memória.

À minha mãe, Ildenê Nascimento, meu exemplo e companheira estando presente e me incentivando em todos os momentos da minha vida;

À minha filha, Ana Isabelle, minha pequena guerreira que me fez acreditar na vida através da sua luta e garra, sendo minha fonte de inspiração para seguir em frente;

Ao Carlos Roberto pelo companheirismo, compreensão, incentivo e por acreditar na realização desta dissertação;

A meu irmão Edvaldo Dutra pela admiração e incentivo;

Às Caixeiras do Divino Espírito Santo do município de Alcântara, no Maranhão, por terem me apresentado a uma tradição negra brasileira encantadora. De modo especial, à Dona Marlene, Dona Irene e à Dona Romana;

A todos os outros participantes da pesquisa pela estima e colaborações valorosas;

À Lílian Paiva, pela amizade e sugestão do tema a ser pesquisado;

À Luciana Sousa, irmã de coração e comadre que sempre esteve presente em vários momentos na minha vida;

À Celeste Ferreira, pelas palavras de fé e incentivo durante a produção deste escrito;

À Erivaldo Freire, pelo apoio encorajador desde o processo de seleção deste estudo quando ainda estava em forma de projeto e pela normalização do trabalho final;

À Ernestina Bouéres, com sua simpatia que encanta a todos, pelas valiosas informações sobre a festa do Divino.

A todos, minha gratidão!

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender a importância das memórias das Caixeiras como mecanismo de preservação da cultura popular afrodescendente na festa do Divino Espírito Santo de Alcântara-MA. A comemoração é marcada, entre outros aspectos, pela forte presença de mulheres idosas negras, descendentes de africanos escravizados, em uma festividade sagrada e profana cujo luxo e ostentação da nobreza constituem suas principais características. A partir da pesquisa foi possível compreender a existência de vários elementos simbólicos no decorrer da festa que possibilitam refletir sobre o lugar dos personagens no cortejo e a trajetória de seus participantes. A ênfase aqui é dada na importância e significado do rito como espaço de preservação e de manutenção de uma cultura popular, em especial, sobre a presença secular das Caixeiras nessa comemoração. Trata-se de um estudo de caso cujo método de abordagem foi de cunho qualitativo e como procedimentos metodológicos, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema para fundamentação teórica, fez-se uso de depoimentos e pesquisa em outras fontes documentais como jornais, fotografias, documentários, entre outros vestígios históricos, permitindo assim uma compreensão mais ampla do estudo proposto. Utilizou-se como um dos fundamentos metodológicos a análise sobre as memórias das caixeiras, ancoradas na memória coletiva dos seus grupos familiares, assim como nas memórias de outras personagens importantes para a realização da festa.

Palavras-chave: Caixeiras do Divino. Cultura popular afrodescendente. Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara-MA. Memória.

ABSTRACT

The present study aims to understand the importance of the memories of the Caixeiras as a mechanism for preserving Afro-descendant popular culture in the Divine Holy Spirit Festival of Alcântara-Ma. The celebration is marked, among other things, by the strong presence of black elderly women, descendants of enslaved Africans, in a sacred and profane festivity whose luxury and ostentation of the nobility are their main characteristics. From the research it was possible to understand the existence of several symbolic elements during the party that allow to reflect on the place of the characters in the procession and the trajectory of its participants. The emphasis here is on the importance and meaning of the rite as a space for the preservation and maintenance of a popular culture, especially on the secular presence of the Caixeiras in this celebration. It is a case study whose approach method was qualitative and as methodological procedures, in addition to the bibliographic research on the subject for theoretical foundation, statements and research were used in other documentary sources such as newspapers, photographs, documentaries, among other historical vestiges, thus allowing a broader understanding of the proposed study. It was used as one of the methodological foundations the analysis on the memories of the boxes, anchored in the collective memory of their family groups, as well as in the memories of other personages important for the celebration of the party.

Keywords: Caixeiras of Divine. Afro-descendant popular culture. Divine Holy Spirit Festival in Alcântara-MA. Memory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Descrição de elementos da Festa do Divino..... 56

Quadro 2 População escrava da província do Maranhão em relação ao trabalho urbano/rural – 1882..... 71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização do município de Alcântara..... 21

Figura 2 Roteiro percorrido pela Festa do Divino Espírito Santo..... 32

LISTA DE FOTOS

Foto 01 Ruínas da igreja de São Matias..... 28
Foto 02 Pelourinho..... 28
Foto 03 Igreja Nossa Senhora do Carmo..... 28
Foto 04 Centro de Lançamento de Alcântara..... 29
Foto 05 Cartaz da Festa do Divino Espírito Santo ano 2017..... 43
Foto 06 Imperador da Festa do Divino Espírito Santo 2017 e seus Vassalos no Trono.. 43
Foto 07 Altar do Divino da Mordoma-Régia 2018..... 47
Foto 08 Devota fazendo reverência ao Divino..... 49
Foto 09 Mordomo-Régio esmolando nas ruas..... 51
Foto 10 Mordomo-Régio visitando as casas em busca de doações..... 51
Foto 11 Busca do Mastro na mata..... 52
Foto 12 Carregamento do Mastro..... 52
Foto 13 Cortejo do Mastro..... 52
Foto 14 Levantamento do Mastro..... 52
Foto 15 Alvorada das Caixeiras..... 53
Foto 16 Coroação do Imperador..... 54
Foto 17 Soltura da pomba branca..... 54
Foto 18 Procissão da Santa C'roa..... 55
Foto 19 Casa do Divino..... 66
Foto 20 Caixeiras do Divino..... 78
Foto 21 Caixeiras do Divino tocando na Igreja na missa de Celebração de Petencostes..... 85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 14

2 ALCÂNTARA: HISTÓRIA DE UMA CIDADE MARANHENSE..... 21

3 A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: DE PORTUGAL PARA ALCÂNTARA-MA..... 31

3.1 A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA-MA: TRADIÇÃO E MUDANÇAS..... 36

3.1.1 Roteiro e insígnias da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara-MA..... 50

3.1.2 Memória, mudanças e resistência de um ato festivo em Alcântara-MA..... 57

4 MULHERES DO DIVINO E SUAS MEMÓRIAS..... 68

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 88

REFERÊNCIAS..... 91

APÊNDICES..... 102

ANEXOS..... 112

1 INTRODUÇÃO

O culto ao Divino Espírito Santo de Deus é um ritual do catolicismo popular que se mantém no calendário cristão oficial através da celebração de Pentecostes[1]. De origem portuguesa, está localizado entre as dramatizações populares do Brasil, compreendido como um espaço religioso no qual se encontram práticas de diferentes origens e variados significados atribuídos por seus devotos. Atualmente pode ser encontrado em várias regiões do país, compreendendo os diferentes Estados brasileiros (Amapá, Rondônia, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul)[2], onde "adquiriram incessantemente novos significados e sentidos" (LEAL, 2017, p. 59) oportunizando o surgimento de suas especificidades ritualísticas.

No Maranhão esse culto é celebrado em todo o Estado e adquire uma particularidade, pois é conduzido por mulheres que cantam e tocam tambores, as caixas. Daí seu nome: Caixeiras do Divino, as quais cantam e tocam seus instrumentos num ato de fé e de devoção, renovando as suas promessas, pois nesse Estado tocar caixa para o Divino é uma realidade fortemente associado às mulheres, tornando-se uma prática socialmente aceita e difundida por todos.

A festa destaca-se dentre as outras celebrações religiosas como a que tem uma maior duração e um número significativo de participantes envolvidos diretamente e indiretamente em todo o processo. Isso representa um riquíssimo patrimônio cultural que até hoje foi pouco documentado e divulgado fora de seu próprio universo.

Em Alcântara, cidade histórica tombada como Patrimônio Nacional recebendo o título de Cidade Histórica e Monumento Nacional e pertencente à região Metropolitana da capital do Estado do Maranhão, é considerada uma celebração popular e de caráter religioso, marcada por muita dedicação dos que participam diretamente, expressando um ato de grande sacrifício em forma de trabalho e entrega. Na maioria das vezes a celebração relaciona-se ao alcance de alguma graça, ao cumprimento de alguma promessa, cura de doenças ou outros males, e devoção ao Espírito Santo, fazendo com que seus participantes se doem espiritualmente em forma de gratidão ao Divino Espírito Santo.

---

1 Celebração que está contida no calendário cristão e acontece sempre cinquenta dias após a Páscoa, no domingo de Pentecostes, a qual comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus e sobre Maria, sua mãe.
2 Localidades brasileiras onde se realizam a festa do Divino de acordo com o portal das Festas do Divino Espírito Santo < http://www.portaldodivino.com/index_2013.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

De acordo com a historiografia, a região do Maranhão foi marcada pela presença da imigração portuguesa no período colonial, destacando a população dos Açores. (LIMA, 1998). Também foram trazidos indivíduos originários do continente africano, das regiões que compreendem a Guiné e Angola (MEIRELES, 2015), os quais a partir de suas experiências diferenciadas e interpretações acabaram por influenciar os preceitos católicos recebidos, incorporando-os e revitalizando-os na forma de celebrar a entidade católica relacionada à Santíssima Trindade e assim oportunizando.

> a construção de espaços de autonomia religiosa e social dos imigrantes, espaços que com o tempo se transformaram em mecanismos importantes para contrariar a sua posição subalterna e negociar os termos da sua inserção nas sociedades e nas culturas da terra de acolhimento (LEAL, 2017, p. 58).

Ao abordar manifestações de caráter popular presentes na cultura e revelando que esta "é a consciência coletiva que vincula os indivíduos uns aos outros" (ORTIZ, 2013, p. 612), as quais são visivelmente representadas nas crenças, festas e hábitos fazendo-se constituintes do patrimônio cultural brasileiro, deve-se levar em consideração e enfatizar que todo espaço possui uma significação de existência que o torna singular, definidor de uma identidade. De acordo com Carvalho (2007, p. 64):

> as manifestações culturais estão no centro do espaço ocupado hoje pelos estudos folkcomunicacionais. A partir deste diagnóstico inicial, as mesmas podem ser entendidas como formas de expressão da cultura de um povo, constituindo movimento de determinada cultura, em época e lugar específicos.

Tecida pelos alcantarenses como patrimônio vivo e dinâmico, a Festa do Divino está em constante diálogo com o rico conjunto arquitetônico da cidade e seu patrimônio histórico, dando-lhe vivacidade e constituindo fortes sentidos de identidade com este lugar de memória. Realizada há séculos em Alcântara, ao preservar símbolos e significados do período Imperial através de toda a sua pompa, revivendo seu período áureo e a manutenção de uma hierarquia social, a Festa do Divino guarda também testemunhos da história e da memória, contribuindo, dessa forma, para formar o elo cultural da identidade brasileira. Assim:

> O patrimônio cultural requer cuidados e preservação a fim de que, como depositários de saberes e fazeres, de expressões reveladoras da memória que aponta para identidades, que no caso do Brasil são muitas, não se percam no tempo-espaço, mas sejam reconfigurados através dele (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p. 10).

Por ser determinada como uma festa possuidora de herança miscigenada de cultura e tradições originária de matrizes portuguesas e africanas há a presença de um sincretismo[3] responsável por promover a "articulação da devoção simultânea do Divino e de outras entidades espirituais" (LEAL, 2014, p. 356), às quais são referentes aos santos católicos ou entidades espirituais afro-brasileiras conhecidas como voduns, cablocos. Estas são presentes nos cultos ao Divino realizados na capital maranhense e outras cidades do interior do Estado, enquanto que em Alcântara, apesar da evidência de afrodescendentes, não há essa articulação e sim a inclusão de santos católicos na celebração do Divino. Dentre essa população originária de raízes africanas, destacam-se as Caixeiras do Divino que possuem a presença marcante e determinante no rito festivo desde, pelo menos, os primeiros registros que se tem sobre a festa no século XIX. Assim, o objetivo principal dessa pesquisa é compreender, por meio do estudo da festa do Divino Espírito Santo, a importância das memórias das Caixeiras como mecanismo de preservação da cultura popular afrodescendente em Alcântara-Ma por meio da presença de mulheres negras, possivelmente descendentes de escravos, em uma festividade sagrada e profana cujo luxo e ostentação da nobreza constituem características marcantes. Dessa forma, a investigação propõe uma reflexão sobre os espaços de sociabilidade na festa, a forma como é marcada as memórias que sustentam essa celebração e a presença dessas mulheres e das suas resistências por meio de suas memórias e compartilhamento de saberes e fazeres. Para isso, foi realizado um estudo acerca das origens da festividade, bem como suas mudanças e novos significados com foco no olhar das caixeiras e de outros participantes e organizadores da festividade.

Para tanto, importa dizer que a escolha dessa pesquisa se deu a partir do contato com a cidade de Alcântara, com o meu ingresso como docente da área de Letras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Alcântara, e com o conhecimento sobre a dinâmica das festas religiosas que acontecem na cidade. Dentre essas festas, a que tem maior destaque é a Festa do Divino Espírito Santo, a qual tive meu primeiro contato no ano de 2012, quando percebi o emaranhado de significados existentes nessa celebração que mescla a participação de diferentes grupos sociais. Mais especificamente, um grupo restrito de mulheres me chamou a atenção, devido a sua dedicação, com características peculiares, no que diz respeito à participação em todos os momentos do ritual de celebração do Espírito Santo. Percepção esta que aflorou novamente com a oportunidade de participar da seleção do

3 A respeito do conceito de sincretismo está relacionado "a modo de produção da cultura que fazem intervir sistemas culturais separados por uma distância significativa" (LEAL, 2014, p. 356)

mestrado interinstitucional em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em parceria com o Instituto Federal do Maranhão, no qual possibilitou uma base teórica fundamentada para o entendimento de comportamentos sociais e possíveis mudanças por meio de suas memórias.

Dessa forma, podemos levar em consideração que na produção de crenças e práticas religiosas estão os modos de representação e compreensão individual e em grupo que são sustentadas pela memória, que é revivida nos lugares, nos discursos e nas práticas. Conforme Le Goff (2013, p. 435), "a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje". Assim, a memória torna-se de fundamental importância devido a sua capacidade de agir sobre o presente e contribuir para a afirmação da identidade de um povo.

Para Moraes (2015, p. 11):

> A memória é um conteúdo, estratégia ou discurso instituído e instituinte da realidade e dos sentidos que se pretende atribuir a uma realidade ou às relações societárias. O portador da memória influencia saberes e domínios de técnicas capazes de produzir uma verdade ou revelação, concentra em sua pessoa e saber diferentes poderes, influencia na imposição de normas, reconhece desejos e subjetividades, etc.

Contudo, a memória reescreve e produz discursos sobre o espaço e o tempo a partir de motivações que não são compromissadas com o mundo real ou da História, embora esteja neles contextualizados ou referidos. Ela e seu registro discursivo possibilitam a compreensão do encontro de múltiplas formas de sociabilidade e de produção de sentidos, pois "é só pelos olhos da memória que é possível ver, mesmo na ausência, material do traço ou resto do passado, a presença daquilo que já foi" (PESAVENTO, 2002, p. 27).

A partir das festas tradicionais que se pode perceber o encontro da memória individual e da memória coletiva, havendo uma relação intrínseca entre ambas. Segundo Maurice Halbwachs (2006), a memória individual e a memória coletiva se alimentam e guardam informações importantes para os sujeitos garantindo a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros, pois a memória sempre tem um fundo social.

Na evocação do passado, a memória de alguns indivíduos frequentemente apela para a lembrança dos outros, recorrendo a acontecimentos vividos indiretamente e ampliando-se através do contato com novas informações. No entanto, a evocação das tradições retém somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo, que mantém a lembrança de acontecimentos que só a eles interessam. Neste sentido, as observações

formuladas por Michel Pollack (1989) é de fundamental importância, pois considerando que aponta para a memória como um fenômeno em permanente construção e como tal possibilita rememorar, mas também o silenciamento, seja do indivíduo, seja do grupo social, conscientemente ou não, a depender das circunstâncias históricas que promovem uma memória projetada da classe dominante em detrimento das classes dominadas, resultando assim uma memória tida como comum a todos os envolvidos.

Para desvendar o processo de memória desse grupo restrito de mulheres – as Caixeiras -, procuramos abordar a importância social que estas conquistaram através de seus saberes festivos religiosos e que se constituiu como espaço de afirmação da cultura ancestral e de desenvolvimento criativo idôneo em reunir outras gerações e sensibilizá-las a vivenciar este rito de devoção.

Como primeiro procedimento, utilizamos a pesquisa bibliográfica, sendo o momento inicial da pesquisa no qual foram consultados os estudos referentes à temática da Festa do Divino no Maranhão, os quais datam a partir da segunda metade do século XX (LEAL, 2017), sobressaindo-se os estudos de Marise Barbosa (2006 e 2009) que mostram o registro sobre as Caixeiras do Divino do Estado do Maranhão e da cidade de Alcântara-Ma, salientando as músicas criadas e cantadas por elas com o objetivo de fazer reverências ao Espírito Santo, os quais foram fundamentais para o aprofundamento do referencial teórico desta pesquisa.

Em linhas gerais, os aspectos metodológicos da pesquisa foram de caráter qualitativo/descritivo, baseados nos autores Chizzotti (2006), Appolinário (2011), pois visaram delinear as características de determinada população ou fenômeno, envolvendo uso de técnicas de coleta de dados como observação e entrevistas. Estas se deram ao longo da observação da realização da Festa do Divino realizadas nos anos de 2017 e 2018 e serviram de alicerce para a percepção da memória dos envolvidos na pesquisa, pois segundo Reis e Schucman (2010, p. 390), “não se pode negar a importância da memória oral, pois é na narrativa de fatos vividos pelo recordador, podemos reencontrar o ponto de interseção entre a História e a vida de seus protagonistas”. Ainda nesse campo, seguimos a definição de Amado e Ferreira (2006, p. XVI) quando esclarecem sobre a história oral:

> Estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre o seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática.

Uma vez que as fontes escritas sobre o tema são quase inexistentes, buscamos nas entrevistas semiestruturadas realizadas com as Caixeiras – cujo grupo atualmente constitui-se de cinco mulheres –, e com os outros participantes da festa, destacando o organizador, mestres-salas e festeiros nas pessoas do imperador, mordomos-régios e mordomos-baixos e o pároco da Igreja Católica da cidade de Alcântara. Por meio desses depoimentos, visamos aprofundar o nosso estudo na tentativa de reconstrução da história da celebração do Divino como suporte para o entendimento sobre as origens do rito, mudanças, influências, bem como a participação das mulheres na festa e a sua importância para a preservação de uma identidade cultural na cidade de Alcântara.

Todavia, a pesquisa identificou importantes registros da festa em outros suportes documentais escritos, a exemplo de jornais do século XIX e XX, fotografias, documentos da Câmara e do Governo Estadual, de modo a ampliar as evidências sobre a importância e as possíveis alterações ocorridas no ritual festivo ao longo do tempo. Muitos destes documentos foram encontrados no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), na Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, Museu Casa do Divino e os periódicos disponíveis na base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Buscou-se também perceber a manifestação cultural popular sem, contudo, perder de vista as interconexões com outras dimensões do processo histórico tais como o econômico e o social de modo a possibilitar uma análise mais abrangente e aprofundada sobre o objeto proposto.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo trata de uma contextualização histórica da cidade de Alcântara para compreendermos sobre a sua formação, as influências recebidas e a dinâmica da sociedade local.

No segundo capítulo é apresentado o percurso da festa do Divino desde a sua origem portuguesa até as terras maranhenses, precisamente na cidade de Alcântara, atentando para as conexões estabelecidas entre essa festividade divinesca. Em seguida, apresentamos a festa do Divino em Alcântara com o propósito de mostrar seu caráter único através da presença da inserção do papel do negro e as representações sociais demarcadas por ela, visto a constante rememoração do período monárquico brasileiro. Destacamos também, a apresentação do roteiro, uma forma de script da festa, a fim de detalhá-lo e traçar as possíveis representações e simbologias múltiplas desses elementos constituintes.

No terceiro capítulo, centramos nas práticas-festivas realizadas antes, durante e depois da celebração do Divino, com a intenção no registro das memórias das Caixeiras para poder compreender como se deu a participação delas, como eram vistas, doravante sob diferentes óticas e as possíveis mudanças de significados.

Portanto, fazer o registro por meio da história e das memórias das Caixeiras da Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Alcântara - Ma, tem como intuito maior valorizar as “referências culturais” dessa festa, especialmente a participação de mulheres. Em sua maioria negras, como expressão da presença de descendência africana em terras maranhenses com ênfase nas formas de resistência por meio da herança cultural do ritual religioso no decorrer dos tempos. Além disso, pretendeu-se compreender os significados, contradições e conflitos de uma comemoração que, a despeito das alterações, guarda muito da tradição, história e cultura da população local.

2. ALCÂNTARA: HISTÓRIA DE UMA CIDADE MARANHENSE

Geograficamente o município de Alcântara está situado na parte norte do Estado do Maranhão, precisamente no seu litoral ocidental, com território que se estende entre as baías de Cumã e São Marcos. Esta cidade, conforme dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), possui área territorial de 1.457,916 Km^2 e totais populacionais de 21.851 habitantes, tendo limites municipais com Bequimão, Guimarães, Oceano Atlântico e a Baía de São Marcos. Encontra-se a aproximadamente 22 km de São Luís, capital do Estado.

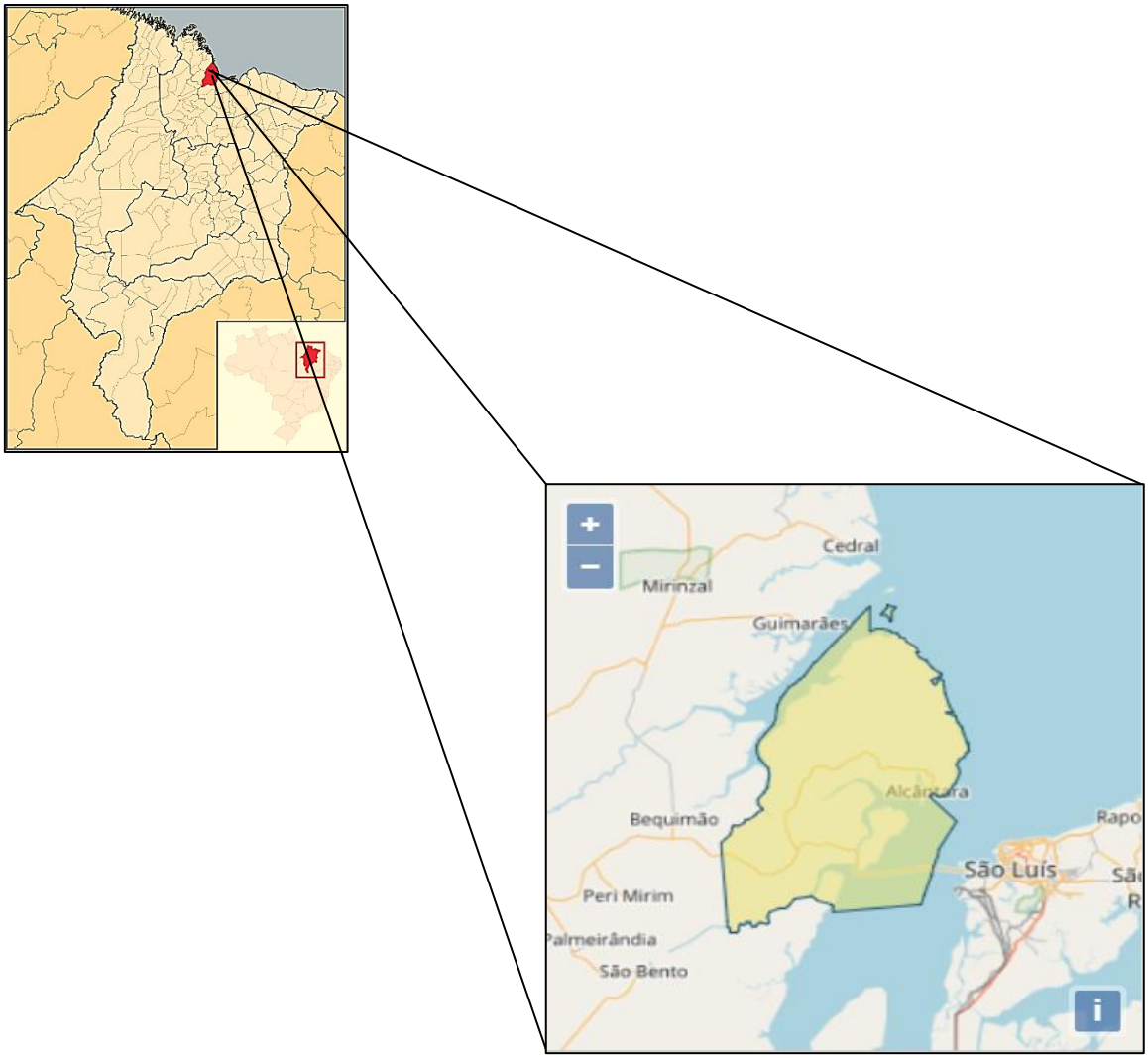


Figura 1 - Localização do Município de Alcântara
Fonte: IBGE (2010)

A região que compreende a cidade de Alcântara teve em sua origem habitada por índios tupinambás chamados de tapuias (cabelos compridos), dando origem, no século XVII,

conforme Marques (1870), a uma aldeia indígena chamada de Tapuitapera ou aldeia das américas, “a qual fazia parte de um grupo de vinte aldeias do continente, sendo a aldeia mais notável e seu nome estendia-se as terras circunvizinhas” (LOPES, 2002, p. 29). Ela foi, primeiramente, colonizada pelos franceses, assim como o restante das terras maranhenses que a partir da expedição do francês Daniel de La Touche, senhor de La Lavadière em 1612 pretendeu promover a colonização no norte do Brasil através da França Equinocial. No dia 08 de setembro de 1612, os frades capuchinhos celebraram a primeira missa na ilha de São Luís, dando o início à construção do *Fort Saint Louis* que atualmente abriga a sede do governo estadual em São Luís, capital do Estado do Maranhão. Em 1615, segundo a historiografia, aconteceu a expulsão dos franceses dessas terras conquistadas, “sendo comandada por Jerônimo de Albuquerque Maranhão numa ação militar realizada por soldados luso-pernambucanos, e com extensa ajuda indígena”. (CARDOSO, 2011, p. 326)

Na época da colonização do Brasil, a partir do interesse da Coroa Portuguesa em disseminar seu poder real e expandi-lo por todo o território, houve a necessidade da criação de novas unidades administrativas, fazendo com que as terras luso-americanas fossem divididas em capitanias hereditárias, as quais tinham o objetivo de administrá-las, colonizando-as e protegendo-as contra possíveis invasões estrangeiras consideradas inimigas e ameaçadoras. Assim, conforme Oliveira (2011, p. 01) “a existência de capitanias com donatários correspondia a uma divisão gerencial e administrativa que traduziam diferentes formas de poder para conduzir a ocupação da Terra e, portanto, da formação do território português na América portuguesa”.

Com a Carta Régia de 13 de junho de 1621, o Estado do Maranhão compreendia as Capitanias do Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro. Este hoje denominado Estado do Amazonas. Devido a extensa área geográfica do Maranhão foi necessário a sua demarcação territorial sucessivas vezes para possibilitar o controle e interesses dos colonizadores, havendo a necessidade de sua divisão em capitanias subsidiárias, hereditárias e de donatários. Assim:

> A capitania geral do Maranhão era cabeça do Estado e compreendia, em seu distrito, as capitanias subsidiárias do Ceará, do Itapecuru, do Icatu, do Mearim, todas quatro da Coroa, e mais as de Tapuitapera, de Caeté e de Vigia, estas três de donatários e hereditárias. (MEIRELES, 2015, p. 95)

Dentre essas capitanias, destacava-se a capitania de Cumã, também chamada de Tapuitapera, a qual foi doada em 1627 a Antônio Coelho de Carvalho pelo seu irmão Francisco Coelho de Carvalho, primeiro governador do Maranhão. Com o novo donatário houve a influência dos costumes portugueses, a partir da introdução desses colonos nessa

região, os quais foram responsáveis pela implantação de lavouras, das práticas políticas e espirituais através da presença de ordens religiosas responsáveis por fundar conventos e assim catequisar os índios (LOPES, 2002).

Esta capitania tinha Tapuitapera como a sua sede por um período de mais de um século e compreendia uma área que abrangia uma extensão territorial rica, segundo Soares (2006, p. 22):

> [...] abrangia todas as terras situadas no polígono formado pelo Oceano Atlântico, desde a foz do rio Turiaçú até a baía de São Marcos, pela margem esquerda dos rios Mearim e Pindaré e, no sul, sem definição de limites. Pode-se presumir que faziam parte dessa Capitania quase todos os municípios da Baixada[4].

O sucesso da capitania de Cumã, precisamente o seu centro administrativo Tapuitapera, deu-se a partir da exploração agrícola para exportação da cana-de-açúcar e o algodão, bem como outros produtos alimentícios, destacando-se o arroz e a mandioca. Assim, com todo destaque dessa produção e tendo uma vista e localização privilegiada da baía de São Marcos e das redondezas, a localidade tornou-se, no período colonial, importante rota de escoamento entre as sedes São Luís e Belém, realizadas por vias fluviais e marítimas. Devido a isso, teve também um importante papel para os portugueses na expulsão dos holandeses em São Luís.

Em 1648 foi elevada à condição de Vila com cerca de oito mil habitantes, a qual foi nomeada de Vila de Santo Antônio de Alcântara, mudando sua denominação de cunho indígena devido ao seu donatário querer homenagear uma das aldeias da sua pátria e assim fortalecer o domínio português. Fato que não ocorreu somente nesta localidade, mas em muitas outras províncias existentes no Brasil naquela época. (MARQUES, 1870). A partir de então, houve melhorias na infraestrutura da vila, foram construídos, na parte baixa, o pelourinho, a Câmara e a igreja; na parte alta foram construídas a casa dos senhores e as igrejas mais importantes. Sua localização estratégica favoreceu um grande desenvolvimento econômico com destaque nas produções de arroz, algodão, açúcar e na criação de gado, exportados para o mercado europeu, no século XVII, tendo como base para o sustento dessas atividades econômicas a mão de obra de africanos trazidos para a região e escravizados para tal fim. Curiosamente esta informação não consta nas referências consideradas principais que

4 Municípios da Baixada Maranhense compreende cerca de vinte municípios. Estão localizados na região oeste e sudeste da capital do estado do Maranhão, pertencente a uma região formada por grandes planícies baixas que alagam na estação das chuvas, criando enormes lagoas entre os meses de janeiro e junho (MENDES; SILVA; GALVÃO; SILVA JUNIOR, 2015).

tratam da história da cidade de Alcântara, que se preocupam em destacar o período áureo, uma fase brilhante da vida econômica do Maranhão[5]. Alguns estudiosos demonstram a influência desse crescimento no cotidiano da população, que teria adotado as tendências de moda, costumes e produtos europeus. Desse modo, "em Alcântara encontrava-se a elite da nobreza rural da província" (MEIRELES, 2015, p. 310).

A economia produzida na vila de Alcântara era levada de barco para a capital, São Luís, local onde se concentrava o comércio e os serviços naquela época. Em 1682 houve a fundação da Companhia de Comércio do Maranhão, a qual possibilitou na região a estruturação das fazendas de gado e produtoras de arroz, açúcar e algodão, mas, somente quase um século depois aconteceu a criação de outra companhia. Esta tinha o intuito de suprir a mão de obra indígena devido a extinção de sua escravização através da tentativa de resolver o problema com o comércio de importação no país de pessoas vindas da África na condição de escravos, pois "para os proprietários a escravidão era a melhor solução para o problema americano de mão-de-obra". (MAESTRI, 1994, p. 15).

Com a crescente expansão da exportação dos produtos agrícolas produzidos nessa época, fez-se necessário a ocupação de novas terras bem como a busca por mais mão de obra que pudesse suprir essa necessidade que o mercado exigia. Dessa forma, os donos de terras contaram com o apoio do Marquês de Pombal[6] através de financiamentos de capital e a promoção para as importações abundantes de africanos a serem escravizados, destacando-se que "o número de escravos africanos importados, que não ultrapassava 3 mil até 1755, aumentou para cerca de 12 mil entre 1755 e 1777; para 35 mil entre 1778 e 1800, e cresceu para pelo menos 48 mil entre 1801 e 1820". (ASSUNÇÃO, 1999, p. 32). Dentre esses indivíduos que foram trazidos para o Maranhão, principalmente para a região da Capitania de Cumã, boa parte era natural da Alta-Guiné devido a esta região africana ser "reconhecida por sua ciência na produção do arroz" (BARROSO JÚNIOR, 2013, p. 02) e esse fator foi preponderante, pois esses africanos tornaram-se a principal mão de obra no cultivo do arroz, além da cana-de açúcar e do algodão, produtos que geraram riquezas para os latifundiários

5 Muitos autores, inclusive Jerônimos de Viveiros, consideram a fase de grande exportação de produtos agrícolas para o mercado europeu no século XVII como o período próspero para a cidade de Alcântara que possibilitou o crescimento econômico da localidade e concentração de riquezas nos grandes proprietários de terras (CAIRES, 2012).

6 Marquês de Pombal foi responsável pela criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a qual abrangia uma área que compreendia as regiões do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e São José do Rio Negro e com o objetivo de promover o desenvolvimento dessas regiões proporcionou estratégias para garantir tal fato como incentivar as migrações de portugueses e a intensificação do tráfico negreiro (SANTOS; REBOCHO, 2014).

dessa localidade, destacando-a como uma dos maiores centros exportadores para o mercado europeu.

Tempos depois, em 05 de julho de 1836, Alcântara foi elevada à categoria de cidade e devido ao progresso que teve em vários setores, tornou-se o maior centro produtor da província, gerando grandes fortunas nas principais famílias locais que detinham toda essa produção, a qual tinha como contribuição para esse fator o elevado número de africanos escravizados, contendo na segunda metade do século XIX, de acordo com Meireles, (2015, p. 328):

> Em mais de 100 chegaram a se contar as dilatadas fazendas de algodão em que trabalhavam perto de dez mil escravos negros, e que deram base financeira à construção de tradicionais famílias alcantarenses, de que muitas se afidalgaram com mercê de títulos nobiliárquicos. A antiga vila velha dos Tapuias, a Tapuitapera de tantas tradições em nossa história regional, engalanou-se com os sobradões de azulejos e mirante, solares de seus barões e cavaleiros fidalgos, e denominou politicamente a província.

No final do século XIX, aconteceu uma crise nesse sistema agroexportador, que segundo os "autores clássicos"[7] ocasionou um período de decadência econômica e social da aristocracia rural de Alcântara, a qual "criou condições objetivas para a emergência de uma economia camponesa. A expansão dessa economia de base familiar foi interpretada como 'decadência' e 'regressão' pelos comentadores regionais, já que invertia a tendência expansionista dominante" (ALMEIDA, 2006, p. 61).

Esse período foi regido pela inércia econômica e o acesso à localidade tornou-se difícil e seu isolamento inevitável, tendo em vista que não mais correspondia e nem podia suprir mais aos interesses imperiais. Dentre estes, podem ser destacados alguns elementos que propiciaram esse fato. De acordo Lima (1998, p. 90):

> A decadência começou com a queda dos preços do algodão nos mercados internacionais, a desorganização da economia decorrente das vultosas dívidas com grandes investimentos em escravos, nos bons tempos passados, agora essa mão-de-obra vendida às minerações do sul, a abolição da escravatura, tudo concorrendo para a evasão dos latifundiários, dedicados a outros assuntos, e a omissão do poder político para conjurar a crise.

A partir desse período, muitos foram os relatos dessa "decadência"[8] que baseados numa visão nostálgica de autores considerados memorialistas e literatos, os quais

---

7. Foram considerados de "autores clássicos", os estudiosos Jerônimo de Viveiros, Antônio Lopes e Carlos de Lima, pois são estes que têm suas obras como principais referências a respeito da história da cidade de Alcântara - MA.

8 Muitos autores rotulam tal crise como *decadência*, entendida como processo que partiu de uma situação ideal e culminou em um panorama desolador (CAIRES, 2012, p. 151).

“institucionalizam esse discurso em suas produções” (SILVA, 2013b, p. 31) e classificavam-na como uma época não bem-sucedida e próspera, a qual remetia somente a uma das classes da população, a aristocracia rural, sem considerar outras classes menos favorecidas e que, de fato, eram a base para o sucesso daquela através da exploração de sua mão de obra.

Tal argumento é frequentemente encontrado nas produções desses autores “intitulados ‘notáveis’ da literatura maranhense” (SILVA, 2013b) e que se tornaram referência e destaque em documentos e pronunciamentos oficiais, visto que são utilizados como fontes que abordam a respeito da história da cidade de Alcântara.

Como exemplo desse discurso, destacam-se os seguintes, conforme pode-se observar:

> Nessas praças e ruas transitaram governadores e capitães-generais do Estado, capitães-mores de Cumã, Maranhão, Pará, Cametá e Caeté, ouvidores, comissários, provinciais, provisores, ou residentes de três grandes ordens religiosas, capitães ou almirantes de França, Portugal, Espanha e Holanda, senadores, barões e viscondes ou chefes de partidos da Província no tempo do império, sábios, poetas. Os denegridos muros das casas apalaçadas são hoje espectros a lembrarem a quem os contempla um fausto para sempre perdido e guardam inviolados segredos de altas e baixas intrigas políticas e o mistério de tenebrosos dramas de famílias (LOPES, 2002, p. 23).

> Ah, se Alcântara voltasse aos bons tempos, com as sinhazinhas de carruagem, os pretos de luvas nos dias de festa, os músicos que vinham de fora tocar nos bailes do finado Hermenegildo. Mas sem branco dono de preto, ah isso não. O tempo do chicote já passou. E do Imperador também – acrescentou Natalino. Tudo mudou. E ainda vai mudar muito. Há muita coisa no mundo que precisa mudar. O que vem aí não é só um ano novo – é também um novo século. Outros cem anos. E de muita mudança (MONTELLO, 1984, p. 31).

Contrastando com a opulência reverenciada no passado, em meados da segunda metade do século XIX, a cidade ficou isolada devido ao difícil acesso e a perda dos seus atrativos, pois já não fazia parte dos principais centros produtores agrícolas para exportação, resultando na estagnação socioeconômica da região. Em razão desse declínio econômico, teria ocorrido uma evasão por parte de muitos latifundiários, abandonando as suas fazendas, as quais foram ocupadas por ex-escravos dando origem a muitos povoados ainda existentes na região. Esses povoados, formados no período colonial, deram origem atualmente ao território dos quilombos, caracterizados como “agrupamentos de negros que viviam em comunidade de forma rústica, com o necessário para a sobrevivência” (CLÍMACO, 2014, p. 22). Esses indivíduos, para se livrarem da condição de escravos e tentar driblar as imposições opressoras

a que eram condicionados, desenvolveram estratégias para sua sobrevivência e conseguiram se organizar na região interiorana de Alcântara. Assim, conforme Almeida (2006, p. 60):

> Os patronímios aristocráticos, tal como as terras e as ruínas, foram conquistados pelos moradores dos povoados nessa situação conflitiva de desagregação das fazendas, em que se afirmaram antes como unidades de mobilização do que como unidades afetivas. Nesses agrupamentos, estruturaram-se relações de parentesco, de afinidade, de amizade e de vizinhança, em torno da distribuição e do uso comum dos recursos, resultando em vínculos solidários coextensivos à formação do povoado enquanto uma comunidade potencialmente política que transcende, em certa medida, o grupo local de descendência de três ou quatro gerações.

As comunidades formadas determinavam as próprias normas de conduta referentes às práticas de uso comum da terra, dos recursos naturais, proporcionando a "consolidação do ideal de autonomia subjacente à identidade quilombola" (ALMEIDA, 2006, p. 61), a qual inseriu novos preceitos de organização com finalidade ressignificativa das práticas econômicas e sociais.

Outro fator predominante para a consolidação dessa forma de agrupamento realizada pelos negros da região de Alcântara ocorreu com a apropriação de fazendas abandonadas por ordens religiosas existentes em todo território alcantarense, pelos indivíduos que trabalhavam na condição de escravos, alguns mais tarde alforriados, libertos e fugidos de outras fazendas. (ALMEIDA, 2006). Das Instituições religiosas existentes naquela época, destaca-se a Ordem dos Carmelitas Descalços, a qual possuía três fazendas, incluindo a de Itamatatiua localizada aproximadamente a 70 km da sede o município de Alcântara "nas chamadas terras de Santa Teresa, onde existe capela da santa. Foram registrados inúmeros quilombos, desde meados do século XIX e foram severamente reprimidos em 1837, mas não destruídos". (ALMEIDA, 2006, p. 78). A Ordem Carmelitana de Alcântara e a Ordem Nossa Senhora das Mercês foram ordens religiosas que disseminaram a fé católica e possuíam um número vasto de negros escravizados responsáveis pela produção de matéria-prima, a qual tinha como objetivo principal ser exportada para o mercado consumidor europeu. A partir do abandono dessas terras pertencentes a essas instituições religiosas, esses indivíduos começaram a produzir para a própria sobrevivência, destacando a agricultura e a pesca baseada nas premissas de "um sistema econômico de pequenos produtores que incorporam a terra ao processo produtivo mediante o trabalho familiar e cuja trajetória, em termos históricos, remonta ao princípio de autonomia e às premissas étnicas dos quilombos". (ALMEIDA, 2006, p. 82). Fato este que deve ser destacado como responsável pelas referências e características atuais vigentes na realidade da região.

No século XX, em 1948, Alcântara foi tombada como Cidade Histórica e Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN através do decreto federal 26077-A e em 1974 a sede do município foi tombada como Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Alcântara, visto que esta ação foi justificada pela existência de um importante conjunto da arquitetura colonial luso-brasileira, consolidado durante todo o século XVII e pertinente a um estilo de vida requintado da aristocracia da época em erguer um vasto número de construções em estilo colonial (IPHAN, 2001). A partir de então é exaltada e reconhecida por seus casarões imponentes, alguns ainda preservados e outros em ruínas que rementem a um período importante da história local.

Foto 1 - Ruínas da igreja de São Matias

Fonte: desconhecida

Foto 2 - Pelourinho

Fonte: desconhecida

Foto 3 - Igreja Nossa Senhora do Carmo

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

Apesar do reconhecimento patrimonial, histórico e artístico de Alcântara e da sua importância com bem histórico nacional da humanidade, a cidade passou por uma grande

transformação após o Decreto nº 7.820, de 12 de novembro de 1980, que promulgou a desapropriação de uma extensa faixa territorial, onde viviam centenas de famílias, destinada ao Ministério da Aeronáutica para a implantação de um centro de lançamento de foguetes. De acordo com fontes oficiais, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) é de responsabilidade da Aeronáutica e tem como missão:

> Executar as atividades de lançamento e rastreio de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como a execução de testes e experimentos de interesse do Comando da Aeronáutica, relacionados com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (CLA, 2017).

Foto 4 - Centro de Lançamento de Alcântara

Fonte: <http://www2.fab.mil.br/cla/index.php>

Ainda de acordo com essas informações, a localização geográfica considerada privilegiada do território de Alcântara, precisamente a 2º18' sul da Linha do Equador, justifica a escolha do local para fins militares e de pesquisa científica no que se refere ao setor aeroespacial, o que resultaria em enormes benefícios para o programa aeroespacial brasileiro para a operação de foguetes de sondagem e satelizadores. Todavia, para implantar esse projeto, o Governo Federal desapropriou cerca de 236 km^2 do território alcantarense, remanejando os moradores e suas famílias que viviam em povoados descendentes de quilombolas para outros lugares denominados de "agrovilas" construídas pela Aeronáutica.

> Em 1986 e 1987, 312 famílias de 23 povoados quilombolas foram compulsoriamente deslocadas pela Aeronáutica e colocadas em sete **agrovilas**, onde até hoje se encontram, enfrentando fome e privações de toda ordem. As **agrovilas** foram instaladas longe do mar, privando-as da pesca, e foram organizadas em lotes agrícolas individualizados que desestruturaram as formas tradicionais de uso comum da terra (PNCSA, 2007, p. 4).

Desse modo, sem um devido estudo dos impactos econômicos, ambientais e sociais para aquela região, pautado em critérios técnicos por parte das instituições públicas competentes, a desapropriação da área ocasionou conflitos e muitos protestos por parte dos moradores tendo em vista os prejuízos incomensuráveis decorrentes dessas alterações.

> O que poderia ser entendido como passaporte ao sonho do desenvolvimento transforma-se em pesadelo: a retirada sumária de comunidades quilombolas de seus locais seculares de morada, muitos deles sagrados, obedecendo à lei que desapropria para "fins de interesse nacional" maior parte da área do município para a implantação do empreendimento militar. [...] as cicatrizes deixadas no seio das práticas sociais e ecológicas das comunidades afetadas pela implantação do CLA são inegáveis. Entretanto, esta ferida foi, por assim dizer, a mola propulsora da organização social de uma população que carrega, encarnada em suas memórias e vivências, as mais valiosas matrizes culturais maranhenses, ajudando a conservar na antiga terra de Tapuitapera a simpatia interiorana e afável acolhida aos que por ali passam carregados da mesma energia que sustenta impávidos mirantes e ruínas (LOPES, 2008, p. 345-346).

Por outro lado, a implantação do Centro de Lançamento forneceu à cidade uma maior visibilidade nacional e internacional a despeito dos impactos irreversíveis para o meio ambiente e principalmente para as comunidades locais que sentiram os efeitos negativos dessas transformações de maneira mais direta. Ademais, atualmente Alcântara vem sendo reconhecida por seu caráter histórico, artístico, cultural de valores materiais e imateriais que a partir de longos anos contribuíram e influenciaram os costumes e hábitos de seus habitantes. Dentre esses costumes estão as manifestações culturais herdadas dos seus antepassados, dentre as quais destacam-se as festas e celebrações possuidoras de uma carga simbólica e que carregam toda uma história do lugar e da memória dos envolvidos no processo. Nesse sentido, evidencia-se a Festa do Divino Espírito Santo, por sua riqueza e diversidade de expressões, que pode revelar muito sobre os significados, tradição e memórias dos grupos étnicos integrantes do rito, em particular, das mulheres negras, as Caixeiras do Divino, cujas singularidades serão abordadas nos capítulos seguintes.

3. A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: DE PORTUGAL PARA ALCÂNTARA - MA

A festa do Divino Espírito Santo é considerada uma tradição religiosa cristã que teve origem em Portugal, precisamente na Vila de Alenquer[9] em princípios do século XIV, tornando-se muito popular na Europa e posteriormente se espalhou pela África, Índia e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores por meio das naus portuguesas, assim como para outros territórios submetidos à colonização portuguesa (SILVA, 2013a).

De acordo Leal (1984, p. 15), a festa era "conhecida na Madeira e no Brasil. Mas foi sobretudo no arquipélago dos Açores onde a sua origem parece remontar aos tempos iniciais do povoamento que elas conheceram um desenvolvimento mais importante". Ao que parece, as ilhas insulares tiveram grande importância na disseminação do culto à terceira pessoa da Santíssima Trindade.

> A Madeira foi, a partir de princípios do século XV, a primeira etapa da expansão do culto ao divino Espírito Santo. A devoção ao Espírito Santo acompanha os primeiros povoadores da Madeira e estava de forma omnipresente na sua religiosidade. [...] É esta mística, transposta pelos franciscanos para a Madeira e, depois, para os Açores e outros lugares onde os portugueses chegaram, que ficou a marcar uma forma particular da religiosidade popular, que evoluiu no tempo e de lugar para lugar, assumindo dimensões diversas da sua expressão ritual e dos festejos profanos (VIEIRA, 2016, p. 10-11).

Por meio do sítio "Roteiro das Festas do Divino Espírito Santo"[10] é possível identificar que o culto ao Divino está presente também nos Estados Unidos e no Canadá, além de Portugal e dos lugares colonizados por este. No Brasil, especificamente, é realizado em várias regiões do país e possui características próprias e diferenciadas a partir das influências locais adquirindo dimensões culturais diversas.

Como forma de apresentar esse caminho percorrido pela festa do Divino Espírito Santo, observa-se a figura a seguir que demonstra que a partir das regiões continental e insular de Portugal essa celebração disseminou-se para vários lugares em diferentes continentes onde ainda, nos tempos atuais, é celebrada.

---

9 Alenquer é uma vila portuguesa que pertence ao distrito de Lisboa em Portugal.

10 Roteiro das festas do Divino Espírito Santo Açores/Comunidades em <http://roteirodesazores.com/>, acesso em 20 de setembro de 2017.

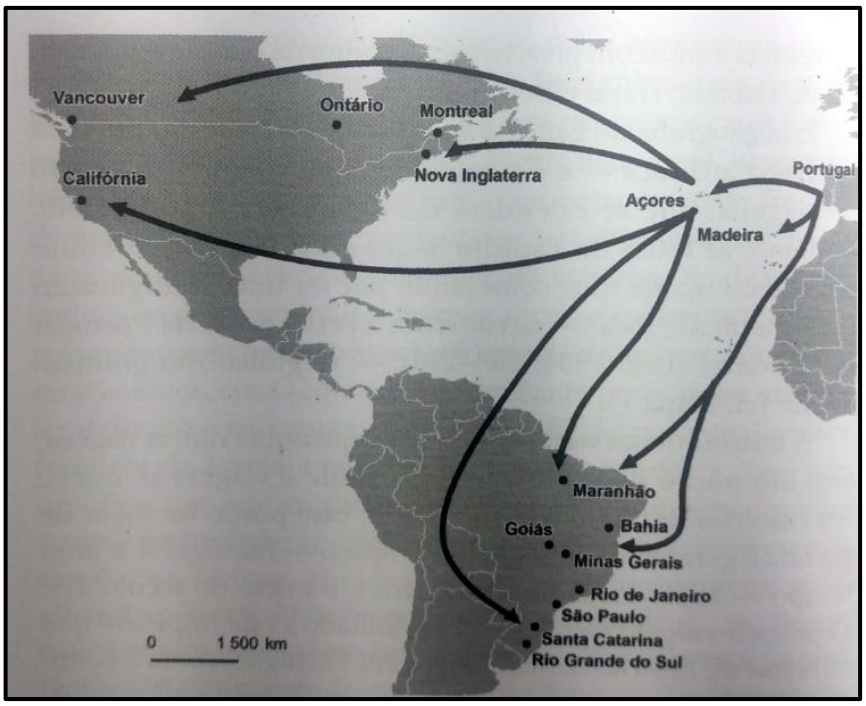


Figura 2 - Roteiro percorrido pela Festa do Divino Espírito Santo

Fonte: (LEAL, J. 2017, p. 26)

A celebração, a partir de atividades/rituais em agradecimentos à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, integra o calendário cristão e acontece sempre cinquenta dias após a Páscoa, no domingo de Pentecostes, promovendo assim uma "(re)significação, na ótica do catolicismo popular[11], de uma festa cristã – Pentecostes, com a manifestação do Espírito Santo aos Apóstolos - assentada em rituais barrocos[12]de uma "Corte Imperial Simbólica" (CARVALHO, 2008, p. 04).

A possível gênese da Festa pode ser encontrada na época medieval, retomando a dois possíveis acontecimentos relatados por muitos estudiosos e pesquisadores da celebração religiosa. Um desses prováveis acontecimentos teria sido a doutrina do joaquinismo, baseada

11 O catolicismo popular é considerado como uma expressão religiosa e cultural, na qual seus fiéis propagam a sua fé através da realização de cultos com certa autonomia ou à margem da Igreja e regidos por costumes e práticas de caráter tradicional, os quais são repassados entre as gerações (SOUZA, 2013).

12 As festas religiosas do início do século XVIII foram baseadas pela cultura barroca com a intenção de promover a restauração da ideia de ordem a fim de que a natureza, a vida social e o poder político fossem sustentados pelos preceitos do sobrenatural, visto que nessa época deu-se o surgimento da crise aos valores renascentistas ocasionados pelas lutas religiosas e econômicas (MILHEIRO, 1996).

nos preceitos de Joaquim de Fiori (1135-1202)[13], o qual "dá um novo estatuto à exegese da tradição patrística e medieval" (ROSSATTO, 2012, p. 100).

> A vertente teológica da Festa do Divino remonta à Idade Média, originando-se provavelmente na quase heresia do monge cisterciense Joaquim de Fiori. Fundador de uma nova ordem monástica, em San Giovanni em Fiori, esse abade calabrês escreveu inúmeros comentários às Escrituras Sagradas (SANTOS, 1980, p. 19).

As ideias defendidas por Fiori promoveram uma mudança profunda no pensamento patrístico[14] promulgado pela filosofia cristã Católica com a intenção de elaborar doutrinas de verdades de fé do cristianismo a fim de defender aos ataques dos ditos "pagãos" e a todos que se consideravam contra a esses preceitos. "A ele é atribuído a difusão de ideias que originou, o franciscanismo, na defesa de uma igreja mais ligada aos pobres, constituindo uma perspectiva de ruptura, face à Igreja Medieval". (CARVALHO, 2008, p. 03). Assim, com a proposta de reformulação desse pensamento, ele vai introduzir um novo paradigma: a noção de Trindade, que influenciou muitas ordens religiosas presentes nos países europeus como França, Espanha e Portugal, principalmente a ordem dos franciscanos na França, que instituíram a Ordem do Espírito Santo, responsável por fazer caridades entre os pobres e os doentes. A definição de Trindade está fundamentada, pelo monge Joaquim de Fiori, na (co)existência de três unidades que se constituem: Pai, Filho e Espírito Santo (ROSSATO, 2012).

Outro fato que se relacionaria à origem do culto do Divino baseia-se nas tradições religiosas portuguesas do século XIII, no período do reinado do rei Dom Diniz (1261-1325) e da rainha Isabel de Aragão (1271-1336), conhecida popularmente como a "Rainha Santa", que teria feito uma promessa ao Espírito Santo e construído um templo em Alenquer em homenagem ao Divino. A rainha Isabel, segundo alguns estudiosos (ABREU, 2000, CÔRTES, 2000, LEAL, 1994, 2014, 2017, LIMA, 1988, PEREIRA, 2012, SILVA, 2013a), teve como inspiração religiosa os ensinamentos de Joaquim de Fiori, citado anteriormente. Existem algumas versões sobre essa prática da rainha portuguesa de cultuar ao Divino.

---

13 Joaquim de Fiori era um monge eremita, nascido em 1130, em Célico, na Itália, e apresentou uma teoria da história baseada nas perspectivas cristã, em que a história evoluía em idades baseadas na Santíssima Trindade, começando pela idade do Pai, em que a humanidade estaria submissa a religião; a idade do Filho, caracterizada por uma salvação de responsabilidade de cada um; e uma terceira idade, chamada idade do Espírito Santo, em que o homem estaria apto a gerir uma igualdade e solidariedade, uma idade de inocência e pureza (CORRÊA, 2013, p. 4).

14 Está relacionado à filosofia cristã católica dos três primeiros séculos e desenvolvida pelos Padres, considerados como Pais da Igreja, tendo como principal característica a expansão do Cristianismo na Europa e o combate aos hereges (VASCONCELLOS, 2014).

> [...] A rainha gostava de distribuir esmolas para os pobres, especialmente comida. O rei, sovina, passou a proibir a esposa dessa prática. Certa vez, quando levava pão aos famintos na rua, ela foi surpreendida de repente pelo rei, que lhe perguntou o que trazia. Temendo a reação do marido, ela respondeu que trazia rosas. Ao verificar, espantado, o rei viu lindas flores. Desse milagre parece ter nascido a tradição de se distribuir comida para todos os participantes nas comemorações do Divino. A devoção se espalhou rapidamente em Portugal e se tornou festa coletiva de grande interesse popular (CÔRTES, 2000, p. 24).

> Consta que a rainha mandou erigir uma igreja em homenagem ao Espírito Santo na freguesia de Alenquer. Tal empreendimento teria sido impulsionado pela graça alcançada em razão da resolução de conflitos familiares no seio da família imperial que passava por fortes crises internas. Como retribuição a graça divina, a Rainha teria promovido uma grande festa para o Espírito Santo, com o tradicional costume de distribuir o bodo, que se constituíam em esmolas para os pobres (PEREIRA, 2012, p. 22).

Com base nesses relatos, pode-se perceber que a esposa de D. Diniz teve através das virtudes da gratidão e da partilha a base da celebração ao culto ao Divino Espírito Santo, visto que isso seriam atitudes fundamentais para a propagação desse ritual. Existem também outras versões afirmando que a rainha utilizava a sua própria Coroa simbolizando a coroação de pessoas simples, instituindo assim a criação de "impérios simbólicos" contendo locais apropriados que abrigavam imperadores, os quais eram responsáveis em comandar a festa de celebração ao Espírito Santo, reverenciando e agradecendo as graças concedidas por este. (ABREU, 2000).

A partir das versões a respeito do surgimento ao culto do Espírito Santo, percebe-se que essas características e práticas realizadas influenciaram a sua prática festiva e proporcionaram uma forte disseminação além dos limites de Portugal, chegando ao Brasil no século XVI com os colonizadores portugueses. Por essa época, os habitantes das ilhas portuguesas, região dos Açores, foram recrutados e encaminhados para a América portuguesa com o "objectivo de povoar e defender zonas de fronteira do império português na América do Sul, face à pressão e concorrência de outras formações políticas europeias". (RODRIGUES, 2015, p. 01). Por volta de 1550 coube ao provedor das armadas e destinado pela Coroa Portuguesa, a incumbência de recrutar açorianos para enviá-los à nova terra descoberta com a intenção de apoiar à fundação de São Salvador da Bahia. A partir de então, tornou-se um fluxo contínuo essa prática para as diversas regiões da colônia, pois "nos séculos XVII e XVIII, a coroa disponibilizava os meios de transporte e prometia terras distribuídas em regime de sesmaria como forma de aliciamento dos futuros colonos". (RODRIGUES, 2015, p. 04). Desse modo, os açorianos, sob o incentivo e controle da Coroa

Portuguesa, teriam sido responsáveis por “povoar, explorar e defender as regiões fronteiriças do Sul e do Norte” (CORDEIRO; MADEIRA, 2003).

Dentre essas regiões, destaca-se a região hoje conhecida por Nordeste, precisamente o Estado do Maranhão, devido à sua localização estratégica e importância econômica, o qual recebeu muitos casais de açorianos destinados a povoar e tornar as terras produtivas em benefício da metrópole, consolidando assim a supremacia portuguesa sobre essas terras. Conforme Rodrigues (2015, p. 4):

> [...] em 1615, após a conquista de São Luís, fundada pelos Franceses, a consolidação do domínio português na região afirmou-se como uma tarefa prioritária e esse objectivo passava pela fixação de núcleos de povoadores no Maranhão e no Pará, mais a oeste. [...] No que respeita ao povoamento português do Maranhão, e perante o reduzido número de brancos e a evidente falta de mulheres, a solução encontrada consistiu no recurso à gente das ilhas açorianas.

Apesar de alguns obstáculos que poderiam impedir a continuação da chegada dos portugueses insulares, como o clima, recursos escassos e principalmente a resistência dos indígenas, houve a continuação, nos séculos seguintes, das expedições de colonos açorianos, visando o fortalecimento de regiões consideradas desprotegidas pelo domínio português, situando-se em zona de fronteira. Assim, “seguindo as propostas do Conselho Ultramarino, foram organizados novos recrutamentos de colonos nas ilhas, que, em 1649 e em 1666-1667, seguiram para o Maranhão e o Pará” (RODRIGUES, 2015, p. 07).

Em meados da segunda metade do século XVIII, continuou-se a recorrer aos portugueses, não só provenientes do arquipélago dos Açores, mas também da Madeira com o propósito de “resolver a questão demográfica” na região amazônica, que compreendia também o Maranhão, para possibilitar a produção de recursos necessários aos subsídios das finanças da Coroa portuguesa.

Havia muitos motivos que possibilitaram essa vinda e permanência desses imigrantes lusitanos para essas áreas consideradas estratégicas, mas o principal deles seria a afirmação dos interesses do Império português em demarcar seu poder nas regiões de fronteira, as quais eram voláteis à invasão de nações estrangeiras em um período de intensas disputas por áreas estratégicas pelas potências europeias, a exemplo da França e da Holanda.

Baseada no interesse de Portugal em querer povoar o território do Brasil no período colonial, a emigração de muitos portugueses provenientes da região do Açores foi um fator preponderante para as alterações econômicas, sociais e culturais de muitas regiões que

receberam fortes influências dessa população. Por conta disso, houve uma significativa disseminação e influência de seus costumes relacionados aos ritos festivos, principalmente no ato de cultuar o Divino Espírito Santo, o qual sofreu mudanças devido às expressivas particularidades presentes em cada região que passou a celebrar o rito.

Difundida pelo território no período colonial, conforme observa Silva (2013a), a Festa do Divino adquiriu inúmeras versões regionais, tornando-se umas das práticas devocionais mais antigas e propagadas pelo catolicismo popular. Dentro dessa diversidade, um dos aspectos que chama a atenção é a presença ou a participação de negros escravizados desde os primeiros registros sobre a realização das comemorações. No prefácio do livro "A Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara", do historiador e estudioso Carlos de Lima, Câmara Cascudo ressalta:

> A Festa do Divino, com imperador, mordomos, damas, açafatas, guardas, guerreiros, pajens, música e antes a "folia" agenciadora ou complementar dos recursos, era orgulho reinol e conquistou o negro escravo, num desejo puro de sublimação e alívio compensadores. A coroa do Imperador do Divino, tão divulgada nos domínios insulares portugueses e de onde veio para o Brasil com aparato cortejador e impositivo da "autoridade" divina simbólica, é a velocidade inicial que irá influir em todos os folguedos brasileiros onde existir personagem coroado! [...] Nenhum soberano da África Negra, antes da presença continental do português, conheceu coroa de Rei! Foi a imagem do "Rei coroado" dos Aviz a fonte para a imitação africana.(CASCUDO In: LIMA, 1988, p. 11).

No Estado do Maranhão, segundo Leal (2017), baseado no cadastro feito pelo Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, estima-se a existência de mais de 200 festas no Estado, cerca de 80 delas concentradas somente na área da capital São Luís e o restante, por volta de 130, espalhado pelos diversos municípios do Estado. Estas celebrações possuem características e especificidades próprias tornando-as uma gama diversificada em cultuar o Divino. Será tratado a seguir especificamente sobre a festa realizada na cidade de Alcântara com o intuito de compreender suas origens, influências e significados do ritual em terras maranhenses.

3.1 A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA-MA: TRADIÇÃO E MUDANÇAS

Como mencionado, a celebração ao Divino Espírito Santo é oriunda das tradições culturais e religiosas que foram herdadas dos portugueses, principalmente pelos açorianos que

vieram colonizar as terras referentes à região que hoje compreende o Estado do Maranhão. Assim, esse culto à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade "chegou ao Brasil no século XVI e ao Maranhão, é bem possível, dada sua arraigada tradição nos Açores, com os casais de ilhéus que aqui aportaram em 1615 e 1625". (LIMA, 1999, p. 08).

Os habitantes provenientes da região de Açores trouxeram consigo seus costumes e tradições que desempenharam uma importante contribuição para o legado cultural e religioso, destacando-se a devoção ao culto do Espírito Santo. Este se dá a partir da dinâmica da perpetuação da fé e da transmissão dos valores que carrega. Para Barbosa (2009, p. 24), "a Festa do Divino Espírito Santo é compreendida como uma festa especificamente portuguesa, foi ressignificada pela mistura das populações que ali viviam, chegaram para lá ou foram levadas, incorporando outros sentidos e musicalidades".

Em Alcântara tem-se destaque para as festas religiosas[15], principalmente a Festa do Divino Espírito Santo que, diferentemente das festas realizadas na capital maranhense incluídas "no calendário religioso de terreiros de tambor de mina[16], como são denominadas as casas de culto afro-maranhenses" (FERRETI, 2005, p. 04) e em outros municípios do Estado, tem um caráter peculiar com celebrações realizadas na Igreja Católica. Nesse caso, a Igreja exerce um papel fundamental em sua atividade litúrgica para perpetuar os preceitos católicos. Aqui reatualiza sua aliança com o Estado na disseminação e controle da prática da festividade haja vista que desde a colônia mantinham "uma aliança colonizadora, [e] estendiam seu manto protetor e repressor sobre as comunidades" (DEL PRIORE, 2000, p. 15).

O atual pároco da Igreja Católica em Alcântara, William Guimarães Silva, destaca a importância do conhecimento e compreensão a respeito do Espírito Santo para a manutenção e renovação dos ensinamentos bíblicos, ao:

> permitir que os devotos compreendam o papel e a missão do Espírito Santo na igreja, porque Jesus prometeu que enviaria um outro defensor que não traria novidades, mas recordaria tudo que foi ensinado e então a igreja deve atualizar as ações contemporâneas da presença do Espírito Santo na igreja junto aos fiéis, porque sem o Espírito Santo a igreja não se sustenta e não prevalece [...] não avança. Hoje quem faz a força da igreja é o Espírito Santo.[17]

---

15 Em Alcântara é muito comum a celebração de festas religiosas e a devoção aos santos católicos, destacando além do Divino Espírito Santo, os festejos de São Benedito, Santa Maria e Santa Tereza D'Ávila, os quais são considerados celebrações e práticas religiosas de quilombolas (SOUZA FILHO; ANDRADE, 2012).

16 O Tambor de Mina é a denominação da religião afro-brasileira surgida no século XIX, difundida pelos negros que foram escravizados no Estado do Maranhão (FERRETTI, 2008).

17 Entrevista com William Guimarães Silva, padre da Igreja Católica de Alcântara realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 16 de janeiro de 2018.

No que diz respeito ao período de realização da festa, este faz referência ao dia de Pentecostes[18] e possui data móvel, variando entre os meses de maio e junho. É também considerada como participante do catolicismo popular, pois apresenta influência da Igreja Católica que promove uma significância imprescindível para os membros da comunidade alcantarense, não só pelo seu significado histórico, mas pela perpetuação da doutrina cristã católica e consequentemente a promoção cultural dessa celebração.

> A Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara segue à risca uma tradição centenária, o que a torna em patrimônio cultural de alto valor. Nela, está intrínseca a mescla entre culto e festa. No sagrado estão os valores que se definem pelas 'coisas do além', do inexplicável e do compromisso religioso dos componentes para com a divindade em questão. No profano está a festa em si. Há compromisso dos devotos em preservar o legado em termos de experiências profanas e sagradas dos ancestrais africanos (GOMES; GASTAL; CORIOLANO, 2015, p. 98).

Ao se falar sobre o passado da festa, fica evidente a predominância da presença negra afrodescendente, a qual nas palavras de Silva (2013a, p. 142):

> [...] sob o manto do cristianismo, africanos escravizados tratavam de cobrir a África ao coroar seus reis em missas católicas, ao mesmo tempo em que descobriam a África no Brasil, negros de diferentes nações e etnias, ao serem reduzidos à condição de escravos, acabaram por se descobrirem africanos.

De caráter secular, a comemoração divinesca realizada na cidade alcantarense foi muito divulgada nos jornais maranhenses de grande circulação no século XIX, conforme a descrição no jornal *Diário do Maranhão* de 24 de maio de 1874:

> Hotem o Maranhão conduziu meio Maranhão para Alcântara. Entenda-se que foi o vapor Maranhão quem conduziu muito povileo desta cidade de S. Luiz do Maranhão para a poética cidade de Alcântara [...] É uma festa de arromba [...] Muitos devotos estavam prontos a meter o hombro ao santo mastro, e com efeito, no meio de uma algazarra infernal suspenderam o cujo e pozeram se a caminho, o tal páo era carregado por uns, porém outros, ou por maior devoção ou antes por mais espertos iam em cima dele [...] no dia seguinte levaram-nos a casa do juiz, não senhor, do imperador [...] um altar a dois thronos: n'um destes está sua majestade mascolina, no outro a ella do imperador. Os tambores rufam, as caixeiras se requebram e as bandeiras ondulam, e todos se misturam, fervilham, redomoinham e se confundem

18 No dia de Pentecostes é comemorada a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo e sobre sua mãe Maria com a representação iconográfica de uma pomba branca e por línguas de fogo. É sempre celebrado 50 dias depois do domingo de Páscoa.

> perante o throno das majestades desse dia, as quaes no alto do solio empunhão um sceptro de páo dourado[19] [...]

No trecho apresentado acima, percebe-se brevemente algumas características reveladoras a respeito desta festa, pois nessa época já era muito procurada, contendo a presença de muitas pessoas consideradas simpatizantes e devotas. Apesar de toda essa popularidade, o ritual festivo era visto também como tumultuado e barulhento no qual todos participavam juntamente perante a majestade simbolicamente representada na cerimônia festiva.

A rigor, a presença de uma corte imperial tem fator marcante e simbólico na realização da festa, detendo lugar de destaque durante todo o percurso festivo. Para ratificar tal fato, os patronos da festa, denominados como festeiros[20] incorporam a representação desse império que desfrutam de poderes referentes ao rei e a rainha.

Como personagem principal, tem-se a figura do imperador/imperatriz do Divino, cabendo a esta a responsabilidade de promover uma luxuosa festa e de conduzir seus "súditos" em uma comitiva real para a celebração. A representação dessa figura imperial pode ter vinculação com a renúncia do D. Pedro I e a permanência de seu filho, ainda criança, como herdeiro do trono, algo análogo ao que teria acontecido com D. Sebastião[21] ao se tornar um "monarca divino, mas brasileiro, que encarnava as esperanças do povo" (SCHWARCZ, 1998, p. 389). Assim, D. Pedro II ganhava uma nova figuração por meio da sua eleição como "salvador" que estava entre a população, enquanto o rei venerado D. Sebastião ficaria somente como forma de comparação a aquele. Segundo Schwarcz (2001, p. 09), "há muito tempo a população elegia a cada ano um imperador do Divino, menino que com sua graça emprestava o nome ao santo. Entre tantos universos cruzados vemos como a lógica simbólica inscreve-se na dinâmica do poder". A utilização dessa denominação estava arraigada na afirmação do poder do Estado e das atribuições do poder centralizador real do mesmo, os

---

19 A majestade designada nessa celebração validava o poder real através do uso de objetos simbólicos, como o cetro dourado que representava a força, soberania dos preceitos reais e "representava o prolongamento do braço do rei, a administração da justiça terrena" (SCHWARCZ, 2001, p. 45).

20 Festeiros são os provedores da festa do Divino, sendo representados por crianças ou adolescentes, que são escolhidas para referir-se ao símbolo do poder real através do cargo que ocupam no ritual, destacando-se o imperador, imperatriz e mordomos.

21 Rei tradicional católico que ficou órfão de pai, tornando-se herdeiro direto do trono imperial português e teria morrido na batalha de Alcácer-Quibir, na região do Marrocos, lutando contra os mouros nas Cruzadas no século XIV. Foi considerado como um messias capaz de restabelecer a crise que estava acontecendo em Portugal naquela época. A partir de então se transformou em lenda que reforçava a convicção de que retornaria para salvar sua nação da crise sucessória, oferecendo proteção a todos e livrando-a de uma existência injusta e desalentadora. No Maranhão houve apropriação dessa crença sebastianista com base na combinação de alguns fatores, destacando os seguintes: - O messianismo português; - A figura do Padre Antônio Vieira; - A situação econômica e a colonização do Maranhão; - A semelhança geográfica entre Alcácer Quibir e a Ilha dos Lençóis no Maranhão (DOMINICI; MARTINS; FERRETTI, 2012).

quais estavam ameaçados por ideias republicanas e rebeliões que aconteceram em várias partes do território brasileiro durante o período das Regências (1831-1840) (SCHWARCZ, 2001).

Devido à presença de um reinado simbólico, existe no imaginário popular algumas justificativas para o possível surgimento da festa do Divino em Alcântara. Uma delas é apresentada por Lima: "Uma tradição local atribui o início da festa ao período em que foram frustradas as expectativas da visita de D. Pedro II à cidade. Conta-se que os negros, insatisfeitos, teriam organizado e levado à igreja um cortejo e coroado um imperador, criando a festa" (1988, p. 21).

Tal acontecimento ficou marcado na memória dos moradores locais e pode ter origem na promessa feita por D. Pedro II, em discurso oficial[22] com data de 24 de setembro de 1859, em conhecer todas as províncias existentes no norte do Brasil. Isto se dava através de suas visitas intencionais com o propósito de garantir o fortalecimento do seu reinado sobretudo em um período de muitas contestações ao seu poder e a centralização do Rio de Janeiro, então sede da corte. Conforme observa Schwarcz (1998, p. 360-361) as viagens realizadas pela família imperial no século XIX:

> geravam tal comoção que, muitas vezes, as cidades se preparavam mesmo antes da formalização da visita. Esse é o caso de Alcântara, que se adornou para a recepção, mas fugiu ao itinerário, ou de vários outros relatos falando de visitas que, na verdade, não existiram. Nesse caso, até parece que a representação se deslocava à frente do próprio monarca.

Após a promessa, por razões não muito claras, o Imperador não pôde comparecer em todas as províncias frustrando os moradores locais e, dentre eles, estaria os da província do Maranhão que aguardava ansiosos por essa visita. Vale ressaltar que, a despeito da crise de legitimidade do governo imperial, sobretudo na primeira metade do século XIX, a figura do Imperador exercia um verdadeiro fascínio entre seus súditos, cujos vínculos eram permanentemente reforçados por meio das inúmeras comemorações e festas cívicas realizadas durante o período monárquico.

Ao que consta, uma possível visita do imperador à cidade de Alcântara teria sido a justificativa para a construção de um palácio feito especialmente para hospedar o monarca, o qual não foi terminado em virtude do falecimento do seu proprietário, restando somente as ruínas do imponente casarão. Pedro Conde registra na matéria "Ruínas Augustas" com base

22 Discurso de D. Pedro II presente no jornal *Publicador Maranhense* de 24 de setembro de 1859. (Anexo A)

na memória dos moradores antigos e publicada no jornal *O Imparcial* de 26 de junho de 1929, que:

> Antonio Raymundo Franco de Sá era seu construtor. Era ele um dos fidalgos mais ricos da família tradicional dos Franco de Sá [...] durante muitos anos serviu de companheiro predicleto do filho de D. Pedro I. Concluídos os estudos voltou ele para o Maranhão. E com o passar dos anos, a amizade, ao contrário de esmoecer, solidificava-se, pela correspondência dos dois amigos [...] Teve saudade do Rio e do seu amigo e foi até a Corte. D. Pedro II, já no trono imperial, recebeu com festas excepicionaes. O fidalgo comovido com tantas homenagens, lembrou uma visita do imperador ao Norte, até Alcântara e insistiu em retribuir as festas recebidas. Comprhendendo as vantagens de uma visita ao Norte D. Pedro aceitou a sugestão e o convite. Prometeu vir até Alcântara.

A promessa do imperador de visitar as terras alcantarenses não foi esquecida por seus moradores. Tempos depois, uma matéria publicada no Jornal *O Imparcial* de 15 de junho de 1927 (v. anexo) relata que o Maranhão recebeu a visita do neto de D. Pedro II, o príncipe Pedro de Alcântara Luís Filipe Maria Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança, que juntamente com as princesas D. Elisabeth e D. Isabel, pretendiam "pagar a promessa" de D. Pedro II em visitar a cidade de Alcântara.

Na renomada visita, os príncipes foram aguardados por muitos e recepcionados pela banda de música local que tocou o hino do Brasil e do Maranhão. Em seguida, foram conhecer vários pontos da cidade, como a igreja do Carmo[23] e as ruínas do palácio que começou a ser construído para receber a presença de D. Pedro II. Dentre as pessoas que marcaram presença em recebê-los, encontrava-se uma senhora ex-escrava[24] que tinha muita veneração pela princesa Isabel. De acordo o jornal:

> Em caminho para o porto, uma mulata edosa atravessou ante D. Pedro, beijando-lhe as mãos. Era uma liberta, de nome Carolina, mais conhecida por mãe Calu, a qual todos os anos, manda resar missa em intenção da Princeza Isabel, a Redemptora a quem ella chama Sinhá Rainha (*O Imparcial*, 15 de junho de 1927).

Assim como mãe Calu, muitos idolatravam a família real e se sentiam honrados com a presença de seus membros na cidade. O comparecimento da família real em Alcântara

---

23 Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída no período compreendido entre 1660 e 1690, destaca-se por ser um monumento de arquitetura religiosa brasileira em estilo rococó. Faz parte dos prédios tombados pelo IPHAN.

24 Carolina, conhecida como mãe Calu, nasceu em meados do século XIX e viveu mais de cem anos. Foi empregada na casa de uma família nobre tradicional alcantarense de grande influência na cidade. Considerada pela tradição oral como a última escrava de Alcântara, foi detentora de saberes religiosos ancestrais, destacando o rito festivo do Divino Espírito Santo e outras festas religiosas da cidade (CAIRES, 2011).

ocasionou certa nostalgia e ficou marcado no imaginário popular de seus habitantes reafirmando os vínculos entre parte de seus moradores e a realeza.

Segundo alguns relatos, na festa do Divino em Alcântara havia a participação de moradores de baixa renda, incluindo os negros, o que não era bem visto pelos nobres da cidade. Ao falar das peculiaridades existentes na Festa, o Sr. Heidimar Guimarães Marques, um dos descendentes de família tradicional na região, registra que:

> Eu acho que meu avô, e principalmente a Mãe Calu que conhecia esta festa há muitos anos antes do que eu. Eles diziam que a festa do Divino era programada, agilizada pelos escravos, quando começou a Festa do Divino aqui a aceitação foi dos escravos, e naturalmente, eles fizeram assim um sincretismo. Eles procuraram assim envolver as entidades conhecidas e acreditadas pelos nobres, pela casta social daquele tempo e, com isso, a festa se tornou assim muito popular, muito pública e colocavam-se os senhores em suas posições honrosas, convidavam os filhos dos senhores para representá-los nas cerimônias. Por isso tem Imperatriz, Vassalos, Mordomos, reconstituindo uma corte (MARANHÃO, 1997, p. 124).

> [...] Mãe Calu já tinha assim me elucidado como era e porque a festa do Divino em Alcântara [...] aqui a festa do Divino eles procuravam reconstituir uma corte portuguesa, nisso se referia a titular da corte, à rainha D. Isabel [...] aqui em Alcântara, com pouco entendimento das pessoas na festa do Divino, mas eles procuram muito reconstituir uma corte no decorrer da festa do Divino, e, uma corte que a Mãe Calu procurava assim, identificar com a corte portuguesa (MARANHÃO, 1997, p. 166).

Em razão dessa separação e das hierarquias sociais, o Sr. Heidimar Marques relembra dos seus sonhos de criança em participar do cortejo ao mesmo tempo que tinha restrições por parte da família.

> Não tinha permissão para fazer, não como autoridade excessiva, mas como advertência, como insinuação que a nossa posição era outra, do popular. Anos e anos para esperar satisfazer essa vontade. Eu com 64 anos, vou satisfazer essa vontade, porque fui escolhido como Imperador da Festa do Divino, e nas manifestações, é, corresponde por exemplo a subida do mastro do boi, e na minha própria festa eu vou poder participar. Aquela vontade, aquele desejo de criança, eu vou poder realizar, agora, como ancião [...] agora na minha eu estou livre para fazer e poderei participar com alegria muito grande no meio das crianças, no meio do povo, que é interessante, apesar da formação que eu tive, do ambiente em que eu vivia, porque eu já, eu nasci no ambiente que criou meu avô (MARANHÃO, 1997, p. 115).

Em Alcântara a celebração do Divino é representada por uma corte imperial que tem na figura do imperador (escolhido em ano ímpar) ou imperatriz (escolhida em ano par) que retratam através de toda uma simbologia o rei ou a rainha portuguesa através das suas

vestimentas, acessórios (coroa, cetro), comportamentos e todas as regalias dignas da realeza, sendo considerado o dono da festa. Além do Imperador/Imperatriz, há também como partícipes dessa corte, os mordomos (régio e baixos) que são considerados os outros festeiros. Esses títulos que são recebidos pelos festeiros, têm numa pessoa adulta que é a responsável por organizar e realizar a sua festa e também na escolha de uma criança ou adolescente para ser seu representante para o título recebido.

No decorrer da festa, as pessoas encarregadas da representação do Império usam trajes característicos desse período e durante os dias da comemoração, desfrutam das regalias e privilégios das personagens que revivem (Fotos 5 e 6).

Foto 5 - Cartaz da Festa do Divino Espírito Santo Ano 2017

Fonte: desconhecida.

Foto 6 - Imperador da Festa do Divino Espírito Santo 2017 e seus Vassalos no Trono

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

Essa prática de resgatar o comportamento da realeza pode ser considerada como *habitus* na concepção de Pierre Bourdieu, o qual deve ser entendido como um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação, como um conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, possibilitando ao indivíduo perceber, agir e evoluir com naturalidade em um meio social dado. Dessa forma, conforme Pierre Bourdieu (2004, p. 158):

> O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social.

Assim *habitus* pode ser compreendido como um sistema de esquemas individuais, os quais estão construídos socialmente através de disposições estruturadas e estruturantes, sendo adquiridos nas e pelas experiências práticas. Desse modo, a criação de uma corte paralela possibilita a reconstituição da Corte portuguesa e a mistura de valores, dando um novo significado à celebração do Divino, mas ainda possuindo um caráter submisso aos preceitos da monarquia que tinham como propósito exercer seu poder através da utilização das festas, inclusive as religiosas que serviam de sustentáculo para tal fim. Assim, a festa seria "um espaço privilegiado para a construção de uma representação da monarquia, as festas transformavam-se em instrumentos estratégicos na afirmação quase diária da realeza" (SCHWARCZ, 1998, p. 389).

No que diz respeito à realização da festa, percebe-se a preocupação dos seus participantes em manter a tradição. Tal fato pode ser percebido na afirmação da Sra. Herli Carvalho, em 2012, ao afirmar que recebia muitas orientações por parte dos organizadores, os quais sempre alertavam dizendo: "- cuidado para [não] quebrar a tradição. A palavra mais importante na festa é não fugir da tradição, não quebrar a tradição".[25] Mas o que se pretende preservar quando se fala em manter a tradição?

Quando se pensa em tradição cultural, esta pode ser entendida como um conjunto de hábitos, costumes, ideias, valores presentes em uma cultura de uma determinada população e que são repassados de geração em geração (AMORA, 2009). Em relação ao seu conteúdo, este é marcado por uma forte ligação com o passado, com a afetividade, as relações

25 Entrevista com Herli de Sousa Carvalho, mordoma baixa da Festa do Divino Espírito Santo do ano de 2012, realizada Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 30 de maio de 2017.

familiares, entre outros. Para Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997, p. 9), as tradições possuem um forte conteúdo de invenção e podem ser definidas como:

> Um conjunto de práticas normalmente regulares por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.

Consequentemente, toda tradição pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos surgidos em algum lugar no passado e repassados de geração em geração através de um caráter repetitivo que denota a sua atualização, ou seja, ela remete ao passado e ao presente reinventando-o. Assim, a "simbologia referente ao passado" remete aos objetos materiais e muitas vezes também às sensações imateriais presentes na memória e na história de uma determinada sociedade.

> [...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contém e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (HALL, 2000, p. 37-38).

A preocupação em manter a tradição da festa vem acompanhada pelo sentimento de perpetuá-la com as gerações mais novas, de reviver o passado dessa festividade, o qual sofreu algumas mudanças ao longo do tempo. Com base no relato do coordenador/organizador da festa do divino, Sr. Moacir Brito, considerado por muitos como o guardião da memória de todo ritual festivo e um dos responsáveis em conservar o caráter tradicional, fica evidente essa tentativa de manutenção da festa.

> Eu trabalho na festa desde os vinte anos de idade. Comecei na festa. Há anos atrás, era uma festa de Alcântara, no sentido que era só do povo de Alcântara que participava dessa festa. Dificilmente eu via alguém de fora, porque não era divulgado. Com a divulgação da festa do divino em outros estados, até mesmo fora do Brasil, a concorrência foi muito grande. Hoje tem pessoas de todos os cantos do Brasil e até de fora do Brasil. Com isso a festa houve uma mudança. Não podemos negar que não houve mudança, houve! Agora nós trabalhamos para que essa mudança não seja uma mudança muito diferente. Que a gente possa preservar ainda um pouco da tradição.[26]

26 Entrevista com Moacir Brito, coordenador da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Cláudio Farias presente no documentário Divino povo Alcantarense, Publicado em 21 de mar de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NXAU5b0JZcs>. Acesso em 20 de março de 2017.

A festa possui os seus ritos, símbolos e hierarquias. A despeito de ser tida como uma manifestação religiosa, a comemoração expressa uma diversidade de expressões culturais e sociais que extrapolam seu caráter meramente religioso. Todavia, os registros memorialísticos buscam acentuar a tradição do culto ao Espírito Santo como o elemento central que mobiliza e motiva os participantes da festa desde tempos remotos. Para Del Priore e Horta (2010, p. 7):

> A memória é construída pelas pessoas e pelos "lugares" e a identidade é definida por meio de pontos de identificação da cultura histórica, formada pelo tempo vivido (passado e presente) por determinada sociedade, ou seja, memória e identidade advêm do mesmo ponto de origem e estão inter-relacionadas entre si.

Dessa forma, manifestações artísticas, linguísticas, sociais e comportamento de um grupo social constituem cultura popular. É a forma dos seres humanos denotarem experiências vividas. É também o viés para repassar costumes às gerações futuras. "Na roda da festa, como na roda da vida, tudo volta inelutavelmente ao mesmo lugar, os jovens aprendendo com os velhos a perpetuar uma cultura legada pelos últimos". (DEL PRIORE, 2000, p. 10)

Conforme Paiva (2015, p. 177), a respeito da festa do Divino Espírito Santo realizada em Alcântara-MA, observa-se que:

> O passado é uma importante referência para a preservação da festa e de sua memória. É muito comum que as pessoas que participam diretamente, tenham sempre alguém na família, ou entre os vizinhos que participe ou já tenha participado ativamente na festa. O pensamento é que: é quase um dever religioso a participação na festa.

De fato, a devoção ao Divino Espírito Santo em Alcântara está atrelada à vivência e à transmissão de tradições, as quais foram perpetuadas no passado, sendo atualizadas em cada Festa, delineando a identidade e a cultura dos alcantarenses. Para promover essa sustentação de valores tradicionais, faz-se essencial a veneração a objetos considerados sagrados, os quais apresentam uma teatralidade que desempenham papéis e funções sociais distintas durante todo o rito de celebração. Um dos elementos que merece destaque nessa celebração são os altares do Divino Espírito Santo, os quais devem estar presentes em todas as casas dos festeiros e em um lugar de destaque na Igreja. Eles são ornamentados em um cômodo da casa de festa com muito luxo e riqueza de detalhes na cor estabelecida para receber o Divino, a Santa C'roa[27] e a realeza. Assim, conforme Magina (2007, p. 22):

---

27 Santa C'roa é um objeto de prata e considerada sagrada representando o Espírito Santo e poder imperial (SOPAS, 2013).

> Sendo o altar o local onde as coroas do Espírito Santo são colocadas, é necessário prepará-lo a rigor, na mais adequada sala, que para o efeito é disponibilizada. São diversas as formas e contornos que os altares adquirem, sempre com o trabalho de muitas horas de mãos que não se cansam de dar-lhes cor e forma.

Os altares são considerados lugares sagrados que se devem respeito, pois é o local onde é colocado o "santo" – a pomba branca e a Santa C'roa – a coroa do Imperador com uma pomba branca dentro e além dessa característica "contêm ao seu lado uma espécie de trono, onde se sentam os representantes do império." (SOUZA FILHO; ANDRADE, 2012, p. 80).

Há algumas normas que devem ser respeitadas quando alguém se portar diante desses altares, não podendo trajar qualquer tipo de roupa (roupas curtas, decotadas, sem camisa, uso de chapéus ou bonés), ou cruzar os braços, dentre outros. Quando são percebidos esses tipos de comportamentos, as pessoas responsáveis pela guarda desse local "prendem" quem está desrespeitando esse lugar sagrado, amarrando uma fita no braço dessa pessoa e esta só poderá sair do recinto após a doação de alguma joia[28] para o Divino. Esta pode ser em doações através de alimento ou dinheiro.

Foto 7 - Altar do Divino da Mordoma-Régia 2018.

Fonte: ARANHA, 2018.

Esses comportamentos e todos os outros presentes durante a celebração da festa do Divino podem ser observados como um sistema de característica simbólica e estruturado

28 Ajuda em dinheiro ou gênero alimentício (SOPAS, 2013).

constituindo uma forma de pensar, sentir e agir inconsciente, pois segundo Bourdieu (2000, p. 09), “os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e comunicação e eles tornam possível a reprodução da ordem social”. Esta é percebida na festa através da divisão de funções para os participantes e seus objetos simbólicos presentes no cenário festivo e nas características ritualísticas, as práticas religiosas (alvoradas, missas, visitas, procissão, promessas, cantoria de devoção), as práticas profanas (festas, bebidas, danças) e os símbolos do festejo, alguns objetos utilizados no culto ao Divino Espírito Santo e que são considerados sagrados. A apropriação desses símbolos da divindade promove o contato oficial do culto na celebração desse Divino. Como exemplo desses objetos sagrados, tem-se a pomba branca, o altar, a coroa, e bandeiras do Divino, sendo estas representadas nas cores vermelha referente ao imperador e verde referente ao Mordomo-Régio[29]. São atribuídos a estes objetos uma forte ligação ao sagrado, exigindo assim respeito e consideração aos mesmos através de um comportamento que preze pela primazia dessas características, as quais se não forem levadas a sério, ou seja, a quebra desse protocolo ritualístico, será indicado como forma de desapreço e desrespeito para com a divindade sagrada, podendo até receber um castigo do “Divino”, como muitos relatam. Assim, conforme Costa (2008, p. 131):

> Os objectos simbólicos, sagrados, representantes da Divindade, são também o veículo de autoridade sobre o qual assenta a capacidade de realização do Culto, ou seja, determinam a aceitação social do acto oficial. A pertença temporária destes objectos significa a posse dessa autoridade. São o sinal da concessão feita ao oficiante e legitimada pela comunidade.

No culto ao Divino Espírito Santo são realizadas celebrações na igreja Católica com preces, cânticos e ofertas, tendo como símbolo maior de representatividade nesse ritual a pomba branca. Ela está presente na coroa e na bandeira do Mordomo-Régio. Ela simboliza a pureza, a paz e a representação única do Espírito Santo entre os cristãos e sempre faz referência ao espírito divino nos Evangelhos. Conforme algumas passagens bíblicas que demonstram essa relação, têm-se as seguintes:

> Mateus, capítulo 3 - versículo 16: E, sendo Jesus batizado, saiu logo da água, e eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como pomba vindo sobre ele.
> Marcos, capítulo 1 - versículo 10: E, logo que saiu da água, viu os céus abertos, e o Espírito, que como pomba descia sobre ele.

29 Membro da corte imperial mais importante, depois do imperador (SOPAS, 2013).

> Lucas, capítulo 3 - versículo 22: E o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea, como pomba; e ouviu-se uma voz do céu, que dizia: Tu és o meu Filho, em ti me comprazo.
> João, capítulo 1 - versículo 32: E João testificou, dizendo: Eu vi o Espírito descer do céu como pomba, e repousar sobre ele. (BÍBLIA, 2012)

Baseados nesses preceitos bíblicos, a população local da cidade de Alcântara, que em sua maioria é devota do Divino Espírito Santo, sempre se porta de forma respeitosa, fazendo reverência e preces à representação desse Divino em forma de pomba. Essa simbologia remete a materialização e possível aproximação da figura divina com os indivíduos terrenos.

Foto 8 - Devota fazendo reverência ao Divino

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

A partir do fato que possivelmente originou a festa do Divino Espírito Santo, sobre a promessa ao Divino feita pela rainha portuguesa Isabel de Aragão, destaca-se a internalização desse ambiente social vivido, dessa estrutura que foi constituída historicamente, pelos participantes dessa festa que não somente reproduzem ou conservam essa celebração, mas sempre tentam a partir de estratégias e práticas adaptar-se na contribuição de realização da mesma. O *habitus* seria a matriz geradora que possibilita a internalização das estruturas, aquilo que é produzido no mundo, as práticas, levando em consideração as diferentes construções, as diferentes expressões culturais como exteriorizações dessas estruturas.

> [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Dessa forma, é nos objetos, nos intérpretes e suas práticas ao culto do Divino Espírito Santo que são revelados os símbolos e seus possíveis significados que já foram incorporados de forma quase que natural, exprimindo uma realidade compreendida e compartilhada por todos os envolvidos, os quais se utilizam da memória como uma atividade prática de conhecimento e entendimento ao simbólico e as atividades de rotina do ritual festivo ao Divino Espírito Santo. Assim, conforme Maurice Halbwachs (2006), a memória individual e a memória coletiva se alimentam e guardam informações importantes para os sujeitos garantindo a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros, pois a memória sempre tem um fundo social.

3.1.1 Roteiro e insígnias da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara-MA

Com a duração de 13[30] dias, a celebração do Divino tem diferentes momentos - um roteiro, marcado pela presença das Caixeiras em todos eles, conduzindo-os.

Os dias referentes à comemoração ao Divino são marcados pela diversidade de ações que fazem parte do ritual da festa e que começam muito antes da data oficial de seu início. Cada ação tem significado próprio, conforme os elencados a seguir e da programação oficial em anexo (Anexo D):

● ESMOLAR – A partir do sábado de aleluia começa o pedido de doações (joias ou esmolas como são chamadas) para a festa do divino pelas ruas da cidade. É sempre acompanhado pelos festeiros vestidos de branco (imperador ou imperatriz que carrega a Santa C'roa, o mordomo-régio e os mordomos-baixos carregam o santo representado pela pomba branca) e seus acompanhantes (caixeiras, bandeirinhas, mestre-sala) convidando todos a participarem da festa. Tudo que é arrecadado com esse ato de esmolar deve ser utilizado e distribuído para todos que participam da festa, bem como para os pobres que serão escolhidos para receber doações de cestas básicas no final do festejo. Tal prática remete ao que acontecia em Portugal, pois "a esmola na festa estava vinculada à magnanimidade do rei e este por seu tempo tinha na festa a oportunidade de provar o quanto era rico e generoso" (DEL PRIORE, 2000, p. 68).

30 Baseado na programação oficial (em anexo), considerou-se 13 dias de celebração, pois foram incluídos os dias que antecedem e o que sucedem. Estes são considerados por seus partícipes como momento de celebração e referência a celebridade divinesca.

Foto 9 - Mordomo-Régio esmolando nas ruas

Fonte: MORAES JÚNIOR, 2017

.

Foto 10 - Mordomo Régio visitando as casas em busca de doações

Fonte: MORAES JÚNIOR, 2017.

● PROCURA, CORTEJO E LEVANTAMENTO DO MASTRO[31] - significa um dos principais símbolos da festa, funcionando como elemento demarcador da mesma e "assinalando o lugar e o tempo – seu início e o seu término" (LEAL, 2017, p. 253).

Há dois momentos que acontece o cortejo e o levantamento do mastro na festa, no primeiro dia oficial o do Imperador/Imperatriz é esperado por todos que o acompanham no

31 Tronco de árvore com seis metros ou mais de comprimento (ROCHA, 2013) e é um dos momentos que reúne a maior quantidade de pessoas das etapas do festejo, o levantamento e a derrubada do mastro. Normalmente o mastro é fincado próximo da Casa do Divino (Paço Imperial) na Praça da Matriz, que também é a mais central e principal praça da cidade (PAIVA, 2015).

cortejo e após dois dias deste, o mastro do Mordomo(a)–Régio(a) continua com a perpetuação do ritual festivo. No domingo que antecede a festa as pessoas da comunidade reúnem-se em frente à casa do Divino e saem em busca do mastro na mata da cidade. Em seguida é carregado nos ombros até os caminhões, onde são trazidos para a sede do município com muita festa e alegria sempre contando com a presença das Caixeiras louvando e tocando suas caixas, destacando os seguintes versos: "Que bonito pé de mato (arê, arê-ê-ê-ei - a) que a natureza botou (arê, are-ê-ê-ei - a) para me servir de mastro (arê, are-ê-ê-ei - a) para o nosso Imperador (arê, are-ê-ê-ei-a)".

É enfeitado com galhos de plantas, com frutas, representando a fartura na festa e no alto é colocada uma bandeira demarcadora do seu proprietário, destacando a cor vermelha com a imagem da coroa para o Imperador/Imperatriz e verde com a imagem da pomba para o Mordomo (a)- Régio (a).

Foto 11 - Busca do Mastro na mata **Foto 12** - Carregamento do Mastro **Foto 13** - Cortejo do Mastro

Fonte: BOUÉRES, 2017.

Fonte: BOUÉRES, 2017.

Fonte: BOUÉRES, 2017.

Foto 14 - Levantamento do Mastro

Fonte: BOUÉRES, 2017.

● ALVORADAS – As Caixeiras saem por volta das cinco horas da manhã para cantarem e tocarem a suas caixas[32] ao redor do mastro do Império e do mastro do Mordomo-Régio em louvor ao Divino Espírito Santo.

Foto 15 - Alvorada das Caixeiras

Fonte: BOUÉRES, 2017.

● PRISÃO DOS MORDOMOS PELO IMPÉRIO – momento que os mestres-salas[33] do império juntamente com as caixeiras saem em busca dos mordomos da festa (mordomo-régio e mordomos-baixos), colocando uma fita vermelha em seu braço simbolizando que este está preso e que ao pé do mastro deverá pagar algo (joia) pela a sua soltura.

● COROAÇÃO DO IMPERADOR / IMPERATRIZ – acontece no dia da quinta-feira da ascensão[34], onde a corte representada pelos festeiros ocupam lugar de destaque, na missa realizada na igreja, na qual o padre coroa o Imperador e ao final solta-se a pomba branca como analogia ao Espírito Santo. Em seguida, seguem–se em cortejo real pelas ruas da cidade e visitando todos os outros mordomos até chegar à casa do Divino, residência simbólica do Imperador/Imperatriz da festa, onde é distribuída comidas e bebidas[35] a todos os presentes.

32 Instrumento feito de aço, couro e madeira usado pelas Caixeiras do Divino para tocarem enquanto louvam ao Divino Espírito Santo.
33 Função aristocrática que existiu nos reinos europeus ligada à supervisão do cerimonial da monarquia.
34 No calendário católico a quinta-feira da ascensão refere-se ao dia da solenidade da Ascensão do Senhor.
35 Doces, destacando o doce de espécie originário da culinária portuguesa e chocolate quente.

Foto 16 - Coroação do imperador

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

Foto 17 - Soltura da pomba branca

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

● MISSAS SOLENES – são realizadas na Igreja, praticamente todos os dias da festa do divino, como forma de celebrar e agradecer as graças recebidas pelo Espírito Santo. Há a presença de todos os festeiros com os seus representantes mirins que recebem lugar de destaque (altares) na igreja durante toda a celebração ocorrida na igreja.

● VISITA DO IMPÉRIO AOS MORDOMOS – acontece duas vezes durantes o período da festa, no 5º e no 11º dia. O Imperador ou a Imperatriz segue em cortejo real juntamente com a sua banda de música e suas Caixeiras, mestre-salas, as aias[36], vassalos[37] visitando todas as casas dos outros festeiros (mordomos), onde são oferecidas doces e bebidas.

● VISITAS DO MORDOMO(A) RÉGIO(A) AO IMPÉRIO – acontece no 4º dia da festa, o mordomo – régio juntamente com os seus (banda de música, caixeiras e mestre-sala), saem em cortejo até a casa do Imperador, local onde é recebido, tendo um local reservado no altar da casa e depois é servido doces e bebidas.

● VISITAS DOS MORDOMOS (AS) BAIXOS (AS) AO IMPÉRIO – durante o período da festa é destinado dias específicos para cada mordomo (a) baixo (a) fazer a sua visita ao Império. Não tem quantidade fixa de mordomos baixos, variando de 7 a 13 por cada festa. Cada mordomo tem um dia estabelecido para realizar o seu cortejo pela cidade com a sua banda música, mestre – salas e alguns seguidores até a residência do Imperador. Os

36 Crianças ou adolescente do sexo feminino que seguem a Imperatriz.
37 Crianças ou adolescentes do sexo masculino que seguem o Imperador.

mordomos-baixos, atualmente, não possuem Caixeiras para tocarem e cantarem para o Divino. Somente o Imperador/Imperatriz e o Mordomo-Régio possuem esse privilégio devido ao número reduzidos de Caixeiras.

● CORRIDA DO BOI – cortejo realizado com o boi pelas ruas da cidade chamado também de subida do boi, no qual o animal é conduzido pela multidão até o local onde será sacrificado com a intenção de doação da sua carne para as pessoas carentes que são escolhidas pelos festeiros. “Esse episódio traz consigo uma das práticas existentes na origem da festa do Divino: o bodo, ou seja, o oferecimento de comida aos pobres.” (BARBOSA, 2006)

● DISTRIBUIÇÃO DE ESMOLAS COM CESTAS BÁSICAS AOS IDOSOS – durante todo o período da festa, os festeiros arrecadam as doações (esmolas ou joias) que são convertidas em alimentos para a distribuição aos mais necessitados como os idosos. A estes são escolhidos e ofertados cestas básicas, acontecendo sempre no 11º dia de festa.

● PROCISSÃO DA SANTA CRÔA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – todos os festeiros e a população local saem em procissão pelas ruas da cidade com a coroa do Divino em destaque.

Foto 18 - Procissão da Santa C’rôa

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

● LEITURA DO PELOURO[38] - acontece no penúltimo dia oficial da festa, logo após a missa realizada na igreja, fica a cargo do padre em fazer a leitura do pelouro, documento o qual contém a relação nominal dos festeiros do ano seguinte, apresentando-os para a sociedade alcantarense.

38 Lista contendo os nomes dos festeiros para o ano seguinte.

Em Alcântara todo esse roteiro acima apresentado é seguido à risca pelos organizadores e participantes da festa, os quais são os responsáveis em conservar e proteger esse repertório ritualístico. Uma característica marcante neste são as celebrações realizadas na Igreja Católica, tendo presença imprescindível e portadora do momento de religiosidade da festa do divino, a fim de garantir os seus preceitos e difundi-los durante a celebração, visto que "o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições e existência e de posição" (BOURDIEU, 1998, p. 51). A partir de então, com o objetivo de reforçar os processos de representação e práticas religiosas, há a necessidade em uma ancoragem que possa contribuir para a perpetuação dos valores defendidos por elas. Dessa forma, para a festa do Divino no ano de 2017, foi escolhida como personagem principal a figura de Maria, mãe de Jesus, pois remeteu a comemoração dos 300 anos da aparição de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e 100 da aparição de Nossa Senhora de Fátima, tendo como Tema Geral: *O Espírito Santo descerá sobre ti Maria, por isso um santo que nascer de ti, chamar-se-á filho de Deus*. Datas que foram consideradas importantes pela Igreja e que não poderiam deixar de serem lembradas e reverenciadas. A partir de então, fica evidente uma das características marcantes do sincretismo religioso na celebração ao Divino em Alcântara, propagado pelo catolicismo popular, responsável em promover, simultaneamente, o enaltecimento do Divino e de um santo católico.

Denominada como patrimônio cultural e considerada pelos alcantarenses também como tradição secular deles, a festa do Divino é um bem cultural complexo, que anuncia um conjunto de celebrações e formas de expressão, religiosas e profanas, de saberes e fazeres ocupando diversos lugares e constituindo fortes sentidos de identidade referindo-se a um lugar de memória. Ao preservar símbolos, significados do período Imperial e todo o ritual festivo, a comemoração ao Divino remete para a perpetuação e reprodução de um passado que é resgatado em algum lugar no presente.

No sentido de se identificar os elementos presentes na totalidade da festa do Divino em Alcântara, elaborou-se um quadro informativo destacando-os baseados em fontes consultadas e na observação do campo de estudo.

Quadro 1 - Descrição de elementos da Festa do Divino

Município	Manifestação de Religiosidade	Símbolos	Agentes e etapas do rito
Alcântara –Ma	●Missa/ladainhas ●Alvoradas ●Procissões	●Coroa ●Cetro ● Caixas ●Bandeiras ●Mastro ●Pomba	● Caixeiras ●Músicos ●Festeiros (Imperadores e mordomos representados por crianças e adolescentes) ● Mestres-salas ●Cortejo e levantamento do mastro ● Esmolas ●Corrida do boi ● Coroação Imperador/Imperatriz ● Visitas ao Imperador/Imperatriz e aos mordomos-régios e baixos ● Distribuição de esmolas ● Leitura do Pelouro/ escolhas de novos festeiros

Fonte: elaborado pela autora

Contendo características marcantes, cada elemento presente na festividade tem a seu significado e importância para a celebração do ritual da festa e eles são partes constituintes que promovem a concretização do todo. Contudo, esse ato celebrativo é carregado de fatos históricos e memórias que possibilitaram suas transformações e contínuas atualizações.

3.1.2 Memória, mudanças e resistência de um ato festivo em Alcântara-MA

As tradições populares de caráter comemorativo são transmitidas pela história oral e pertencem a uma memória coletiva repassada entre gerações. Nelas estão presentes os aspectos culturais envolvendo referências do passado, da memória e da história dos seus envolvidos. Dentre essas tradições destacam-se as festas dedicadas à celebração do sobrenatural, sendo uma constante histórica e marcante nos costumes populares, herdados do catolicismo popular e romano. Tratada como uma “expressão teatral de uma organização social”, a festa envolve vários aspectos, dentre eles salientam-se “fatos político, religioso e simbólico” (DEL PRIORE, 2000, p. 10).

No percurso histórico das celebrações, é possível perceber as mudanças sofridas desde a sua gênese conforme ressalta Del Priore (2000, p. 13):

> As festas nasceram das formas de culto externo, tributado geralmente a uma divindade protetora das plantações, realizando em determinados tempos e locais. Mas com o advento do cristianismo, tais solenidades receberam nova roupagem: a Igreja determinou dias que fossem dedicados ao culto divino, considerando-os dias de festas, os quais formavam em seu conjunto o ano eclesiástico.

A presença da Igreja Católica com seus preceitos, desde o período colonial no Brasil, promoveu imposições nos ritos festivos que se tornaram fatores determinantes para a sua composição. Por meio da expressão do poder divino como marca devocional da Igreja na intenção de expressar a identidade a partir de seus dogmas, destacam-se a presença de rituais "expresso por meio das procissões, das romarias, das promessas e das festas dedicadas aos santos, [que] dão um caráter eminentemente social e popular à prática religiosa do catolicismo brasileiro" (ROSENDAHL, 2012, p.57).

Com a expansão do catolicismo, presente desde o início da colonização brasileira, ao utilizar os rituais festivos, obteve-se a propagação da fé católica como responsável em difundir seu território espacial com o objetivo de promover a sua autoridade através do apoio estatal (monarquia) com atitudes que visaram sustentar e conduzir a sociedade de forma geral. Essas manifestações contribuíram como fator propulsor na defesa da inserção e transmissão de bens simbólicos capazes de promoverem um contexto pedagógico e unificador responsável por possibilitar a interação de pessoas comuns e assim disseminar os seus propósitos vigentes. Para Del Priore (2000, p. 96), a promoção das festas religiosas servia como "uma oportunidade para socializar afetos ou desafetos, interesses ou negócios, poder ou subserviência". Nesse cenário marcante de influência eclesiástica, juntamente com a presença do Estado, as relações culturais e religiosas promoveram o prestígio dos colonizadores representados na figura do rei e da religião.

> Oriundo de tradições diversas e de cosmologias particulares, esse *puzzle* ritual fez do Brasil o país das festas, o depositário de um arsenal de símbolos, costumes e valores. Contudo, mais do que isso, tal qual um caleidoscópio, essas tradições não foram apenas se reproduzindo, como o movimento rotineiro de um motor. Ao contrário, dinamicamente, acabaram por criar festas próprias e leituras originais de um material que lhes era anterior. Nesses rituais, teatralizava-se um grande jogo simbólico e, entre outros figurantes, a realeza era personagem frequente, porém não sempre principal (SCHWARCZ, 1998, p. 379).

A presença da realeza, representada pela Coroa portuguesa, nas festas brasileiras era constante e caracterizada de forma natural por todos os envolvidos, visto que a população

entendia que essa frequência marcante possibilitaria uma maior aproximação entre o plano terreno e divino através de uma conexão simbólica nessa representação. Dentre os indivíduos que acreditavam nesse elo, estavam os das camadas populares, destacando-se os negros escravizados ou libertos com presença acentuada nas celebrações no desejo de amenizar seu sofrimento, pois tinham em mente que "os rituais católicos deviam ser piedosos, mas não só; eles eram também canal de comunicação e de sociabilidade" (DEL PRIORE, 2000, p. 96). Estes eram os responsáveis em inserir aspectos de caráter disciplinar como forma de controle dos envolvidos na celebração e só se tornaram possíveis devido "a herança medieval do cristianismo ocidental, que desde cedo adotara, as maiorias dos princípios do Evangelho, através de exemplos" (TINHORÃO, 2000, p. 67). À vista disso, é marcante a naturalização da dominação simbólica por parte dos preceitos religiosos defendidos pelo cristianismo, pois:

> Em uma sociedade dividida em classes, a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas próprias aos diferentes grupos ou classes, contribui para a perpetuação e para a reprodução de ordem social (no sentido de estrutura das relações estabelecidas entre os grupos e as classes) ao contribuir para consagrá-la, ou seja, sancioná-la e santificá-la (BOURDIEU, 2007, p. 52-53).

Com base nesses princípios, há a presença evidente da configuração da expressão simbólica na e para as pessoas envolvidas no contexto de estruturação da sociedade através da promoção de um inconsciente coletivo, o qual é internalizado naturalmente como "certo" e "normal" a ser seguido, visando a manutenção da união entre seus participantes a fim de garantir a sua coesão, usando como estratégia de controle e garantindo a afirmação simbólica do poder monárquico responsável por admitir e unificar elementos religiosos e políticos (MELO, 2013). Contudo, algumas evidências permitem a percepção de que as festas podem ser usadas para substanciar ou negar a ordem social. Nesse sentido, é marcante a necessidade da coroação do imperador no âmbito celebrativo da festa do Divino Espírito Santo, pois é uma forma de confirmação de um tempo e território provisórios responsáveis por transmitirem práticas ritualísticas capazes de reviver um passado em um tempo presente de forma contínua.

A festa do Divino Espírito Santo, considerada como uma festividade de cunho religioso popular, possui vários significados. Em sua origem foi "marcada pela participação daqueles que viviam à margem – negros africanos escravizados, seus descendentes e homens pobres de todas as cores" (SILVA, 2013a, p. 155). Uma das explicações seria a necessidade de criação de laços afetivos em comum através da incorporação do catolicismo como religião, propiciando a inserção de novos membros e assim a eles eram permitidos que pudessem

conviver de forma harmoniosa, pois “recriaram miticamente aspectos de sua história e desenvolveram rituais que afirmavam algumas características da comunidade envolvida” (SOUZA, 2001, p. 254). Esse fato endossa que essa celebração operou no Brasil e principalmente no Maranhão como “instrumentos de construção da hegemonia política e religiosa dos colonizadores relativamente a populações negras” (LEAL, 2017, p. 58), os quais possibilitaram a produção de novos contextos sociais e de caráter étnico responsáveis por permitir a inserção de novos sentidos e significados.

Apesar de ter em comum o seu surgimento na reverência à terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, as festas comemorativas a esta divindade realizadas em várias regiões brasileiras, sofrem influências locais destas e são responsáveis em promover particularidades específicas em cada uma delas. Dessa forma, a festa do Divino Espírito Santo da cidade de Alcântara-MA, apesar de pontos em comuns com a sua propulsora originária portuguesa, também possui as suas características únicas que foram influenciadas pelos indivíduos presentes em todo o seu processo de formação e de desenvolvimento. A rigor, dentre os indivíduos trazidos para o Maranhão na época da colonização, além dos portugueses colonizadores, destacam-se os africanos e seus descendentes, aos quais não era permitida a manifestação de suas crenças religiosas e tradições culturais, sendo persuadidos a aderirem ao catolicismo que serviu de elo para expressão de suas práticas culturais. Devido a essa incorporação, foi possível a ressignificação das festas comemoradas no país, promovendo também as suas especificidades:

> Num país escravocrata, fortemente hierarquizado, as festas dos “brancos” ocorriam — em sua maioria — no interior dos palácios e teatros, cenário para bailes e saraus, ao passo que as festas dos “negros” se realizavam nas ruas da cidade e nas senzalas das fazendas. Enquanto nos bailes a corte se vestia à europeia e transformava a escravidão numa cena quase transparente, nas festas populares as cores e adereços eram outros. Além disso, nos dias de festa religiosa vários grupos sociais convergiam para um mesmo espaço e comungavam, por meio de rituais formalmente católicos, algo além da hóstia sagrada (SCHWARCZ, 1998, p. 396).

No âmbito da Festa do Divino Espírito Santo, a presença da população negra remeteria a um caráter autêntico carregado de significados que eram expressos no decorrer da celebração evidenciando valores culturais herdados de seus povos e refletindo também às condições sociais a que foram submetidos na época escravocrata. Dessa forma, a investigação do surgimento de celebração do Divino, as influências sofridas e a incorporação desses elementos por uma determinada sociedade possibilitam a reflexão dos mecanismos

propulsores destas, bem como a respeito da sua organização social, destacando as suas representações hierárquicas presentes no imaginário coletivo de seus participantes. Tal fato é marcante no ritual da celebração divinesca em Alcântara-MA, tendo a integração de vários elementos, destacando a simbologia em torno da realeza e da figura do Imperador, um dos principais personagens do festejo, e toda a reverência feita a ele e a submissão dos outros participantes em diferentes momentos da festa. No decorrer de todo o ritual, percebe-se o quanto é sugestivo a figura de um monarca (Imperador ou Imperatriz) e a demonstração de respeito por parte dos "súditos", pois são considerados importantes e centrais no decorrer do ato festivo, visto que correspondem a autoridade máxima do poder vigente responsável em promover a festa que "se realiza como uma extensão do sistema, que as insígnias representam a sobrevivência e a vigência do modelo e que o rei se transforma em ícone maior, símbolo dileto do Estado" (SCHWARCZ, 2001, p. 07).

No decorrer da festa, chama a atenção a hierarquia social simbolizada pelas representações presentes no ritual festivo e a naturalização da mesma. Nesse sentido, a festa do Divino torna-se um momento especial e de sacrifício devocional na vida dos seus envolvidos, rompendo com a rotina diária e tornando-se um rito ordenado, estruturado, conforme apontou Damatta (1981, p. 84-85) ao destacar que em "todos os ritos da ordem-sejam cívicos ou religiosos-onde a ideia de sacrificar o corpo pela Pátria, por Deus ou por um partido político acaba se exprimindo pela noção de dever, devoção e de ordem". Tal fato pode instigar a ideia da presença de manipulação ideológica iniciada no período imperial e que adentrou ao período republicano mantendo as características dos tempos áureos imperiais e toda a sua suntuosidade viabilizadas na realização da festa, a qual é "encarregada de recriar, resgatar o tempo, o espaço e as relações sociais" (DAMATTA, 1981, p 54) por intermédio de práticas específicas repleta de significados distintos para os envolvidos, promovendo para eles a construção de uma memória coletiva incumbida na relação de valores tido como tradicionais.

Dentre as organizações responsáveis em permitir a realização de culto religioso, nos moldes católicos, destacavam-se as Irmandades, entendidas como associações de pessoas baseadas em doutrinas religiosas, e as Ordens Religiosas, responsáveis por disseminar a religião Católica tendo como base os preceitos da Igreja através da implantação de conventos de responsabilidade de seus párocos. Essas organizações religiosas tinham também como objetivo a reunião de pessoas a fim de elegerem um santo padroeiro comum, ao qual deveriam manter e promover a devoção (COE, 2007).

No território alcantarense, de acordo com o Diccionário Histórico-Geographico da Província do Maranhão, de autoria de Cezar Augusto Marques (1870), no período colonial houve duas Ordens religiosas: Ordem do Carmo que era responsável pelo convento do Carmo, sendo fundado em 1665 e a Ordem de Nossa Senhora das Mercez que fundou o convento do mesmo nome em 1658 e em 1821 possuía três frades, duas fazendas na região de Alcântara e 84 escravos. Essas Ordens Religiosas além de promoverem a fé Católica a partir das missões religiosas de catequização dos indivíduos de origem indígena e africana, contribuíram para a economia local e agroexportadora, pois eram detentoras de terras, possuindo fazendas produtoras de gado e produtos agrícolas.

No que diz respeito às Irmandades que estiveram presentes nessa localidade ao longo de sua história, não foram encontrados registros documentais de Irmandades responsáveis em promover a celebração de devoção ao Divino Espírito Santo como acontece em outras regiões do Brasil e no mundo afora onde é realizada essa festa. Todavia, destaca-se a atuação da Irmandade de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos, a qual tinha lei própria (Lei Nº 664 de 07 de julho de 1863) que determinava os deveres, funções, obrigações dos seus membros, era aberta a participação de todos os indivíduos que estivessem aptos conforme os critérios estabelecidos, mas não tratava sobre a realização de festas religiosas realizadas por esta Irmandade. Atualmente como "lugar de memória" (NORA, 1993) dessa Irmandade existe a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, conhecida popularmente como a Igreja do Galo, Igreja dos Negros, Igreja dos Escravos, na qual é celebrada o festejo de São Benedito através de apresentação de Tambor de Crioula[39] por vários grupos provenientes do interior quanto da sede do município. Nesse ritual celebrativo têm-se a presença dos devotos do Santo que:

> exibem-se traços diacríticos mantidos sob certa invisibilidade no cotidiano. Esses rituais de agregação integram as famílias, extrapolam as fronteiras entre rural e urbano e juntam os participantes num plano que permite ver acionada a identidade coletiva (SOUZA FILHO; ANDRADE, 2012, p. 83).

39 Tambor de crioula é uma manifestação cultural de origem afro, tipicamente maranhense, em que os grupos se apresentam por convite dos donos das festas realizadas em louvor a São Benedito. É composto por pessoas que exercem três funções distintas: as "coreiras", que são as mulheres vestidas com largas saias de chita estampadas, blusas com mangas de folhos e turbante, que realizam a dança girando na roda das dançarinas e que, uma a cada vez, dirige-se para o centro da roda, com a imagem de São Benedito apoiada sobre a cabeça, até convidar uma outra coreira da roda para receber a imagem do santo e se dirigir para o centro, enquanto esta que entrega, volta para a roda. Aos homens cabe a função de bater os tambores feitos de troncos de madeira escavada, cobertos com peles de animais, rusticamente curtidos, bem como compor e entoar as toadas em forma de improviso em desafios que mobilizam os pares. O cantador puxa a toada, enquanto os tocadores, em grupo, acompanham o refrão até que outro cantador puxe outra, sempre com motivos de louvor a São Benedito (PACHECO, 2014, p. 69-70).

A existência de ideias interativas e compartilhadas a respeito da fé e devoção por São Benedito foi "introduzida pelos escravizados que chegaram para compor a mão de obra nos Estados do Maranhão, Pará e Amazonas a partir do século XVII." (LIRA; SILVA, 2016, p.02). A popularidade desse santo se deve a "dedicação que lhe devotaram as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, espalhadas pelo Brasil." (ALVES, 2001, p. 05). Além de serem devotos de São Benedito, esses indivíduos também dedicam fé e devoção ao Divino Espírito Santo e tem participação nessa continuação da tradição que a cada ano é apresentada tentando perpetuá-la, apesar deles não terem a precisão do início dessa festa, conforme as palavras de um morador da cidade: "Tem pessoas que dizem que vem dos Açores [..] agora uma data exata assim, eu não lembro, mas sei que tem uma data",[40] garantem que não irão deixar acabar, apesar de alguns momentos do ritual não serem mais realizados. Como exemplo disso tem-se a ciganagem, compreendendo a participação de crianças ou adolescentes que saem em busca de arrecadar fundos para a festa em forma de alimento ou dinheiro, que não é mais incluída no roteiro da festa e nem cobrada pelos organizadores, ficando a cargo de cada festeiro em ser responsável por sua ciganagem e conseguir acarear donativos para a sua festa. Outro momento que não existe mais era somente a presença do rufar dos tambores no levantamento do mastro, sem a inclusão dos outros músicos com seus instrumentos de sopro que também tem participação na festa visto que "nos mastros não tinha música, era só os tambores das caixeiras e pessoal cantando."[41]

Por muito tempo no Maranhão a realização de festas dessa categoria ficava a cargo de cobranças pela polícia, destacando tal ação na capital do Estado, São Luís e entendendo-se aos outros municípios. (FERRETTI, 2015). Apesar da festa do Divino em Alcântara não ser realizada em Terreiros de Mina como as de São Luís e de outros municípios maranhenses, também não era vista com bons olhos pela Intendência local que julgava ser um atraso e desrespeito a realização de tal festividade, visto que tinha em seus partícipes a origem e descendência africana e sempre estavam associados à realização de algum tipo de "atividade religiosa e terapêutica conhecida como 'pajé' ou pajelança, encontrada na capital e em diversas localidades do litoral e do interior maranhense" (FERRETI, 2015, p. 14 -15). Essa atividade teve sua origem ligada aos povos indígenas e foi confundida com algumas

40 Entrevista com Antônio Barbosa, mestre sala da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 23 de fevereiro de 2017.
41 Entrevista com Moacir Brito, coordenador da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 23 de fevereiro de 2017.

denominações religiosas de matriz africana conhecida como Tambor de Mina, religião tradicional desenvolvida pelos negros no Maranhão (FERRETTI, 2015).

Era muito comum no século XIX e início do século XX a proibição de manifestações religiosas oriundas de matriz africana no Maranhão, ficando sob a responsabilidade expressiva dos códigos de posturas de cada localidade a função de reprimi-las. Porém, na cidade de Alcântara, a partir de um levantamento feito em arquivos disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM, não foram encontrados registros a respeito dessas proibições especificando as manifestações de culto de matriz africana, mas uma lei de Nº 804 de 21 de julho de 1866, art. 33 determinava que:

> Ninguém poderá dar na cidade e nas povoações espetáculos públicos de qualquer natureza que seja sem licença da Camara, pela qual pagará a quantia de dez mil reis; sob pena de trinta mil reis de multa aos contraventores ou oito dias de prisão.

Para muitos jornais maranhenses de grande circulação e publicados no final do século XIX e início do século XX, a festa do Divino Espírito Santo em Alcântara aparecia como: "grande e explendida festa do divino espirito santo" (*Publicador Maranhense*, 22 de maio de 1884, anno XVIII, número 61), "grande e pomposa festa do Divino Espírito Santo" (*Pacotilha: Jornal da Tarde*, 23 de maio de 1890, anno X, nº 137), "a mais tradiccional de todas pelas pompas do seu culto" (*A Campanha*, 08 de outubro de 1902, anno I, nº 163), "a tradicional festa do Divino Espírito Santo" (*O Globo*, 25 de maio d 1945, nº 302). Nesses noticiários eram sempre divulgadas informações descritivas sobre a festa, o período que seria realizada, bem como os horários dos vapores, os transportes utilizados na época que estariam disponíveis para fazer a viagem, responsáveis pela travessia da baía de São Marcos até a cidade de Alcântara.

Apesar de toda essa divulgação, era explícito o pensamento de muitos indivíduos da sociedade civil que discriminavam e menosprezavam a realização desse festejo no município de Alcântara, destacando sempre o transtorno causados pelos batuques, denominando-os como feio, ruim, de mau gosto, barulho insuportável.

Segundo Schwarcz (1998, p. 399), a partir do período colonial no Brasil, houve a participação dos negros nos diferentes ritos festivos e consequentemente a adesão deles ao catolicismo:

> as comemorações cívicas, as cerimônias de coroação e os cortejos imperiais eram também saudados com batuques e congadas, manifestações pouco previsíveis na etiqueta da corte. Enfim, era difícil separar mundos: o

> catolicismo dos reis portugueses misturava-se a olhos vistos com a religiosidade dos escravos africanos.

Outro fator que pode ser destacado é que, atualmente, é frequente o reconhecimento da importância dessa festividade para a cidade de Alcântara como forma de preservar elementos culturais herdados e que foram incorporados ao longo do tempo. Por outro lado, percebe-se algumas mudanças ocorridas na celebração devido ao contexto sócio-histórico vivenciado que possibilitou a sua valorização e de seus participantes, tornando-os importantes para a identidade cultural local. Esta abrange "gênero, raça, história, nacionalidade, crença e etnia" (LIMA, 2017, p. 18) e fazem parte dos elementos constituintes da identidade religiosa e coletiva dos devotos dessa festa, tornando uma luta de resistência contínua.

Com a presença dessas características, despertou-se a curiosidade sobre um olhar científico em relação ao entendimento mais minucioso, que pudesse responder algumas lacunas existentes. Destacam-se os estudiosos BARBOSA, (2006), FERRETI, (2005), LIMA, (1988) como os precursores de pesquisas acerca da comemoração divinesca no Maranhão e em Alcântara, possibilitando um novo olhar, o qual tempos depois, tornou-se "objeto de políticas estaduais de patrimonialização e apoio à cultura popular do estado do Maranhão [...] como forma de estímulo a uma expressão da cultura popular maranhense vista como caracterizadora da identidade cultural do estado", (LEAL, 2017, p. 235). Sob essa nova perspectiva, o envolvimento das ações do Estado com a festa deu-se através da mediação, de apoio na manutenção da atividade festiva. Tal suporte iniciou-se em 1982 a partir da doação de um casarão comprado pelo governador do Estado na época, João Castelo, com a finalidade de ser a "casa do Divino", visando possibilitar a promoção da festa, "pois naquela época já estava sendo difícil adquirir casa para fazer festa"[42].

O local tornou-se o museu Casa do Divino de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo e é transformado, no período de comemoração da festa, na casa do "Império", contendo cerimônias ritualísticas. A casa, ao término da festa é reaberta para a visitação de suas exposições sobre os elementos que constituem a festa do Divino, funcionando como espaço de registro e divulgação da mesma.

---

42 Entrevista com Antônio Tavares, mestre-sala da Festa do Divino Espírito Santo e coordenador da casa do Divino em Alcântara realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 16 de fevereiro de 2017.

Foto 19 - Casa do Divino

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

Apesar de ter se transformado num museu, a casa do Divino não dispõe de fontes documentais históricas a respeito da celebração divinesca em Alcântara e se pauta somente na oralidade para constatação sobre os registros feitos ao longo dos tempos dessa festa. Entretanto, pode ser considerado um "lugar de memória" devido à carga simbólica que carrega (NORA, 1993) para os moradores da cidade de Alcântara.

Atualmente o governo do Estado contribui para a promoção da comemoração e se faz presente através de apoio financeiro. De acordo com o atual secretário da Cultura e Turismo do Estado do Maranhão, no ano de 2018, foram concedidos aproximadamente uma quantia de R$ 300 mil reais para subsidiar a realização da festividade em Alcântara, segundo ele: "O Governo do Estado vem apoiando a Festa do Divino nos últimos anos e esse ano continuamos com a valorização dessa festa que é reconhecida internacionalmente". (GALDINO, 2018)[43]. Para garantir esse financiamento anual é feito todos os anos um projeto sob o comando da coordenação da festa que ratifica os gastos necessários para a promoção da mesma.

Contudo, é de muita relevância a busca das origens, possíveis transformações e influências sofridas pela Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara, com base em pesquisadores que tratam do tema, de registros formais presentes em jornais, leis, códigos de posturas, na memória, seja oral ou expressa em documentos, para que se possa entender as particularidades que só ela experimenta e assim tentar buscar compreender como esse ato de expressão pública da fé no Divino Espírito Santo apropriou-se do espaço e como

43 Discurso feito em 21 de maio de 2018 disponível no site <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/politicas-sociais/festa-do-divino-de-alcantara-encerra-com-anuncio-de-reforma-e-criacao-de-casas-de-cultura>. Acesso em 30 de maio de 2018.

representação coletiva da religiosidade popular alcantarense, a qual resiste ao longo das gerações.

Assim, como forma de se perceber e reviver esse passado, é marcante a presença da influência afrodescendente, através da participação das Caixeiras, proporcionando uma (re)significação dos valores e ritos que perpassa sobre essa festa. Elas são consideradas testemunhas da História e da Memória, visto que são dotadas de grande conhecimento sobre a festa e desempenham funções primordiais na mesma, as quais foram responsáveis em promover a contribuição para formar e reafirmar os elos da identidade brasileira na celebração herdada pelos europeus.

4. MULHERES DO DIVINO E SUAS MEMÓRIAS

Divino espírito santo é Deus... ninguém
pode aduvidar... e toda parte que ele chega
faz o povo a se alembrar.
(Caixeiras do Divino)

No Maranhão o culto ao Divino Espírito Santo adquire uma particularidade, pois é conduzido por mulheres que participam em momentos importantes desse culto há muitas gerações cantando e tocando tambores: as caixas[44]. Daí o nome "Caixeiras do Divino", consideradas como sacerdotisas no culto ao Divino Espírito Santo cujas reverências, cantos e toques dos instrumentos são vistos como um ato de profunda fé e de devoção. Um ato de renovação das suas promessas. (BARBOSA, 2006). A particularidade dessa participação feminina no Estado maranhense, com destaque para Alcântara, é o fato de que em outros lugares onde ocorre o culto ao Divino essa função pode ser exercida também por homens. Marise Barbosa destaca essa diferenciação quando afirma que "elas são a única experiência conhecida de mulheres conduzindo o culto do Divino e são uma raridade, se considerarmos a presença de mulheres na condução de rituais religiosos, tocando tambores" (2006, p. 21). Na celebração do Divino em Alcântara, ao longo de toda a sua história, tal função deveu-se somente às mulheres que dedicam seu tempo, fé e devoção para o exercício dessa atividade.

As caixeiras, na visão de Ferreti (2007, p. 05):

> [...] constituem elemento imprescindível e típico da festa do Divino no Maranhão. São senhoras idosas com o encargo de tocar caixas e entoar cânticos, repetidos de cor ou improvisados, em louvor ao Divino Espírito Santo. Costumam fazer isso por promessa ao longo da vida e vinculam-se a um grupo de seis a doze ou mais, que anualmente tocam em diversas casas, sob a liderança da caixeira régia, ajudada pela caixeira mor. Normalmente as caixeiras não recebem remuneração, mas são muito valorizadas. Recebem alimento, algum dinheiro para transporte, vestimentas iguais em algumas festas e são agradadas com presentes e mantimentos. Além de tocar e cantar, em alguns momentos elas dançam com as bandeireiras[45] diante do trono e do mastro. No toque das caixeiras alguns percebem a presença do ritmo marcial dos tambores e da síncope africana ou então, que os cânticos lembram litanias e salmodias do cantochão gregoriano.

---

44 Instrumentos musicais confeccionados em aço, madeira e couro e tocado com duas varinhas de madeira denominadas de baquetas.

45 Meninas que carregam as bandeiras para o Espírito Santo durante os cortejos, sempre acompanhando as caixeiras nas obrigações, cantando as ladainhas e dançando em louvor ao Divino.

A música entoada por elas restringe-se a celebração da festa do Divino, na qual mantém aberto o canal da divindade, visto que nesse rito os seus cantos e toques constroem um elo de sacralidade inerente ao culto. Nas palavras de Barbosa (2009, p. 10), as Caixeiras:

> vêm de experiências comunitárias quilombolas ou grupos familiares extensos, e essa sua origem dialoga com a construção coletiva dos rituais. Num processo circular e dialético, constroem a si próprias e ao seu modo de pensar, sentir, olhar o mundo e se dedicar à sua devoção, sempre identificados com o compartilhar.

Para João Leal (2017), os cânticos entoados por elas têm um papel duplo que remetem à louvação e homenagem ao Divino Espírito Santo e promovem o direcionamento ritualístico indicando o que deve ser feito, como e por quem. Como instrumento de apoio para a realização de seus cânticos é marcante o uso da caixa, classificada como um tipo de tambor, garantindo a percussão dos toques e cantigas e estabelecendo diálogos estreitos com todo o ritual.

Ferretti (2015) elucida que o tambor é um instrumento de destaque na vida do negro, desde a segunda década do século XIX,

> é associado à cultura africana e apresentado junto com a dança em brincadeiras profanas e religiosas-batuque (1818), dança de tambor (1867, 1893), dança de minas (1895), tambor de crioulo (1920) ou de crioula (1931) (FERRETTI, 2015, p. 30).

Tais datas referem-se a denominação de como o tambor aparece na documentação de jornais e registros policiais analisados pela pesquisadora.

Segundo o mestre-sala do Império, 25 anos na função, Sr. Antônio Barbosa, responsável em auxiliar o(a) imperador/imperatriz na festa do Divino Espírito Santo de Alcântara, “uma das funções das caixeiras na festa é louvar ao Divino Espírito Santo através de seus cantos nas alvoradas”.[46] Essas cantigas são acompanhadas pelos toques das caixas que revelam um caráter peculiar às músicas e muitas delas mantêm uma espécie de diálogo com o Divino Espírito Santo, na qual há a presença de perguntas e respostas. Há uma diferença do toque na caixa, o qual é específico para cada momento da festa (alvorada, levantamento do mastro, visita aos mordomos/imperatriz/imperador).

---

46 Entrevista com Antônio Barbosa, mestre sala da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 23 de fevereiro de 2017. O mestre sala é o encarregado em auxiliar os festeiros (imperador/imperatriz, mordomo(a)-régio(a), mordomos(as) baixos(as) no decorrer da celebração da festa do divino).

A respeito do papel desempenhado pelas Caixeiras, é marcante a dedicação e devoção que evidenciam um comprometimento para a vida toda. Em alguns relatos, é perceptível esse desejo de um vínculo duradouro: "eu pretendo tocar caixa até quando Deus quiser... com saúde que tiver." (Maria Francisca)[47] e "vou nessa caminhada até quando Deus quiser e o Divino prometer... ele é bom, é misericordioso e quando a gente pede as coisas, a gente alcança." (Irene De Jesus)[48]. Mas, qual a origem da participação dessas mulheres em sua totalidade ou sem sua maioria negras em um culto originariamente ligado à tradição portuguesa/branca?

Do ponto de vista das atuais integrantes do grupo das caixeiras, as respostas são imprecisas e refletem vagas lembranças sobre essas origens: "eu me criei na festa... eu nasci na festa... essa festa veio do tempo dos escravos... quando os portugueses vieram para cá" (Marlene Silva)[49], "essa aí eu não sei explicar... porque quando eu me entendi... já era festa já..." (Romana Pimenta)[50] e "Aquilo é desse pessoal, daquelas pretadas velhas, antiga, escrava! Isso é do tempo da escravatura! e nesse tempo, era elas que mandava nessa festa" (Margarida Araújo)[51]. Ainda assim, parece evidente que há uma relação direta com a presença de escravos ou descendentes de africanos nessa manifestação religiosa.

Para Moarcir Brito, as Caixeiras têm uma representação significativa na festa, pois a sua presença e seus batuques remetem aos sofrimentos dos escravos e a maneira como se redimiam da sua condição de escravizado. Em suas palavras:

> Na época dos escravos, senhores tinha um pelouro[52] onde era castigado os escravos. Tinha os escravos... então veja bem[...] as caixeiras e o mastro representam essas duas coisas, também na festa e não é só isso[...] O que que acontece, o mastro representa o pelouro. Nós temos a quinta-feira da ascensão – dia 24, passeata do mastro, dia 25, alvorada[...] missa solene em seguida o cortejo e a prisão dos festeiros. O que que é essa prisão? É justamente relembrando a parte dos senhores, dos escravos. Nós saímos prendendo todos os mordomos e levamos para debaixo do mastro – que representa o pelouro. Então o que que acontece? Eles são presos lá e são soltos mediante uma prenda que é um licor, uma coisa que traz. As caixeiras,

47 Entrevista com Maria Francisca, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 25 de maio de 2017.
48 Entrevista com Irene de Jesus, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 25 de maio de 2017.
49 Entrevista com Marlene Silva, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de abril de 2017.
50 Entrevista com Romana Pimenta, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de fevereiro de 2018.
51 Entrevista com Margarida Araújo presente em (BARBOSA, 2009, p. 24).
52 O pelouro aqui descrito refere-se ao Pelourinho, o qual é uma coluna esculpida em pedra de lioz que representou o poder imperial e ficou conhecido como o local de castigos aos que infringiam as leis vigentes da época colonial, em especial os africanos e seus descendentes escravizados.

> além delas serem animadoras da festa, elas representam aqui os escravos que quando chegava a fim de cada mês, eles se reuniam na senzala para cantar, para extravasar um pouco do sofrimento[...] essa é a parte das caixeiras. E dentro da festa, elas são as animadoras da festa para cantar para o divino, para salvar o divino, salvar os mordomos, salvar o império.[53]

Com base no depoimento acima, baseado na memória de seu autor, é marcante a remissão aos indivíduos que foram escravizados, seus costumes e ações referentes a esse contexto apresentado.

Vale ressaltar que Alcântara tem suas origens ligadas a uma forte presença escrava na região litorânea do Maranhão. De acordo com Faria (2012, p. 53-54) em sua pesquisa sobre o desenvolvimento da economia maranhense no período colonial, a grande lavoura se expandiu, primeiramente, em áreas próximas ao litoral, "onde encontravam-se as baixas ribeiras dos rios que deságuam no Golfão Maranhense". A lavoura canavieira foi a impulsionadora do povoamento e da economia no litoral ocidental. Em seu passado colonial, Alcântara abrigou parte da elite agrária da Província. Existem registros literários que retratam a região em sua rivalidade econômica com a cidade de São Luís. Segundo Borralho, (2011, p. 49):

> São Luís rivalizava com Alcântara (que era sede da aristocracia local) por ser uma cidade extremamente comercial. Ou seja, em São Luís moravam os comerciantes, e em Alcântara, os grandes proprietários rurais. A cidade de Alcântara dista apenas 16 km de São Luís atravessando a baía de São Marcos. Por isso, os sobrados e casarões dos grandes comerciantes e dos grandes proprietários rurais serviam, muitas vezes, para o início da vida estudantil dos filhos, ou quando precisavam vir à capital resolver negócios, participar da Assembleia Provincial ou apenas para recrear-se.

Havia, a depreender-se do texto, um trânsito contínuo de pessoas entre São Luís e Alcântara, revelando uma dinâmica cotidiana entre as duas cidades. Viveiros (1999, p. 74) ressalta, por exemplo, que essa dinâmica se acentuava "nas temporadas líricas, geralmente na estação invernosa, época do recreio dos fazendeiros, como que Alcântara se transportava para São Luís. Sempre havia uma família amiga a oferecer hospedagem". Ele esclarece que foi a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1755; a responsável por revolucionar a economia maranhense, não só pela "introdução massiva de braços africanos na Província, mas também pela introdução das sementes de arroz da Carolina (EUA) para substituir o arroz vermelho nativo, bem como a melhoria dos processos de algodão, além de empréstimo de dinheiro aos fazendeiros". (VIVEIROS, 1999, p.67). E ainda segundo ele,

---

53 Entrevista com Moacir Brito, coordenador da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 23 de fevereiro de 2017.

> Em média, na época a que aludimos, o Maranhão importava 2000 escravos africanos por ano. Era, como afirmamos um período de magnífico esplendor. É claro que Alcântara, que já era o celeiro do Maranhão, se aproveitaria dessa fase de prosperidade. […] Ainda no decênio de 1850 a 1860, o velho município possuía 81 fazendas de cereais, 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado e para mais de 100 salinas, segundo informações de Belarmino de Matos, os quais exportavam para a capital, conforme se lê no Plano para Organização de uma Companhia de Navegação a Vapor (VIVEIROS, 1999, p.69).

De acordo Ferreira, (2016) no final do século XIX, Alcântara possuía uma quantidade significativa de escravos, em pesquisa realizada na documentação referente a implementação da Lei do Ventre Livre (1871) na Província. Tal fato, destaca-se na apresentação do quadro a seguir.

Quadro 2 - População escrava da província do Maranhão em relação ao trabalho urbano/rural – 1882.

MUNICÍPIO	ESCRAVOS EM SERVIÇO URBANO		ESCRAVOS EM SERVIÇO RURAL		SEM PROFISSÃO DECLARADA	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
CAPITAL	924	1506	779	714	819	775
VILA DO PAÇO	11	12	124	119	46	33
MIRITIBA	28	40	23	7	10	13
ROSÁRIO	45	58	821	871	6	10
S. BERNARDO	-	-	178	203	-	-
ICATÚ	58	67	450	464	85	98
S. LUIZ GONZAGA	294	258	1874	1449	1134	427
TURY-ASSÚ	74	49	292	354	136	162
SANTA HELENA	-	-	334	330	-	-
BURITY	-	-	349	393	-	-
BREJO	17	55	491	521	338	367
ALCÂNTARA	290	412	1000	1065	225	298
S. BENTO	19	33	899	959	494	419
S. VICENTE FERRER	-	-	-	-	-	-
PINHEIRO	48	66	255	257	119	107
GUIMARÃES	252	258	1142	1116	379	138
CURURUPÚ	258	188	743	927	404	433
VIANNA E PENALVA	254	298	611	733	318	341
MONÇÃO	91	129	536	480	117	143
MEARIM	24	54	125	96	53	43
ARARY	-	-	-	-	-	-
ITAPECURÚ-MIRIM	13	15	333	290	107	145
ANAJATUBA	-	-	247	244	-	-
VARGEM GRANDE	27	47	415	494	32	37
BARREIRINHAS	55	134	145	73	81	69
COROATÁ	95	115	361	437	180	146
CODÓ	298	311	1413	1722	532	606
CAXIAS	320	426	1236	1128	387	331
S. JOSÉ DOS MATTÕES	102	195	1215	1298	-	-

PICOS	22	106	532	544	181	177
S. FRANCISCO	10	37	327	358	244	214
MIRADOR E LORETO	-	-	-	-	-	-
BARRA DO CORDA	12	19	126	126	62	63
GRAJAHÚ	72	174	233	81	100	74
IMPERATRIZ	10	26	125	143	7	12
CAROLINA	22	15	135	137	26	29
RIACHÃO	61	103	158	64	165	198
TOTAL	3806	5206	18027	18197	6787	6208

Fonte: Quadro da população escrava e dos filhos livres de mulher escrava existentes nesta Província, organizado para cumprimento dos avisos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 26 de outubro e de 21 de outubro de 1881 e de acordo com os modelos remetidos pelo mesmo Ministério. 16 de dezembro de 1882. APEM – FUNDO: COLETORIA DA FAZENDA. In Ferreira (2016)

Assim, com base em Ferreira (2016) percebe-se que os municípios com maior quantitativo de população escrava eram: São Luís, São Luís Gonzaga, Codó, Caxias, Guimarães, Vianna e Penalva, Alcântara, São Bento, Cururupu e São José dos Mattões.

Ao término do período de escravidão formal, com a assinatura da lei de 1888, os escravos mantidos em cativeiro no município de Alcântara fogem para regiões mais afastadas do núcleo urbano, constituindo assim, as centenas de comunidades rurais ainda presentes no território alcantarense, movimento que se deu em toda província:

> […] não existia, naquela época, nenhuma lavoura de exportação em processo de expansão […] Os deslocamentos dos libertos dirigiam-se para onde também haviam se dirigido os nordestinos fugidos da seca para o Maranhão: a pequena lavoura de subsistência, ou seja, aquela voltada principalmente para o autoconsumo, especialmente aquelas localidades nas áreas de fronteira agrícola, nos vales dos rios Pindaré, Mearim, Tocantins e Grajaú (CARVALHO, 2015, p. 233-234).

Entretanto, Souza Filho (2013) pondera que o discurso de decadência econômica e social que emerge de intelectuais maranhenses a partir do final do século XIX, deve ser relativizado, uma vez que, no caso específico de Alcântara, dá lugar a novas formas de sociabilidade:

> contrariamente ao que estabelece as narrativas dos produtores intelectuais do século XIX, esses ex-escravos, novos sujeitos políticos, a partir da territorialização dessas áreas outrora ocupadas pelas unidades monocultoras, subverteram em termos, sociais, culturais, e produtivos as principais categorias (ruína e morte) que traduziam o declínio dos antigos proprietários dessas fazendas e engenhos. […]viu-se emergir progressivamente vida coletiva a partir da constituição de residência e trabalho. Essas formas de organização social, com territorialidades específicas, ademais de serem assentadas em fatores étnicos, singularizaram-se pelo uso comum da terra e

> demais recursos naturais, princípios que se mantêm até os dias de hoje (SOUZA FILHO, 2013, p. 198-199).

Nesta perspectiva, como hipótese aponta-se, que devido à falta de registros documentais que demonstrem em que momento os homens e mulheres descendentes de escravos passaram a ser responsáveis pela realização da festa, apoia-se na narrativa defendida pelo antropólogo pesquisador dessas comunidades:

> Nesse sentido as alusões aos sons dos tambores das festas dos negros que resistiram às transformações econômicas podem ser lidas como uma espécie de anti-metáfora que se contrapõe àquela das estruturas de poder: o silêncio, representado como ausência de festas nos sobrado e casarões. Nesse jogo de metáforas, podemos ver as oposições silêncio/som, morte/nascimento como elementos que exprimem o desaparecimento gradativo de um modo de vida de forte inspiração europeia, e o nascimento de outro ancorado em fatores étnicos. A ruína de um modelo econômico que assegurava um estilo de vida à aristocracia acabou dando lugar a formas de organização econômica baseadas no usufruto comum dos recursos naturais e de grupos étnicos como tipos organizacionais (BARTH, 1976 apud SOUZA FILHO 2013, p. 200).

Com base em pesquisas de fontes primárias, tem-se o registro da celebração ao Divino em Alcântara desde o século XIX, apesar desta fazer parte dos ritos festivos religiosos da cidade tempos anteriores a esse período. Conforme a descrição do *Almanack Histórico de Lembranças Brasileiras-Ma*, de 1862, no capítulo intitulado *Antiga festa do Espírito-Santo*, coordenado e escrito por Cezar Augusto Marques, percebe-se a participação das caixeiras na festa:

> Ao aproximar-se o tempo do Espirito-Santo sahe o imperador ou a imperatriz a pedir esmolas, acompanhados de suas *caixerias fuliôas*, que são três raparigas, que cantam ao som de tambores, de suas *bandeiras*, que são brancas e levadas por outras três raparigas cantadeiras, do seu *estandarte*, que é uma grande bandeira encarnada e mais de três ou quatro mocinhas e rapazes com salvas para receberem esmolas. O Imperador leva a corôa em uma salva. A isto tudo chama-se *barulho do Imperador* (MARQUES, 1862, p. 282).

A narrativa, além de descrever sobre os indivíduos participantes e suas obrigações, ressalta a presença das caixeiras com a função de cantar a partir do som de instrumentos de caráter marcial, muito usados em ocasiões festivas durante o período colonial. Devido ao som que produziam, esses tambores provocavam um barulho intenso que causava estranheza para quem observava. A partir de estudos filológicos baseados na influência europeia, a palavra barulho tem sua origem etimológica do termo batuque, o qual sofreu mudanças no seu sentido, visto que no século XIX denotava “o agrupamento de pessoas em torno do som, da

dança" (SOUZA, 2005, p. 25), tendo a presença marcante dos africanos e seus descendentes que viviam no Brasil. Naquela época, o barulho provocado pelos instrumentos utilizados pelas caixeiras era visto de forma diferente tanto para quem executava quanto para quem ouvia. De fato, alguns registros apontam que as Caixeiras tinham seus toques considerados desagradáveis e bailados fora do ritmo, e nem sempre foram bem aceitas nesse ritual, pois causavam estranheza e remetiam a figura da escravidão, sendo repudiadas de forma depreciativa pela elite da época. Assim, "os batuques" produzidos por elas remetiam a um "ajuntamento de negros escravos ou pretos livres e, por esta razão deveriam ser banidos do convívio social, para evitar os incômodos dos falatórios e cantorias" pois "aos olhos dos indivíduos 'civilizados' do século XIX, os batuques perturbavam a ordem pública, incomodando os concidadãos das províncias'" (SOUZA, 2005, p. 28-29). O periódico *Diário do Maranhão*, de 24 de maio de 1874, registrava:

> Acto continuo porção de pretas e molatas velhas e algumas moças, mas já estragadas pelo tempo ou mordidas pela caba, rufam, a compasso descompassado e terrível, tantas caixas de guerra quantas são as taes caixerias. Estas cujas e muita gente mais entoa em som monótono uma espécie de Á á á á, é é é... é é é... ou cousa parecida[...]
> As caixas e caixerias, as bandeirinhas e as bandeirantes, dançam, tocam, vão, vem, avançam e recuam em cumprimentos e genuflexões, até que aquietados toma a palavra o sacerdote.

Tal atitude também é marcante na narrativa encontrada no jornal *Pacotilha: Jornal da Tarde*, de 06 de junho de 1881, anno 1, nº 18:

> [...] damos um doce a quem nos trouxer coisa mais triste, mais monótona, mais aborrecida do que seja o batuque das caixeiras e o canto invariável das imperatrizes que se passeiam durante todo o dia e toda noite, com o fim revolucionário de opoquetar as orelhas do povo em geral e glorificar o Espírito Santo em particular. Ainda nos parece ouvir o maldito batuque das caixeiras – corjas de cacetes!

Algumas décadas depois, já no período republicano e após a abolição da escravatura, o jornal *A Campanha*, de 21 de maio de 1902, demonstrava que a visão preconceituosa sobre a participação das Caixeiras na festa do Divino não havia sido modificada.

> Minha querida Alcântara, tens agora o mais original de todos os intendentes! Uma postura municipal de Alcântara lançava um imposto sobre os barulhos do Espírito Santo. Chama-se barulho aquella cantiga monotona acompanhada de caixas, que entoavam umas mulatas velhas e umas negrinhas de bandeira na mão, de porta em porta a tirar esmolas para o

> Espírito Santo. O festeiro que não pagava esse imposto não tinha direito ao barulho. S. Exc. Reverendissima, achou por bem acabar com aquelles batuques medonhos que nada tinham de religiosos e nem tão pouco de agradáveis.

Certamente a criação de um imposto sobre a festa visava limitar ou mesmo impedir que os negros descendentes dos escravos pudessem participar das manifestações fazendo uso dos seus próprios instrumentos e batuques. A construção de uma nação civilizada, firmada nos princípios vigentes na época, não combinava com aquelas práticas consideradas símbolo do atraso e da ignorância de uma parcela da população local. Do ponto de vista da memória, é possível perceber a existência de pontos conflitantes sobre o significado e o lugar desses indivíduos a partir das questões indicadas por Michael Pollack a respeito da:

> fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLACK, 1989, p. 6).

No contexto atual, a presença das mulheres do Divino torna-se imprescindível haja vista que ocupam um papel central no cortejo. De acordo Lopes,

> as caixeiras do divino são personagens centrais dessa encenação. Elas têm o papel de anunciar a passagem da corte imperial do divino, conclamando os demais para reverenciar esse teatro popular. Elas são responsáveis por conduzir o "tom" de vários momentos da festa, adequando a melodia do canto e do som das caixas ao roteiro dos ritos (2008, p. 445).

Para exercer o ofício de Caixeira, era preciso estar preparada e isto incluía algumas exigências. De acordo com algumas informações: "as mulheres esperavam ficar mais velhas, se resguardando, faziam meses de resguardo sexual e não podiam tocar nos seus companheiros, para poder louvar ao Deus[...] ao Deus maior[...] cantar para ele[...] buscar as suas bênçãos, porque ao Divino se pede bênçãos, se pede proteção".[54] Essas mulheres viam na escolha da castidade como uma forma de respeito ao plano espiritual representado na figura do Espírito Santo, uma condição para se tornarem dignas de exercer a função de louvá-lo e reverenciá-lo. Também acreditavam que a experiência de vida as ajudavam no exercício de tocar e louvar para o divino, apesar de terem tido contato com essa função desde muito jovens, aprendendo com as mais velhas que praticavam esse ritual. Elas se tornaram

54 Roda de conversa "*Um olhar sobre o feminino na Festa do Divino Espírito Santo"*, palestra proferida por Cláudia Rejane Martins Gouveia em 01 de junho de 2017, realizada no IFMA – Campus Alcântara.

detentoras de um conhecimento responsável por abrir a comunicação entre o terreno e o divino. A redução do número de Caixeiras, em razão do falecimento de algumas, e as dificuldades para preservação do grupo têm alterado essa percepção.

> A festa tá muito diferente hoje, tinha muitas caixeiras. Eu conheci Cristiane, Anatacília, Estela, Malguide, a mãe de Nonata, Ricardina, a derradeira foi Raimunda Boró [...] Do Cajueiro eram Mônica, Margarica, Hermenegilda e Petrolina... hoje não tem nehuma, só vai buscar caixeira em Itamatatiua... é Irene e mais duas. Três que ensinei lá em Itamatatiua já morreram também, não tem... e quem toca agora, é Marlene minha irmã, Maria minha irmã que mora na Vila Embratel e eu que ajudo quem vem do Itamatatiua.[55]

Se antigamente "cada festeiro tinha três ou mais Caixeiras" (Moacir Brito)[56]. Na atualidade participam da festa do Divino somente cinco Caixeiras (Figura 22), distribuídas entre as Caixeiras do Império, as três mais antigas, com experiência na função e Caixeiras do Mordomo - Régio. Possuem descendência quilombola, sendo três delas moradoras da zona rural de Alcântara – os povoados de origem quilombola, denominados Cajual [57] e Itamatatiua.[58] Dentre estas, destaca-se a Sra. Irene de Jesus, moradora da comunidade de Itamatatiua, a qual afirma:

> Tinha muita vontade de tocar caixa. São cinco anos que eu toco para o Divino de Alcântara. Eu já era Caixeira de Santa Tereza D'Ávila, lá na comunidade quilombola do Itamatatiua, mas tive que me afastar para trabalhar, precisava trabalhar. Aí me aposentei e agora me dedico a ser Caixeira do Divino. É uma gratidão enorme poder ter essa função e continuar com essa tradição.[59]

E Dona Romana Pimenta, lavradora e moradora da comunidade da Ilha do Cajual que relata sobre como aprendeu a tocar caixa:

> Aprendi a tocar caixa há alguns anos com a antiga caixeira Margarida. Hoje já falecida. Ficava observando como ela fazia e ia fazendo também. Sempre

55 Entrevista com Maria Benedita, caixeira da Festa do Divino Santo realizada por Ernestina Fortes Boéures em 12 de maio de 2016.
56 Entrevista com Moacir Brito, coordenador da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 23 de fevereiro de 2017.
57 Ilha do Cajual, localizada a aproximadamente uns 50 km do centro da cidade de Alcântara, é considerado como um importante sítio paleontológico brasileiro, onde foram encontrados fósseis de dinossauros raros. É também conhecida como Santana dos Pretos devido aos descendentes de escravos que foram povoá-la a partir do final do século XIX (MAIA; MIRANDA, 2007).
58 Itamatatiua é um povoado quilombola localizado a 70 km do centro da cidade de Alcântara que teve sua origem a partir de uma antiga fazenda que pertencia à Ordem Carmelita, a qual foi herdada pelos negros descendentes de escravos após o período escravocrata (ALMEIDA, 2006).
59 Entrevista com Irene de Jesus, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de abril de 2017.

> tive vontade de aprender e ela foi fundamental para isso com toda a sua experiência e dedicação ao Divino.[60]

Foto 20 - Caixeiras do Divino

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

A transmissão oral dos conhecimentos sobre a festa e os saberes das Caixeiras tem sido fundamental para a permanência e perpetuação das sequências ritualísticas. Ao que parece, os laços familiares e de amizade no grupo social a que pertencem solidificam a reprodução dos saberes da arte de tocar caixa e louvar ao Divino. Foi desse modo que a tradição passou de geração para geração. Tal fato é evidenciado no discurso da Caixeira Romana Pimenta, atualmente com 78 anos e que desde a sua adolescência foi incentivada pela tia que a orientou para o aprendizado da função.

> Minha tia sempre dizia: - Minha filha vai escutando eu cantar... aí minha filha vai tocando...e se minha filha quiser, eu boto para ser caixeira mor. [...] - mas olha, quando tem outra pessoa cantando, aí minha filha vai cantando... aí fui treinando, ela foi botando, treinando... treinando... até uma vez que ela foi ser caixeira de Andrelina, mulher de Careca (por volta de 12 a 15 anos atrás), aí ela me butou pra ser, pra mim sair junto com ela. [...] a primeira vez que eu fui bandeireira, minha tia que era irmã da minha mãe... minha mãe nunca foi caixeira... quem era caixeira era minha tia... da minha família, da parte da mamãe foi só ela que foi caixeira... minha tia Margarida que exercitou para tocar caixa... quando eu acompanhei a festa, eu tava no mandato da minha tia[61]

60 Entrevista com Romana Pimenta, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 01 de junho de 2017.

61 Entrevista com Romana Pimenta, Caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de fevereiro de 2018.

Assim, a partir de um levantamento feito por Barbosa (2009), as Caixeiras pertenciam ao mesmo grupo familiar, apesar de viverem em povoados distintos no município alcantarense. A exemplo disso tem a D. Margarida, que por muitos anos foi caixeira-mor[62], exercia também a atividade de tocar para o Divino, moradora do Cajueiro[63], enquanto que a sua sobrinha Romana Pimenta viva na Ilha do Cajual, povoados distintos pertencentes a zona rural.

Uma das mais antigas caixeiras da festa do Divino, apesar de ser exemplo de vitalidade nos seus 83 anos, não atua mais na função, é Ana Benedita Ferreira, conhecida popularmente como Anica, afirma que começou a tocar caixa com dezessete anos, aprendeu observando a avó e a mãe, e ensinou para irmã Marlene Ferreira, que ainda participa na festa como Caixeira.

> Eu sentia um remorso. Porque eu via ela tocar e dizia: - Minha mãe, me ensine! E nunca tinha tempo! É isso. Minha mãe nunca tinha paciência de me ensinar. Mas eu gostava de ver ela tocar e cantar, e muitos versos aprendia de minha mãe sem ela me ensinar.
> [...] Raimunda Soares que é a Caixeira mais velha, antiga, botou um verso e a minha mãe não soube responder, e eu respondi. Desde esse início, ela me ensinou e a outra Caixeira velha, que morreu, que era Ricardina. E eu fiquei tocando pra mais de 50 anos a Caixa do Divino.
> [...] Aí eu ensinei minha irmã Marlene a tocar, porque ela nunca ela nunca foi ser bandeira, né? Foi logo eu cantando e ela respondendo... e eu pegava um pedacinho de pau e uma latinha e ia cantando ensinando ela (BARBOSA, 2009, p. 96).

Do mesmo modo, a Caixeira Marlene Silva se refere a essa troca no seio familiar:

> Na minha família são três caixeiras que já tem, ela – minha irmã Maria, a mais velha, Anica... ela é a minha irmã, a mais velha... eu aprendi com ela tocando caixa... com ela, com as outras caixeiras que Deus já tem... eu me criei na festa... eu nasci na festa.[64]

A importância dos laços familiares, nesse sentido, se insere naquilo que Halbwachs (2004) indicou como fundamental na perpetuação de determinados valores dentre desse grupo social.

---

62 Cargo superior na hierarquia das Caixeiras em Alcântara. Em todos os outros lugares, esse lugar é ocupado pela Caixeira Régia (BARBOSA, 2006, p. 207).
63 Povoado quilombola que foi remanejamento para a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e reassentado em agrovila (ROCHA, 2014, p. 89).
64 Entrevista com Marlene Silva, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de abril de 2017.

> Los recuedos familiares se reducirían así a uma cadena de cuadros sucessivos: ellos reflejaríam antes que todo las variaciones de sentimento o de pensamento de los que componen el grupo doméstico. La família obedeceria al impulso de sus membros, y les seguiria em su acciones. Su vida transcurriría como la de ellos, em sum ismo tempo, y la tradiociones de família no durarían más de lo que podría convenirles (2004, p. 176).[65]

A transmissão desses valores a partir da comunicação oral e dos laços criados no ambiente familiar possibilitou também a construção de uma memória responsável pela solidificação de uma identidade, de pertencimento desse meio, de fortalecimento das crenças e das práticas ritualísticas próprias do agrupamento. Sobre a importância da memória nesse aspecto, Michael Pollack observou:

> a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (1992, p. 204).

De fato, a partir dos relatos mencionados acima, pode-se perceber a presença marcante do cruzamento das memórias individuais que estão ancoradas no grupo a qual a memória se refere, nesse caso, o grupo familiar e o das Caixeiras. Conforme observa Halbwachs (2006), não existe memória no vazio. Ela é constitutiva de um conjunto de relações que estão dentro da sociedade, deixando marcas impregnadas nos indivíduos, os quais possuem suas memórias individuais que sempre estarão determinadas pela pertença ao grupo que fazem parte, não sendo somente uma rememoração ou reconstituição do passado vivido. Dessa forma, é percebido de forma marcante que o grupo familiar expressa a maior referência acerca da memória dessas mulheres do Divino, pois:

> Mucho más que figuras o imágenes, el marco de la memoria familiar está constituído de nociones, nociones de personas y nociones de hechos, singulares e históricas em esse sentido, pero que tienen además todas las características de pensamentos comunes de todo um grupo, e incluso de vários (HALBWACHS, 2004, p. 210).[66]

---

65 As memórias familiares, portanto, seriam reduzidas a uma cadeia de quadros sucessivos: eles refletiriam antes de todas as variações de sentimento ou pensamento daqueles que compõem o grupo doméstico. A família obedeceria o impulso de seus membros e os seguiria em suas ações. Sua vida continuaria como a deles, ao mesmo tempo, e as tradições familiares não durarão mais do que poderia ser para elas. (tradução nossa)

66 Muito mais do que figuras ou imagens, o quadro da memória familiar é constituído por noções, noções de pessoas e noções de fatos, singulares e históricas nesse sentido, mas também tem todas as características dos pensamentos comuns de um grupo inteiro e até vários. (tradução nossa)

Assim, é perceptível a importância e a força do grupo familiar na manutenção da tradição da festa do Divino e que serviram de pontos de referência para a construção de suas memórias coletivas, conforme já observaram Fentress e Wickham:

> Toda a memória se estrutura em identidades de grupo: recordamos a nossa infância como membros da família, o nosso bairro como membros da comunidade local, a nossa vida profissional em função da comunidade da fábrica ou do escritório e/ou de um partido político ou de um sindicato, e assim por diante; que estas recordações são essencialmente memórias de grupo e que a memória do indivíduo só existe na medida em que esse indivíduo é produto provavelmente único de determinada intersecção de grupos (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 7).

Para James Fentress e Chris Wickham (1992, p. 57), "a memória exprime a ligação do nosso espírito ao nosso corpo e do nosso corpo com o mundo social e natural que nos rodeia". Logo, pode-se afirmar que a memória individual, apesar da relação particular entre corpo e espírito, se converte em memória social, a qual é a reunião de tudo que foi recebido nos diferentes grupos sociais que o indivíduo fez parte (família, escola, religião, grupos de pertencimentos, etc.), estando submetida ao determinismo social, ou seja, as recordações individuais estão condicionadas à presença nos respectivos grupos.

Conforme as narrativas, a função de ser Caixeira era um trabalho árduo, carecendo de devoção e disponibilidade de tempo para se dedicar a essa atividade fundamental que mantinha a festa. As mulheres Caixeiras se ocupavam muito nessa ação que tomava todo o seu tempo disponível, tornando-se um ofício ser Caixeira. O Sr. Heidimar Guimarães, em depoimento à pesquisadora Marise Barbosa (2006, p. 84), afirma sobre uma delas:

> Eu a conheci como Caixeira mesmo. Como tipo uma profissão... antigamente as Caixeiras durante o ano se ocupavam da festa. Elas esmolavam no interior, no meio rural. Saíam setembro, outubro, novembro, e iam chegar aqui mais ou menos em dezembro. Elas iam às fazendas pedir donativos de bois e ganhavam.

De fato, as mulheres dedicavam praticamente a sua vida pessoal e sua devoção em função dos festejos e dos festeiros, pois passavam vários meses no litoral (beira da costa)[67] ou no interior (beira do campo)[68] em busca de donativos (esmolas ou joias)[69], esmolando para o

---

67 Beira da costa é como é chamado os povoados pertencentes ao município de Alcântara e que ficam localizados no litoral da baía de São Marcos e para fazerem esse percurso em busca de donativos para a festa do divino, as caixeiras utilizavam barcos como transportes.
68 Beira de Campo é como é chamado os povoados que ficam localizados no interior do município de Alcântara.
69 Joias são as doações, ajuda em dinheiro ou alimentos para o Divino Espírito Santo.

Divino. A caixeira Marlene Silva, umas das mais antigas e ainda atuante na função, narra esse episódios da época que tirava joias na beira do campo.

> [...] chamava-se beira do campo, onde tem as fazendas Bacurituba, São Bento, esses lugar. A gente ia tirar essa joia mês de agosto, passava dois meses, mês e meio só tirando joia. Ganhava muito boi, porco, pato, galinha. Ganhava muita joia. Depois a Aleluia (sábado) se passava sete a oito dias aqui beira de costa que a gente chama é aqui, o redual daqui de Alcântara mesmo, que é mais perto. Que é os interiô que a gente ia por ali pra tirar mais uns ovos, essas coisas que era pra perto da festa. Os santos ganhavam boi, era difícil os mordomos comprar boi pra matar para dar a comida, pra dar as esmolas pros velhos (BARBOSA, 2006, p. 62).

Além da obrigação em angariar donativos para ajudar na festa[70], elas também contribuíam nos afazeres domésticos das casas provedoras da celebração, e muitas das vezes os próprios festeiros se aproveitavam dessa condição para explorá-las e humilhá-las, valendo-se do poder que detinham na hierarquia da festa, promovendo assim uma sutil atualização da celebração festiva do Divino para escamotear a estratificação social presente naquele contexto. Para tal acontecimento, destaca-se a narrativa de uma das caixeiras entrevistadas por Barbosa (2006, p. 88):

> ... a Caixeira estava sentada e a dona da festa passava e dizia:
> - Ô Nega feia! Essa Caixeira é nega feia e preguiçosa! Eu ficava olhando assim pra dona e pensava: minha comadre, eu vou m'imbora!
> Um dia ela passou e disse: - Ô gente, o vício dessa nega é sentar e durmir! [...] A dona chegava aqui, e cumadre fulana lavava louça, cumo essas minina que vai lá embaixo e vorta cum túnel dágua, subino esta escada aqui! Cumadre fulana lava louça, varre casa, lava coco, faz de um tudo! Deixe de tá butano pecha nos outros! Óia dona, tu aborrece ela, tu me aborrece também!...

Desse modo, eram obrigadas a desempenhar várias funções de cunho subalterno, gerando conflitos de classe e étnico-racial devido à ideia inerente de dominação pelo detentor do poder na relação social da festa e a associação da qual essas mulheres sempre deveriam exercer atividades desse caráter, pois sua posição na festa remetia às suas origens humildes e descendência de antigos escravos. Atualmente há uma maior valorização da sua presença na festa tendo em vista o reconhecimento das mesmas para a conservação das tradições culturais

---

70 Segundo Antônio de Coló, mestre sala do Imperador há mais de 40 anos, "Antigamente era muitas as caixeiras. Elas viviam em função da festa. Partiam para interior para tirar joias e só voltavam para Alcântara perto da festa! Agora são poucas e não fazem mais isso. Não passam esse tempo todo tirando joias". Entrevista com Antônio de Coló, mestre sala da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 16 de fevereiro de 2017.

e a dimensão econômica que a festa do Divino tem alcançado. Ainda assim, era possível perceber, até pouco tempo, a permanência de certa hierarquia social na própria definição sobre os lugares que cada personagem ocupa no cortejo.

Em 2006, a pesquisadora Marise Barbosa havia observado que

> as caixeiras não tocam dentro da igreja. Elas levam o império para as missas e ladainhas diariamente, mas deixam suas caixas deitadas no chão e encostadas à parede do fundo. Saem e esperam, do lado de fora, que a cerimônia termine, quando assumem seu papel à frente dos cortejos, dividindo o espaço com a banda de música (BARBOSA, 2006, p. 45).

A elas ficava o encargo de somente manifestarem seus dons musicais e artísticos fora do templo da igreja. Um dos possíveis motivos da não participação das Caixeiras na celebração realizada na igreja era devido o desconhecimento de padres estrangeiros, então responsáveis pela igreja em Alcântara, sobre a cultura local, segundo esclarece o Pe. Wiliam Guimarães:

> tiveram muitos padres, muitos anos, padres canadenses que não conheciam e não estudaram essa cultura e então por serem padres estrangeiros, embora a ação tenha vindo da Europa vindo de Portugal. Padre Helder, no caso holandês, e os canadenses lá na América do Norte não tiveram, não têm e não comungaram do sentimento e isso influenciou, tanto faz ter caixeira ou não... foram anos que elas não vinham a igreja... sabe esta? Teve anos que eles não tinham atividade na igreja... não tinha missa, ficava tudo na casa dos festeiros [...] aquela convicção que ainda Alcântara era reminiscência do tempo da escravidão. Porque a igreja aqui também, tem assoalho e ladrilho... o que significa isso? o assoalho é para os brancos, os ladrilhos são para nós negros, escravos, porque na parte do assoalho eles estão a serviço, aguardando que os patrões precisem... ali naqueles ladrilhos eles tinham água... nos assoalhos, ali que ficam mais perto do púlpitos era para os comerciantes, para os patrões. Naquela época os negros ficavam ali porque eles estavam a serviço [...].[71]

Outro fato considerado marcante, a partir do depoimento do Padre William, é sobre a divisão de lugares presentes na arquitetura da Igreja, que define a posição de cada frequentador diferenciando-o da classe étnica-social que ocupa, fazendo com que tal fato fosse perpetuado de forma natural e sem questionamento sobre o real motivo dessa divisão. É marcante ainda essa segregação na posição a ser ocupada pelas pessoas que participam, na forma de Caixeiras, festeiros, compreendendo imperadores e mordomos, autoridades da sociedade civil e militar. A estes últimos são reversados lugar de destaque nos bancos

71 Entrevista com o Pe. William Guimarães, pároco da igreja Católica de Alcântara, realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 23 de janeiro de 2018.

principais da frente na Igreja e para àquelas restam o último banco no final da Igreja. Nas palavras da Caixeira Romana: "Nós fica tudinho lá atrás... coloca as caixa... a gente fica sentada no banco... aí quando diz assim: - terminou a missa, sai todo mundo com a sua caixa para esperar lá do lado de fora para o festeiro sair, pra gente poder tocar caixa."[72]

Para alguns moradores da cidade, quando indagados sobre a abstenção das Caixeiras no rito litúrgico que ocorria tempos atrás, alguns não souberam responder ou permaneceram em silêncio. Todavia, o próprio silenciamento sobre tal questão relaciona-se também à constituição da memória, que também "é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamento" (ORLANDI, 1999, p. 59). O silêncio, nesse caso, tanto pode revelar um desconhecimento acerca da hierarquia social da festa haja vista a naturalização do lugar que cada um deve ocupar na mesma e que, em certo sentido, reflete a divisão social na sociedade, como também pode expressar uma recusa em falar sobre algo que não se deseja modificar.

Todavia, nos últimos anos, em 2017 e 2018, as Caixeiras tiveram uma participação na celebração litúrgica realizada na Igreja em homenagem ao Pentecostes. Além de comandar o cortejo imperial até o local de culto, elas fizeram homenagens ao representante máximo da Igreja Católica local, o bispo responsável da região onde está localizada a cidade de Alcântara, e ao Espírito Santo. Conforme Romana essa prática tem se tornado frequente:

> Quando a gente chega o padre já tá lá frente [...] quando termina a gente já tá lá fora [....] às vezes quando quer fazer uma representação, chamam a gente lá pra perto do altar para uma representação[...] a gente só vai pra lá quando eles chamam a gente, pra defronte da igreja [...] depois que sou caixeira, isso já aconteceu umas 5 vezes.[73]

Essa nova postura adotada por elas reflete uma mudança ocorrida no roteiro da festa que acabou incorporando novos significados que antes não eram possíveis e nem questionados.

---

72 Entrevista com Romana Pimenta, Caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de fevereiro de 2018.

73 Entrevista com Romana Pimenta, Caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de fevereiro de 2018.

Foto 21 - Caixeiras do Divino tocando na igreja na missa de celebração de Pentecostes.

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

Para as Caixeiras, a sua ausência na festa reduz o significado simbólico da mesma e a tradição se perde.

> se não tiver caixeira a festa acaba, pois a festa é bonita com o batuque [...] Quando eu me entendi, a gente fazia ela da pouca força da gente! Hoje tem ajuda do governo[74][...] acabando o batuque, não tem mais festa do divino. Acaba tudo! Que bonito é o batuque! Bonito é o batuque! (Ana Benedita)[75] ;

> a gente aqui é uma peça fundamental... sem as caixeiras, a festa não tem nada... então é uma coisa que tem que ter... caixeira... em primeiro lugar caixeira... quando os músicos chegam aqui... nós já estamos há muito tempo... nós somos peça fundamental nessa festa (Irene De Jesus)[76];

74 O Governo do Estado do Maranhão contribui como apoiador cultural, dando uma ajuda de custo para o financiamento da festa do Divino a partir de um projeto apresentado pela coordenação da festa para acarear este recurso.

75 Entrevista com a caixeira Ana Benedita Silva da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Cláudio Farias presente no documentário Divino povo Alcantarense, Publicado em 21 de mar de 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=NXAU5b0JZcs. Acesso em 17 de maio de 2017.

76 Entrevista com Irene de Jesus, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 06 de junho de 2017.

> sem caixeira a festa não acontece. (Maria Francisca)[77];
>
> a festa do Divino Espírito Santo só é tocada com a caixa, se deixar de ter a caixa... acaba... porque só orquestra não tem graça... o Divino gosta é da caixa. (Marlene Silva)[78];

Do mesmo modo, na visão dos participantes da festa, dos festeiros, é fundamental a valorização das Caixeiras durante o cortejo, mantendo uma tradição secular. De acordo a mordoma-régia da festa em 2010:

> As caixeiras são de suma importância, porque elas mantém viva uma tradição dos nossos antepassados. Elas são um elemento essencial para a Festa do Divino do Espírito Santo. Os músicos animam, mas a nossa cultura mesmo, marca cultura, são as caixeiras.[79]

Dessa forma, a memória coletiva, que mostra sobre a cultura, da vivência de um grupo, sendo baseadas nas semelhanças em comum existentes nas lembranças do indivíduo e do seu semelhante, do outro, pertencentes a uma mesma sociedade, fazendo assim, a memória tornar-se também uma tradição.

Para a manutenção dessa tradição, é presente a preocupação em repassar esses conhecimentos adiante para as gerações mais novas, visto que há também a presença do número reduzido de Caixeiras participantes na festa. Isto é uma constante no pensamento dessas mulheres, pois afirmam que através da atuação delas nos festejos e de oficinas realizadas ao longo do ano, possibilita uma maneira de incentivar as meninas mais novas:

> é assim, na festa a gente vai ensinando [...] se não ainda tem a oficina [...] a gente vai ensinando [...] umas falam que querem. A gente tá com um projeto para vê se resgato isso [...] já tem umas que tão já tocando, cantando [...] e a gente quer ver se elas conseguem [...] o pobrema não é a gente [...] é que elas aprendem, mas quando é depois não querem assumir [...] porque se essa festa não tiver caixeira, então não é respeitada a tradição. Por isso queremos fazer isso [...] tem algumas que já tocam. Tem que ter dedicação.[80]

Como forma de substanciar esse anseio, já é incentivada a realização de oficinas e palestras em escolas do município de Alcântara visando difundir e promover a prática de tocar

---

77 Entrevista com Maria Francisca caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 06 de junho de 2017.
78 Entrevista com Marlene Silva, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 06 de junho de 2017.
79 Entrevista com Conceição Souza, mordoma-régia da festa do Divino do ano de 2010, realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 10 de abril de 2018.
80 Entrevista com Marlene Silva, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 06 de junho de 2017.

para o Divino, a qual, para as Caixeiras é a vida delas, a identidade delas passa pela festa onde é fortalecida a devoção ao Divino Espírito Santo. Nas palavras de Irene de Jesus é marcante o sentimento de felicidade em viver essa prática devocional.

> Eu me sinto muito feliz, porque parece que eu revivi outra vida. Quando eu toco a caixa para o Divino, eu sinto uma coisa muito especial. Quando eu tô tocando aquele ritmo ele traz o Espírito Santo tão forte, traz aquela força e me sinto muito feliz.[81]

Há muitos anos dedicados para o Divino, essas mulheres demonstram um envolvimento contínuo de dedicação a esse culto, fortalecendo esse contexto religioso e perpetuando a tradição, pois se não houver o repasse, não haverá mais festa e o momento religioso, o qual fica a cargo delas, irá se perder.

Contudo, não se pode deixar de levar em consideração o reconhecimento da importância dessas mulheres, a sua presença, a simbologia e o significado destas para o entendimento da tradição e possíveis mudanças na festa do Divino realizada em Alcântara.

81 Entrevista com Irene de Jesus, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de abril de 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comemorações festivas são caracterizadas como manifestação da cultura de um povo e possibilita testemunhar suas práticas, seus costumes, suas formas de sociabilidades que salientam a teia de relações envolvidas entre seus participantes demonstrando seus traços identitários. Assim corroborando com os preceitos de Damatta (1981, p. 54), no qual afirma que "todas as festas - ou ocasiões extraordinárias - recriam e resgatam o tempo, o espaço e as relações sociais" é evidente perceber que é possível a reunião de diálogos entre culturas diversas reunidas num mesmo espaço e tempo. Como exemplo disso, observamos que a Festa do Divino Espírito Santo de Alcântara-Ma reúne todos esses atributos sendo necessário conhecê-la e pesquisá-la para o entendimento de toda a sua dinâmica, influências e possíveis transformações.

Apesar de sua origem portuguesa, é em terras maranhenses que esta festividade ganha novos sentidos através da inclusão de novos elementos e participantes que reelaboraram a sua dinâmica em celebrar a divindade referente à Santíssima Trindade, o Espírito Santo. Assim, a partir do presente estudo, percebeu-se que a festa do Divino Espírito Santo em Alcântara-Ma une espaços de tempos totalmente diferentes e diversificados contendo características peculiares e próprias que são baseadas na memória de todos que se envolvem e participam desse ato festivo, os quais tem fundamental importância para a preservação e perpetuação conservando-a, de forma reinventada e atualizada dessa celebração.

A festa do Divino Espírito Santo segue um protocolo determinado pela tradição, voltado aos valores reais portugueses e evidencia a presença de uma hierarquia social definida pelo lugar que seus partícipes ocupam. No caso dessa festividade é explícito a oportunidade de se fazer parte da nobreza através da representação dos costumes, vestimentas e funções específicas rememorando ao período monárquico brasileiro.

Com base nas análises de alguns documentos, a exemplo dos jornais, documentos de registros, documentários, fotografias, foi possível conhecer alguns olhares a respeito da festa, os quais foram mudando de perspectiva com o passar do tempo. Vale destacar que ainda é pouco documentada, estudada e registrada, contendo poucos os estudos científicos a respeito dessa festa, visto que a mesma tem uma diversidade significações que precisam ser estudadas e compreendidas.

Durante esse processo investigativo, destacamos a participação de um grupo específico de mulheres, as Caixeiras, que de acordo com fontes documentais sempre estiveram presentes nessa comemoração, destacando seus "batuques", os quais dão um toque

singular e tem a função de promover a devoção ao sagrado, ao Divino. Elas, apesar de pertencerem a localidades distintas, reforçam laços e mantêm a coesão de territórios étnicos.

Como parte constituinte e imprescindível desse ritual, as Caixeiras destacam-se como referência às populações de origem africanas que foram trazidas para a cidade de Alcântara e transformadas em escravos, principal força de trabalho do setor agrícola sobretudo no período colonial alcantarense. Nessa época, Alcântara destacava-se no mercado agroexportador mundial, fator que propiciou a geração de riquezas em detrimento de uma parcela minoritária de indivíduos, os quais determinavam as normas, as leis e os hábitos a serem seguidos pela sociedade. A presença africana, todavia, deixou marcas indeléveis que podem ser identificadas na arquitetura local, nos costumes religiosos, na alimentação, entre outras evidências, que dimensionam os aspectos sociais, econômicos e culturais da cidade e região, dos quais as Caixeiras são parte fundamental.

Estudar a história e a memória dos descendentes que se fizeram presentes nessa região e adentraram a cultura alcantarense, mesmo com o desgosto e desprezo por parte da aristocracia local é imprescindível para podermos perceber os possíveis esquecimentos e silenciamentos que tem no poder dominante como encarregado de produzir "versões ditas como verdadeiras."

No que diz respeito às memórias das Caixeiras, a sua identificação, a consciência da importância da participação delas na festa e o papel desempenhando, ficou marcado que estão sustentadas nas lembranças familiares, na transmissão das experiências compartilhadas envolvendo os laços de parentesco. Essas memórias e seu registro discursivo possibilitam a compreensão do encontro e de múltiplas formas de sociabilidade e de produção de sentidos.

No decorrer das pesquisas, observações e entrevistas, tornou-se evidente que a memória dos participantes da festa se mescla com as lembranças de outras narrativas conhecidas, às suas vivências e referências em relação a essa comemoração. Estes tratam como uma tradição que se refere aos bens culturais, valores, costumes que foram herdados e se agregaram à identidade cultural e social, sendo transmitidas de geração em geração, reinventada como uma feição da identidade coletiva local. A força da tradição baseia-se na devoção ao Divino Espírito Santo e constitui fator essencial para a continuação da celebração.

A partir da utilização da memória como fonte principal, as personagens envolvidos na festa do Divino Espírito Santo baseiam-se na herança cultural deixada por seus antecedentes perpetuada pela linguagem e destacando a sua subjetividade em relação ao legado cultural, a qual acaba se defrontando com a pluralidade possível de representações das diferenças presentes na atualidade. Assim, a festa reatualiza na memória de vários grupos, que a despeito

da sua interação, reproduzem a hierarquia da sociedade local plena de significados fundamentais no processo de preservação das identidades dos seus participantes.

Pesquisar sobre a celebração do Divino por meio da memória dos seus participantes, cujo ponto principal de referência foram as mulheres responsáveis em manter o ritual de devoção ao sagrado, significa a busca pela compreensão de como esse ato de expressão pública de fé ao Divino Espírito Santo se afirma, ontem e hoje, como representação coletiva e de resistência da religiosidade popular e afrodescendente em uma cidade maranhense.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Almanak Histórico de Lembranças Brasileiras-Ma, 1862, 1º Anno de Cezar Augusto Marques

Diccionário Histórico-Geographico da Província do Maranhão, de autoria de Cezar Augusto Marques (1870),

Irmandade de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos, a qual tinha lei própria (Lei Nº 664 de 07 de julho de 1863)

uma lei de Nº 804 de 21 de julho de 1866, art. 33

Jornal *A Campanha* de 21 de maio de 1902, Nº43, Anno I

Jornal *A Campanha*, 08 de outubro de 1902, anno I, nº 163

Jornal *A Campanha*, de 21 de maio de 1902, anno I, nº 43

Jornal *Diário Do Maranhão* de 24 de Maio de 1874, Nº 243, Anno V.

Jornal *O Globo*, 25 de maio de 1945, nº 302

Jornal *O Imparcial* de 15 de Junho de 1927, Anno II, Nº 271

Jornal *O Imparcial* de 26 de Junho de 1929, Anno IV, Nº 1084.

Jornal *Publicador Maranhense* de 24 de Setembro de 1859, Anno XVIII, Nº 215.

Jornal *Publicador Maranhense*, 22 de maio de 1884, anno XVIII, número 61

Jornal *Pacotilha: Jornal da Tarde*, 23 de maio de 1890, anno X, nº 137

Jornal *Pacotilha: Jornal da Tarde*, de 06 de junho de 1881, anno 1, nº 18

MARANHÃO. Leis, Decretos e Resoluções. Província. 1862. San Luiz, 1863.

DEPOIMENTOS

Entrevista com William Guimarães Silva, padre da Igreja Católica de Alcântara realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 16 de janeiro de 2018.

Entrevista com Herli de Sousa Carvalho, mordoma baixa da Festa do Divino Espírito Santo do ano de 2012, realizada Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 30 de maio de 2017.

Entrevista com Moacir Brito, coordenador da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Cláudio Farias presente no documentário Divino povo Alcantarense, Publicado em 21 de

março de 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=NXAU5b0JZcs. Acesso em 20 de março de 2017.

Entrevista com Antônio Barbosa, mestre sala da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 23 de fevereiro de 2017.

Entrevista com Moacir Brito, coordenador da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 23 de fevereiro de 2017.

Entrevista com Antônio do Livramento Boaes Tavares, mestre-sala da Festa do Divino Espírito Santo e coordenador da casa do Divino em Alcântara realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 16 de fevereiro de 2017.

Discurso feito em 21 de maio de 2018 disponível no site <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/politicas-sociais/festa-do-divino-de-alcantara-encerra-com-anuncio-de-reforma-e-criacao-de-casas-de-cultura>. Acesso em 30 de maio de 2018.

Entrevista com Maria Francisca, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 25 de maio de 2017.

Entrevista com Maria Francisca caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 06 de junho de 2017.

Entrevista com Marlene Silva, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de abril de 2017.

Entrevista com Margarida Araújo presente em (BARBOSA, 2009, p. 24).

Roda de conversa "*Um olhar sobre o feminino na Festa do Divino Espírito Santo"*, palestra proferida por Cláudia Rejane Martins Gouveia em 01 de junho de 2017, realizada no IFMA – Campus Alcântara.

Entrevista com Maria Benedita, caixeira da Festa do Divino Santo realizada por Ernestina Fortes Boéures em 12 de maio de 2016.

Entrevista com Irene de Jesus, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 20 de abril de 2017.

Entrevista com Irene de Jesus, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 06 de junho de 2017.

Entrevista com Irene de Jesus, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 25 de maio de 2017

Entrevista com Romana Pimenta, caixeira da Festa do Divino Espírito Santo realizada por Ilanna Maria Izaias do Nascimento em 01 de junho de 2017.

Entrevista com Diego GALDINO, Secretário de cultura do Estado do Maranhão. Discurso feito em 21 de maio de 2018 disponível no site

<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/politicas-sociais/festa-do-divino-de-alcantara-encerra-com-anuncio-de-reforma-e-criacao-de-casas-de-cultura>. Acesso em 30 de maio de 2018.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA: **tradução ecumênica**. São Paulo: Paulinas, 2012.

ABREU, Martha. **O Império do Divino –** Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara:** laudo antropológico. Volume 1– Brasília: MMA, 2006.

_____. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.** Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 10. Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara. São Luís, setembro 2007.

ALVES, J. SÃO BENEDITO. **Novena e biografia**. São Paulo: Paulinas, 2011.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMORA, Antônio Soares. **Dicionário Soares Amora da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ARANHA, Ana Caroline Brito. **Altar do Divino da Mordoma-Régia.** 2018. 1 Fotografias.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís. v. 03, nº. 01, p. 29-66, 1999. Disponível em http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3672. Acesso em: 13 nov. 2017.

BARBOSA, Marise. **Umas mulheres que dão no couro**. São Paulo: Empório de Produções & Comunicação, 2006.

_____. **Caixeiras do Divino de Alcântara:** no bater da minha caixa, estou convidando as foliôa. São Luís: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009.

BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. **Africanos "nações" e políticas internacionais**: o estado do Maranhão e Piauí e as matrizes culturais africanas através do tráfico de escravos (1770-1815). In: 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/reinaldobarroso.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e Céu de Nostalgia:** Tradição e identidade em São Luís do Maranhão. São Luís: Café e Lápis, FAPEMA, 2011.

BOUÉRES, Ernestina. Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara-MA. 2017. 5 Fotografias.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. Série Estudos. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAIRES, Daniel Rincon. **A presença feminina no Museu Casa Histórica de Alcântara.** Texto publicado em 16 de março de 2011 no blog do Museu Casa Histórica de Alcântara. Disponível em: <http://museucasaalcantara.blogspot.com.br/2011/03/presenca-feminina-no-museu-casa.html >. Acesso em: 12 de abr. de 2017.

_____. **Entre Barões, Foguetes e Quilombolas:** Museu Casa Histórica de Alcântara e a institucionalização de discursos e representações sobre a cidade de Alcântara. v. 9, n. 13, jul. 2012 – Dossiê História e Cidade. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/40.> Acesso em: 20 ago. 2017.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n61/a16v31n61.pdf . Acesso em 13 de setembro de 2017.

CARVALHO, Maria Michol Pinho de. Divino Espírito (Re)ligando Portugal/Brasil no Imaginário Religioso Popular. **Anais** do VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa: Junho, 2008. Disponível em http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/188.pdf. Acesso em: 07 jun. 2017.

CARVALHO, Samanta V. C. B Rocha. **"Manifestações Culturais"** In: GADINI, Sérgio Luiz, WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs.) Noções Básicas de Folkcomunicação. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/festasculturais_mercia.pdf.> Acesso em: 16 out. 2016.

CARVALHO, Carlos Jesus de. **Ascensão e Crise da Economia Açucareira no Maranhão:** 1850-1910**.** São Luís: Eduema, 2015.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário de Folclore**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**: Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes. TERRITÓRIOS E IDENTIDADES NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DA AGROVILA PERU NO

MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA – MA. **Dissertação.** Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário Univates. Lajeado, RS, 2014.
Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, SC, 2015

COE, Agostinho Júnior Holanda. **As Irmandades Religiosas em São Luís do Maranhão e sua missão salvacionista.** In Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Julho/ Agosto/ Setembro de 2007 v. 4 ano IV n. 3. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF12/secaolivre.artigo.6-Agostinho.Junior.Holanda.Coe.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Artur Boavinda. **A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades**. In ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA, 2ª série, VII, 2003. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/384/1/Carlos_Cordeiro_p99-122.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

CORRÊA, Luiz Newton. **Festa do Divino Espírito Santo:** Dos Açores ao Brasil, um estudo comparativo. Tese de Doutorado. Universidade de Salamanca, 2012.
_____. Festa do Divino Espírito Santo: um estudo sobre as Festas do Espírito Santo em Portugal. **Anais** eletrônicos do XVI Congresso Brasileiro de Folclore. Florianópolis: outubro de 2013. Disponível em: <http://www.labpac.faed.udesc.br/palestra%20prof%20luiz%20nilton%20correa.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

CORTÊS, Gustavo Pereira. **Dança Brasil!:** festas e danças populares. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.

COSTA, Antonieta. **O Culto do Espírito Santo/The Cult of the Holy Spirit**. Lisboa: Ésquilo, 2008.

CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/cla/index.php/missao>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CRUZ, M. S. R.; MENEZES, J. S.; PINTO, O. FESTAS CULTURAIS: Tradição, Comidas e Celebrações. In **Anais** I Encontro Baiano de Cultura – I EBECULT – FACOM/UFBA. Salvador – Ba, em 11 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/festasculturais_mercia.pdf>. Acesso em: 16 out.2016.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1981.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festa e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. ; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. "**O baú de ossos":** história como parte da memória & memória como parte da história. In Memória, Patrimônio e Identidade – Salto para o Futuro/ TV Escola. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/145632MemorialPatriIdent.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

DOMINICI, Rayan Santos; MARTINS, Valquíria Martins; FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Dom Sebastião:** do mito português a adoração maranhense. In Anais dos Simpósios da ABHR, Vol. 13 (2012). Disponível em <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/579>. Acesso em: 27 fev. 2018.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista:** os descaminhos da liberdade. São Luís: Edufma, 2012.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória Social**: novas perspectiva sobre o passado**.** Ed. Teorema. Lisboa. 1992.

FERREIRA, Celeste Silva. Entre escolhidos e classificadores: apontamentos à aplicação da Lei de 1871 no Maranhão (1871-1888). **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Maranhão. 107 p. São Luís, 2016.

FERRETTI. Mundicarmo Maria Rocha. **Tambor, maracá e brincadeiras de negro do Maranhão na virada do século XIX e início do século XX.** In Um caso de polícia! Pajelança e religiões afro-brasileiras no Maranhão 1876 – 1977. (Org.) Mundicarmo Maria Rocha Ferretti. São Luís: EDUFMA, 2015.

FERRETTI, Sérgio. **Festa do Divino no Maranhão.** Texto publicado no Catálogo da Exposição Divino Toque do Maranhão. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular /IPHAN / MEC, 2005, p 9-29.

_____. **Sincretismo e Religião na Festa Do Divino**. Comunicação originalmente apresentada em mesa redonda no Encontro Internacional sobre o Divino, organizado pelo SESC em São Luís de 16 a 20/05/2007. Disponível em: <http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Sincretismo%20a%20Festa%20do%20Divino.pdf>. Acesso em: 05 de set. 2017.

FIGUEIREDO, Wilmara. **"Divinos maranhenses" no Rio de Janeiro:** Relações entre práticas de sociabilidade e práticas rituais - a Festa do Divino Espírito Santo do Terreiro Cazuá de Mironga em Seropédica - RJ. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 155-67, 2006. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/12627>. Acesso em: 04 mar. 2017.

GOMES, Cristiane Mesquita, GASTAL, Susana; CORIOLANO, Luzia Neide. **Hospitalidade na Festa do Divino**: Seu Festejar em Alcântara e São Luís do Maranhão. CENÁRIO, Brasília, V.3, n.5 | 87– 104 | Dez. 2015. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/16744> Acesso em: 12 mar. 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CONTINS, Marcia. **Entre o Divino e os homens: A arte nas Festas do Divino Espírito Santo**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre: ano 14, n. 29, p. 67-94, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n29/a04v14n29.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2018.

GRIJÓ, Wesley Pereira. **Comunicação e Cultura: A comunicação oral como instrumento de construção da identidade negra**. Revista Internacional de Folkcomunicação, v.6, n.12,

2008. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/640>. Acesso em: 02 mar. 2018.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria.** Venezuela: Anthropos Edtorial, 2004.

_____. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.
Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de preenchimento, versão: 2001. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em : <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/345>. Acesso em: 21 mar. 2018.

LEAL, João. **As Festas do Divino Espírito Santo nos Açores:** Um estudo de antropologia social. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

_____, **Transnacionalidade, etnicidade, sincrestimo: viagens atlânticas das festas do Divino** .R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 351-358, julho de 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2726/3925>. Acesso em: 26 de out. de 2017.

_____. **O culto do divino:** migrações e transformações. Lisboa: Edições 70, 2017.

LEAL. A. **Cultura e Memória: percepções das lembranças re-existentes no tempo**
Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso em:12 fev. 2017.

LE GOFF, J. **História & Memória.** Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, Carlos de. **Vida, paixão e morte da cidade de Alcântara**. São Luís: Plano Editorial SECMA, 1998.

_____. **A Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara** (Maranhão). Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória; Grupo de Trabalho de Alcântara, 1988.

2º Simpósio Internacional de História das Religiões XV Simpósio Nacional de História das Religiões ABHR 2016 Festas de São Benedito em algumas cidades amazônicas: religiosidade, fé e devoção Lúcia Maria Barbosa Lira1 Edgard Soares da Silva2. Disponível em: <http://www.simposio.abhr.org.br/resources/anais/6/1470187813_arquivo_festasdesaobenedit oemalgumascidadesamazonicas.pdf>. Acesso em: 12 Fev. 2017.

LOPES, Antônio. **Alcântara:** Subsídios para a história da Cidade. São Paulo: Siciliano, 2002.

LOPES, José Antonio Viana. (Org). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara:** guia de arquitetura e paisagem. Ed. Bilíngüe. Sevilha: Consejaría de Obras Públicas y Transportes, Dirección de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MAGINA, João Manuel. **O Ciclo do Espírito Santo/ The Holy Ghost Cycle**. Angra do Heroísmo: Nova Gráfica, 2007.

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil.** São Paulo: Atual, 1994.

MAIA, Maiana Roque da Silva; MIRANDA, Ana Caroline Pires. **Ilha do Cajual:** conflitos e mecanismos utilizados na luta pela terra. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoI/eIXO%209%20170bf64a000e1a06af01Maiana%20Maia_Ana%20Caroline%20Miranda.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. **Memórias de Velhos. Depoimentos:** Uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense. São Luís: LITHOGRAF, 1997.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

MELO, Victor Andrade de. **As touradas nas festividades reais do Rio de Janeiro colonial.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 365-392, jul./dez. 2013.

MENDES, Jonas, Jansen; SILVA, Fabrício Brito; Galvão, Ana Talita Freire; SILVA JÚNIOR, Celso Henrique Leite. **Geotecnologias aplicadas no mapeamento de áreas inundáveis na Baixada Maranhense. In** Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Celso_Silva_Junior/publication/276204091_Geotecnologias_aplicadas_no_mapeamento_de_areas_inundaveis_na_Baixada_Maranhense/links/5552130308ae6fd2d81d4053/Geotecnologias-aplicadas-no-mapeamento-de-areas-inundaveis-na-Baixada-Maranhense.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MILHEIRO, Maria Manuela. A Arte e a Festa. O sagrado, o lúdico e o efêmero. In: **Cadernos do Noroeste**. v. 9 n. 2, 1996. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2763290>. Acesso em: 25 set. 2017.

MONTELLO, Josué. **Noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MORAES, Nilson A. **Discurso, Análise de Discurso e Memória**. Disponível em: <http://nilsonmoraes.pro.br/nm/NM-1pdf.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2016.

MORAES JÚNIOR, Haroldo Silva. Mordomo Régio visitando as casas em busca de Doações. 2017. 2 Fotografias.

NASCIMENTO, Ilanna Izaias Maria do. **Memórias das Caixeiras do Divino Espírito Santo em Alcântara-Ma:** tradição, mudanças e resistência da cultura popular afrodescendente. 2017. 7 Fotografias.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In Proj. História, São Paulo, (10) de dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 19 de out. 2017.

NUNES, Izaurina. **Histórias de Alcântara pela voz de seus personagens.** In COMISSÃO MARANHENSE DE FOLCLORE, BOLETIM ON-LINE Nº 15, dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.cmfolclore.ufma.br/arquivos/a21158a1dead3cae48364e94c6a1a61a.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo: julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473062_ARQUIVO_ArtigoAnpuhUSP2011[1].pdf >. Acesso em: 12 de abr. 2018.

ORLANDI, ENI. **O Papel Da Memória** In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. Trad. e introd. José Horta Nunes. Campinas, Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. In: **Revista Sociedade e Estado.** v. 28 n. 3 Setembro/Dezembro 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3.pdf>. Acesso em: 22 de abr. 2018.

PACHECO, Conceição de Maria dos Santos. Tambor de crioula do Maranhão. **Revista Científica Ciência em Curso** – R. cient. ci. em curso, Palhoça, SC, v. 3, n. 1, p. 69-74, jan./jun. 2014. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/ciencia_curso/article/view/1880> Acesso em: 17 de abr. 2018.

PAIVA, Lílian Pacheco Ferreira. A Comensalidade dos Rituais na Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara – Ma e sua Potencialidade Turística**. Dissertação**. Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, SC, 2015.

PEREIRA, Keyla Cristina Santana. Império do Divino: uma análise etnocenológica dos personagens da festa do Divino Espírito Santo em São Luís –Ma. **Dissertação**. Mestrado em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. **Revista do NEHAC** – Núcleo de Estudo em História Social da Arte e da Cultura. n.4, v.4, p. 23-35 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/893/873>. Acesso em: 03 de maio 2018.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio; IN: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____, Michael. Memória e Identidade Social; IN: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade e conflitos. FASCÍCULO 10. Quilombolas atingidos pela Base espacial de Alcântara. São Luís, setembro de 2007.

PORTAL do Divino. Disponível em: <http://www.portaldodivino.com/index_2013.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

PORTAL do Roteiro das festas do Divino Espírito Santo Açores/Comunidades em: Disponível em: <http://roteirodesazores.com>. Acesso em: 20 set. 2017.

PFLUEGER, GRETE. **De Tapuitapera a Villa D'Alcântara: cidades portuguesas, planejadas ou espontâneas?**. In: Textos para Discussão – Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural. Editora Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2008.

REIS. A. C.; SCHUCMAN, L. V. A constituição social da memória: lembranças de uma testemunha da II Guerra Mundial. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, ago. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200010>. Acesso em: 14 ago. 2016.

ROCHA, Maria de Fátima Sopas. "A cada canto seu Esprito Santo" – diversidade e unidade na terminologia da Festa do Divino Espírito Santo. **Tese**. Doutorado em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, 2013.

ROCHA, Danielle Cunha de Souza da. MEMÓRIA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE: o deslocamento da Comunidade Quilombola de Cajueiro em Alcântara-MA. **Dissertação.** Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

RODRIGUES, José Damião. **Das pequenas ilhas ao vasto sertão: os casais açorianos no povoamento de uma fronteira imperial (Amazónia, século XVII)**. In Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2015, n. 15. Disponível em: <http://revistas.um.es/navegamerica>. Acesso em: 20 set. 2017.

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2012.

ROSSATTO, Noeli Dutra. **Hermenêutica Medieval: a Compreensão Espiritual de Joaquim de Fiore**. Trans/Form/Ação, Marília: v. 35, p. 99-118, 2012. Edição Especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SANTOS, Pedro Braga dos. **A sociologia da Festa do Divino.** São Luís: FIPES, 1980.

SANTOS, Ademir Barros dos; REBOCHO, Nuno. A COMPANHIA DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO - ATUAÇÃO NO BRASIL E NO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE: contributos para sua história. IN: <http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/05/Companhia-do-Gr%C3%A3o-Par%C3%A1-e-Maranh%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

_____. **Império em Procissão**. São Paulo: Zahar, 2001.

SILVA, Adriana de Oliveira. **Caminhos do Divino: Festa e Cultura Popular em São luiz do Paraintinga e Lagoinha**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013a.

SILVA, Gyordanna Patrícia Pereira. PRODUÇÃO INTELECTUAL, MOVIMENTO SOCIAL E CONFLITOS: o MABE e a luta em defesa da territorialidade. **Dissertação**. Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Ma. 2013b.

SOARES, José Jorge. **Lugar das Águas**. São Luís: L. Moreira, 2006.

SOUZA, Edilso Fernandes de**. Entre o fogo e o vento: as práticas de batuques e o controle das emoções**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio Imaterial de Quilombolas – limites da metodologia de inventário de referências culturais. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 75-99, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000200004>. Acesso em: 26 de mar. de 2018.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara.** São Luís: Edufma, 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres:** aspectos do catolicismo Popular. Natal: IFRN, 2013.

SOUZA, Marina de Melo. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil – séculos XVIII e XIX. In: JANCSO, István; KANTOR, Iris (Orgs.). Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa. Vols. I, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34,2000.

VASCONCELLOS, Manoel. **Filosofia Medieval: Uma breve introdução**. Pelotas: NEPFIL online, 2014.

VIEIRA, Alberto. **As festas do divino, das ilhas para o Brasil? Um caminho ainda por revelar.** Cadernos de divulgação do CEHA. Projeto "Memória-Nona Ilha"/DRC/SRETC, N.º 05**.** Funchal. Setembro de 2016.

VIVEIROS, Jerônimo. **Alcântara no seu passado econômico, social e político.** São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

.

APÊNDICES

APÊNDICE A– TERMO DE COMPROMISSO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

TERMO DE COMPROMISSO

Através deste, convidamos você para participar da pesquisa intitulada **"MEMÓRIAS DAS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA-MA**: Tradição, mudanças e resistência da cultura popular afrodescendente", que tem como objetivo norteador em analisar a importância das memórias das caixeiras como mecanismo de preservação da cultura popular afrodescendente em Alcântara-Ma.

Para a contribuição e o alcance do objetivo geral da pesquisa foram selecionados os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar o processo constituinte e as influências das memórias das caixeiras;

2. Investigar sobre as alterações da festa do Divino Espírito Santo em Alcântara - Ma ao longo do tempo;

3. Conhecer a visão da população local sobre as caixeiras e a sua importância no ritual religioso;

4. Descrever como é feita a transmissão e a preservação dos elementos constituintes da festa do Divino Espírito Santo em Alcântara-MA, pelas caixeiras e suas possíveis influências.

Como justificativa para a realização dessa investigação, baseia-se na importância de pesquisar e fazer o registro das memórias das caixeiras da Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Alcântara - Ma, tendo como intuito maior valorizar as "referências culturais" dessa festa, especialmente da participação das mulheres negras como expressão da presença africana em terras maranhenses com ênfase na visão que possuem sobre seus antepassados negros e as formas de resistência por meio dos cânticos e do ritual religioso no decorrer da festa, além de destacar e valorizar o papel de importância que as caixeiras do divino têm na festa.

Em relação a sua participação, você estará livre para decidir participar ou não, mas ressaltamos a importância de sua participação e contribuição nessa investigação. Esclarecemos também que a não-participação não acarretará prejuízo algum a sua pessoa; as informações sobre os resultados ficarão a sua disposição, sendo que sua participação não acarretará quaisquer constrangimentos, danos, riscos, ônus ou desconforto à sua pessoa. Os dados coletados serão somente utilizados para fins de pesquisa acadêmica e divulgação do conhecimento sobre o tema proposto. Caso concorde com os termos propostos, solicitamos o preenchimento e sua assinatura neste documento, conforme segue:

Eu,_____, portador documento de identidade nº _____ declaro que, de forma livre e esclarecida, aceito participar do estudo **"MEMÓRIAS DAS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA-MA:** Tradição, mudanças e resistência da cultura popular afrodescendente", desenvolvido pela mestranda Ilanna Maria Izaias do Nascimento, sob a coordenação e orientação da Professora Drª. Maria Aparecida Silva de Sousa, na modalidade de Projeto de Pesquisa Científica, vinculada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Senso* em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Mestrado Acadêmico MINTER/IFMA.

_____ _____

ASSINATURA LOCAL e DATA

APÊNDICE B - FORMULÁRIO APLICADO AS **CAIXEIRAS** DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – (ROTEIRO ENTREVISTA)

_____

2) IDADE _____

3) LOCAL DE NASCIMENTO _____ 4) ESCOLARIDADE _____

5) EM QUE TRABALHA? _____

6) POSSUI FILHOS? _____ SE SIM, QUANTOS? _____

7) QUAL A IMPORTÂNCIA DA FESTA DO DIVINO PARA A SENHORA?
_____
_____

8) DESDE QUANDO PARTICIPA DA FESTA? _____

9) O QUE A SENHORA SABE SOBRE O SURGIMENTO DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE ALCÂNTARA?
_____
_____

10) QUE MUDANÇAS OCORRERAM NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE ALCÂNTARA? COMO ERA ANTIGAMENTE? E O QUE ACHA DAS MODIFICAÇÕES?
_____
_____

11) QUAL A IMPORTÂNCIA DAS CAIXEIRAS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA?

_____
_____

12) QUANDO COMEÇOU A PARTICIPAÇÃO NA FESTA?
_____
_____

13) DE ACORDO COM ALGUMAS INFORMAÇÕES, A PARTICIPAÇÃO DAS CAIXEIRAS NA ORIGEM DA FESTA DO DIVINO TERIA SIDO EM FUNÇÃO DA PRESENÇA DE ESCRAVOS NO MARANHÃO. O QUE A SENHORA SABE SOBRE ISSO?

_____
_____

14) QUANTAS CAIXEIRAS PARTICIPAM DA FESTA ATUALMENTE? E ANTES, COMO ERA?
_____
_____

15) QUAL É A FUNÇÃO DAS CAIXEIRAS NA FESTA?

_____

_____

16) QUAL A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E DOS BATUQUES TOCADOS PELAS CAIXEIRAS PARA A FESTA?

_____

_____

17) COMO A PRESENÇA DAS CAIXEIRAS NA FESTA ERA VISTA ANTIGAMENTE PELOS DEMAIS PARTICIPANTES E COMO É VISTA HOJE? HOUVE MUDANÇAS?

_____

_____

18) QUAIS AS EXIGÊNCIAS PARA SE TORNAR CAIXEIRA DO DIVINO?

_____

_____

19) EXISTE UM INTERESSE DOS MAIS JOVENS EM DAR CONTINUIDADE À TRADIÇÃO DAS CAIXEIRAS?

_____

_____

20) QUAL O SIGNIFICADO DA FIGURA DO IMPERADOR PARA AS CAIXEIRAS?

_____

_____

APÊNDICE C - FORMULÁRIO APLICADO AO **ORGANIZADOR/COORDENADOR** DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – (ROTEIRO ENTREVISTA)

1) NOME COMPLETO
_____

2) IDADE _____

3) LOCAL DE NASCIMENTO _____ 4) ESCOLARIDADE _____

5) PROFISSÃO _____

6) QUAL A IMPORTÃNCIA DA FESTA DO DIVINO NO CALENDARIO DAS FESTIVIDADES RELIGIOSAS DO MARANHÃO?
_____
_____

7) COMO E QUANDO COMEÇOU A PARTICIPAR DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA?
_____

8) HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NA ORGANIZAÇÃO/COORDENAÇÃO DA FESTA?

_____
_____

9) O QUE O SENHOR SABE SOBRE O SURGIMENTO DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE ALCÂNTARA?
_____
_____

10) O QUE MUDOU E O QUE PERMANECEU NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE ALCÂNTARA?
_____
_____

11) QUAL O PROCEDIMENTO/CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DOS FESTEIROS?
_____
_____

12) COMO O CORTEJO É ORGANIZADO? EXISTE UMA HIERARQUIA ENTRE AS PERSONAGENS DA FESTA? POR QUÊ?
_____
_____

13) POR QUE A FESTA HOMENAGEIA O IMPERADOR/A IMPERATRIZ? COMO VÊ ESSA HOMENAGEM À MONARQUIA NO BRASIL REPUBLICANO?
_____
_____
_____

14) POR QUE HÁ ESSA ALTERNÂNCIA DE IMPERATRIZ EM ANO PAR E IMPERADOR EM ANO ÍMPAR NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA?

_____
_____

15) QUEM SÃO AS CAIXEIRAS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA? QUAL A SUA IMPORTÂNCIA?

_____
_____

16) DE ACORDO ALGUMAS INFORMAÇÕES, A PARTICIPAÇÃO DAS CAIXEIRAS NA ORIGEM DA FESTA DO DIVINO TERIA SIDO EM FUNÇÃO DA PRESENÇA DE ESCRAVOS NO MARANHÃO. O QUE O SENHOR SABE SOBRE ISSO?

_____
_____

17) QUAL É A FUNÇÃO DAS CAIXEIRAS NA FESTA? COMO ELAS SÃO VISTAS PELOS DEMAIS PARTICIPANTES?

_____
_____

18) ATUALMENTE, COMO É A PRESENÇA E ATUAÇÃO DAS CAIXEIRAS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO?

_____
_____

APÊNDICE D - FORMULÁRIO APLICADO AO **IMPERADOR/MORDOMO-RÉGIO/MORDOMO-BAIXO** DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – (ROTEIRO ENTREVISTA)

1) NOME COMPLETO
_____

2) IDADE _____

3) LOCAL DE NASCIMENTO _____ 4) ESCOLARIDADE _____

5) PROFISSÃO _____

6) QUAL A IMPORTÂNCIA DA FESTA DO DIVINO PARA VOCÊ?
_____
_____

7) JÁ PARTICIPOU ALGUMA VEZ DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO? SE SIM, QUAL FOI A SUA FUNÇÃO NA FESTA?
_____
_____

8) COMO COMEÇOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO?
_____
_____

9) O QUE VOCÊ SABE SOBRE O SURGIMENTO DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE ALCÂNTARA?
_____
_____

10) POR QUE A FESTA HOMENAGEIA O IMPERADOR/IMPERATRIZ? QUAL É A SUA FUNÇÃO?
_____
_____

11) COMO VOCÊ VÊ A PRESENÇA DAS CAIXEIRAS NA FESTA? QUAL A IMPORTÃNCIA DA PARTICIPAÇÃO DELAS NA FESTA?
_____
_____

12) DE ACORDO ALGUMAS INFORMAÇÕES, A PARTICIPAÇÃO DAS CAIXEIRAS NA ORIGEM DA FESTA DO DIVINO TERIA SIDO EM FUNÇÃO DA PRESENÇA DE ESCRAVOS NO MARANHÃO. O QUE SABE SOBRE ISSO?
_____
_____

APÊNDICE E - FORMULÁRIO APLICADO AO **MESTRE SALA** DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – (ROTEIRO ENTREVISTA)

1) NOME COMPLETO
_____

2) IDADE _____ ESCOLARIDADE

3) QUAL A IMPORTÃNCIA DA FESTA DO DIVINO PARA VOCÊ?
_____
_____

4) JÁ PARTICIPOU ALGUMA VEZ DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO? SE SIM, QUAL FOI A SUA FUNÇÃO NA FESTA?
_____
_____

5) COMENTE COMO COMEÇOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO?
_____
_____

6) O QUE VOCÊ SABE SOBRE O SURGIMENTO DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE ALCÂNTARA?
_____
_____

7) O QUE MUDOU E O QUE PERMANECEU NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE ALCÂNTARA?
_____
_____

8) QUAL A IMPORTÂNCIA DA FIGURA DO MORDOMO RÉGIO NA FESTA DO DIVNO ESPÍRITO SANTO E QUAL A SUA FUNÇÃO?
_____
_____

10) QUEM SÃO AS CAIXEIRAS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA? QUAL A SUA IMPORTÂNCIA?
_____
_____

12) ATUALMENTE, A PRESENÇA E ATUAÇÃO DAS CAIXEIRAS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO PERMANECE A MESMA? COMO ELAS SÃO VISTAS PELOS DEMAIS PARTICIPANTES DA FESTA?
_____
_____

DE ACORDO ALGUMAS INFORMAÇÕES, A PARTICIPAÇÃO DAS CAIXEIRAS NA ORIGEM DA FESTA DO DIVINO TERIA SIDO EM FUNÇÃO DA PRESENÇA DE ESCRAVOS NO MARANHÃO. O QUE SABE SOBRE ISSO?

APÊNDICE F - FORMULÁRIO APLICADO AO **PÁROCO** DA IGREJA DE ALCÂNTARA– (ROTEIRO ENTREVISTA)

1) NOME COMPLETO
_____

2) IDADE _____ ESCOLARIDADE

3) QUAL A IMPORTÃNCIA DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NO CALENDÁRIO DAS FESTIVIDADES DA IGREJA NO MARANHÃO?
_____
_____

4) O QUE O SENHOR SABE SOBRE O SURGIMENTO DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE DE ALCÂNTARA?
_____
_____

5) O QUE MUDOU E O QUE PERMANECEU NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NA CIDADE?
_____
_____

6) QUAL O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA CELEBRAÇÃO REALIZADA NA IGREJA NOS DIAS DE FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO?
_____
_____

7) QUAL A FUNÇÃO DAS PESSOAS (PERSONAGENS) QUE PARTICIPAM DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO? EXISTE UMA HIERARQUIA? QUAL?
_____
_____

8) POR QUE HÁ ESSA ALTERNÂNCIA DE IMPERATRIZ EM ANO PAR E IMPERADOR EM ANO ÍMPAR NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA?
_____
_____

9) QUEM SÃO AS CAIXEIRAS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA? QUAL O SIGNIFICADO DA SUA PARTICIPAÇÃO?
_____
_____

10) QUANTAS CAIXEIRAS PARTICIPAM NA FESTA? QUAL A FUNÇÃO DELAS NA FESTA?
_____
_____

11) ATUALMENTE, COMO É A PRESENÇA E ATUAÇÃO DAS CAIXEIRAS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO?
_____
_____

12) DE ACORDO ALGUMAS INFORMAÇÕES, A PARTICIPAÇÃO DAS CAIXEIRAS NA ORIGEM DA FESTA DO DIVINO TERIA SIDO EM FUNÇÃO DA PRESENÇA DE ESCRAVOS NO MARANHÃO. O QUE O SENHOR SABE SOBRE ISSO?

_____
_____

13) COMO A PRESENÇA DAS CAIXEIRAS É VISTA PELOS DEMAIS PARTICIPANTES DA FESTA?

_____
_____

14) COMO O SENHOR VÊ A HOMENAGEM FEITA AO IMPERADOR/IMPERATRIZ MESMO APÓS O FIM DA MONARQUIA NO BRASIL? QUAL O SIGNIFICADO DESSAS PERSONAGENS PARA A POPULAÇÃO?

_____
_____

15) COMO A IGREJA VÊ A JUNÇÃO DO RELIGIOSO E DO PROFANO NA FESTA DO DIVINO?

_____
_____

ANEXOS

ANEXO A - Discurso de D. Pedro II presente no Jornal *Publicador Maranhense* 24 de setembro de 1859. Anno XVIII, Nº 215.

" A tranquillidade publica permanece inalteravel em todo o paiz.

" Para melhor conhecer as provincias do meu imperio, cujos melhoramentos moraes e materiaes são o alvo de meus constantes desejos e dos esforços do meu governo, decidi visitar as que ficão ao norte da do Rio de Janeiro, sentindo que a estreiteza do tempo que media entre as sessões legislativas me obrigou a percorrer sómente as provincias do Espirito-Santo, Bahia, Sergipe, Alagôas, Pernambuco, e Parahyba, reservando a visita das outras para mais tarde.

"Não posso deixar de manifestar-vos o meu reconhecimento pelos meios com que habilitastes meu governo para prover ás necessidades do serviço publico.

" Augustos e dignissimos Srs. representantes da nação, vosso amor á causa publica afiança-me que vos empenhareis em robustecer cada vez mais no espirito de vossos concidadãos a convicção de que, sem a fiel observancia da constituição e das leis, não podem os brasileiros ser felizes.

" Está encerrada a sessão."

ANEXO B - *O Imparcial* de 26 de junho de 1929, Anno IV, nº 1084

RUINAS AUGUSTAS

A casa do Imperador...

E' uma casa, ou melhor, uma ruina que dá impressão, no mesmo tempo, do ouro que correu em Alcantara e da veneração com que os grandes senhores da antiga nobreza brasileira cultuavam D. Pedro II, o magnanimo monarcha que esperou a justiça de Deus na vóz da Historia...

E' uma ruina solenne, que imprime respeito até pelas peças de granito e marmore que rolam em derredor, bem lavradas, de flores esculpidas.

Em Alcantara, passa da bocca dos velhos para a dos novos, a historia daquellas ruinas augustas.

Antonio Raymundo Franco de Sá foi o seu constructor. Era elle um dos fidalgos mais ricos da familia tradicional dos Franco de Sá.

Pelas referencias que consegui colher entre a velhice alcantarense, teria sido educado na Côrte

O senhor seu pae, dono de ri- predio pegado, tinha a casa quatro frentes.

Um dia, entretanto, que não se, se era bello ou feio, alguem que não gostava do rico fidalgo, o mandou deste para um mundo que dizem ser melhor, com terrivel veneno.

Com a morte de Antonio Raymundo Franco de Sá, a casa passou para a propriedade dos filhos que o rico fidalgo possuia.

Um delles, de nome Joaquim deu-se pressa em vendel-a, por pouco mais ou nada a um certo Custodio Belchior, mais conhecido por Cavaignac. Surgiu questão no fôro alcantarense. Os irmãos protestaram contra o procedimento de Joaquim, que não se contentando em vender somente a parte que por direito lhe pertencia, avançou na dos outros.

O juiz de Alcantara, nesse tempo, era o supplente em exercicio, José Joaquim da Costa Estrella, pae do actual collector estadual, Benedicto Estrella.

ANEXO C - O Imparcial 15 de junho de 1927 – Ano II, nº 271.

Goodyear Se V. S. equipar o seu auto com GOODYEAR terá tranquilidade, economia de tempo e de dinheiro pela durabilidade do artigo.
Stokistas ANTHENO MATTOS & IRMÃO
Praça João Lisbôa 14 B

O IMPARCIAL

DIARIO MATUTINO E INDEPENDENTE

DIRECTOR-GERENTE—J Pires — REDACTOR-CHEFE—João Alfredo de Mendonça

ANNO II — BRASIL—ESTADO DO MARANHÃO—S. LUIZ—Quarta-feira, 15 de Junho de 1927 — N. 271

OS PHOSPHOROS A B C (cêra) BRILHANTE (madeira) CONQUISTARAM O PRIMEIRO LUGAR

OS PRINCIPES DE ORLEANS NO MARANHÃO

As recordações pessoaes do Principe D. Pedro sobre o Imperador D. Pedro II

SUA ALTEZA RECTIFICA EPISODIOS HISTORICOS TORNADOS LENDARIOS

A visita á historica cidade de Alcantara

Têm muita opportunidade, no momento em que o Maranhão recebe a visita do Principe Dom Pedro de Orleans e Bragança, os seguintes topicos de uma interessante entrevista, que Sua Alteza concedeu ao "Globo", a brilhante folha carioca.

O jornalista que o entrevistou pedira ao Principe as suas impressões pessoaes sobre o Imperador, ao que S. Alteza respondeu:

—Eu tinha 14 annos. Depois, nunca viviamos juntos.

Effectivamente, se o Imperador morava na Quinta da Bôa Vista e no Paço da Cidade, a princeza Isabel residia em Laranjeiras. Mesmo em Petropolis, D. Pedro II habitava o palacio da rua Sete de Setembro, e a Princeza o outro da rua Treze de Maio.

Principe e avô encontravam-se

Foi extraordinario como D. Pedro, mais velho que o avô do retrato, apresentou um aspecto ainda mais despreoccupado do que elle, ao chegar a suas recordações de creança. D. Pedro remoçava contando-as, e tinha um sorriso, que se diria ser para o menino entrevisto em palacio povoado de antiguidades, de obras de arte, affeições grandes e esperanças tambem grandes. Já estava proclamada a Republica — conta D. Luiz — e os principes, vendo passar pelo palacio de Petropolis bandos de manifestantes, aos gritos, soltando bombas e foguetes, pensaram ser aquillo regosijo popular, muito commum á cidade naquelle tempo.

D. Pedro fala agora sem interrupção:

—Uma vez por semana nós iamos almoçar, ou jantar, no Paço

dro sorria antes de falar. S. Alteza completa:

—Lembranças pessoaes, tenho as nitidas só do carnaval. Meu avô sahia a carro nas tardes de... "entrudo", como se chamava nesse tempo. Está-se vendo que, com o espirito democratico do Imperador, atiravam-lhe "limões de cheiro". Elle não deixava nunca de corresponder, e era visto, de vez em quando, o seu braço levantar-se com gesto de atirar, e atirava mesmo. Muito alegre — remata o neto sempre a sorrir.

Pedimos á memoria de D. Pedro um facto, um juizo do Imperador nessa época, nas visitas, nas sabbatinas. Só depois é que reparamos que a vida é memoravel... O principe revia a sua meninice, unicamente como meninice, não tendo pensado antes

ANEXO D - Programação oficial da Festa do Divino Espírito Santo em AlcântaraMa

FESTA DO DIVINO ESPIRITO SANTO

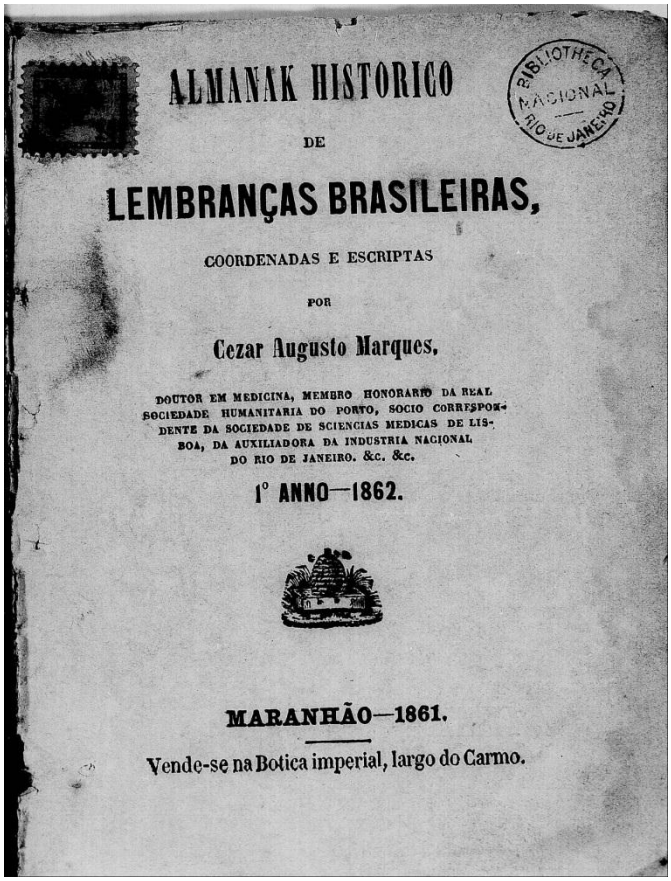
DE 24 DE MAIO A 05 DE JUNHO 2017

ALCANTARA-MA

Data	PROGRAMAÇÃO	Horários
24/05/2017 Quarta feira	Passeata e levantamento do mastro do imperador **Luis Augusto Silva Pinheiro**	15:00hs
25/05/2017 Quinta feira	Alvorada das caixeiras e músicos no Mastro do Império Missa solene na igreja do Carmo com a coroação do Imperador e em seguida passeata do cortejo pelas ruas da cidade prisão dos mordomos pelo império	05:00hs 09:00hs 15:30 Hs
26/05/2017 Sexta Feira	Passeata e Levantamento do mastro da mordomo régio **Haroldo Silva Moraes Junior** Ladainha na igreja de nossa Senhora do Carmo	15:00hs 20:00hs
27/05/2017 Sábado do meio	Alvorada das caixeiras e músicos no mastro da Mordomo Régio Missa na igreja Nossa Senhora do Carmo , visita do mordomo Régio: **Haroldo Silva Moraes Junior** ao Império	05:00hs 19:30Hs 21:00Hs
28/05/2017 Domingo do meio	Missa solene na Igreja de Nossa Senhora do Carmo em seguida visita do Império aos Mordomos	09:00hs
29/05/2017 Segunda feira	Missa na Igreja de Nossa Senhora do Carmo , Cortejo do império e mordomos pelas ruas cidade retornando a casa do império	19:30Hs 20:00hs
30/05/2017 Terça feira	Missa na Igreja de Nossa Senhora do Carmo , visita do Mordomo Baixo : **Hans Wandryo Campos** ao império	19:30Hs 21::00HS
31/05/2017 Quarta. Feira	Missa na Igreja de Nossa Senhora do Carmo , visita da Mordoma Baixa: **Magda Regina Amorim Barbosa –ao império** Visita do Mordomo Baixo: **Marfeson Silva Cantanhede ao Império**	19:30Hs 20:30HS 21:00HS
01/06/2017 Quinta feira	Missa na Igreja de Nossa Senhora do Carmo , visita da Mordoma Baixa : **Aira Ezequiela Girao de Meneses Rodrigues-** ao império	19:30Hs 21:00HS
02/06/2017 Sexta Feira	Corrida dos bois, Missa na Igreja de Nossa Senhora do Carmo visita do Mordomo Baixo : **Luis Jorge Ribeiro Serejo ao Império**	15:30Hs 19:30Hs 21:00hs
03/06/2017 Sábado	Entrega das esmolas aos idosos Missa na igreja de Nossa Senhora do Carmo , visita do Imperador : **Luis Augusto Silva Pinheiro**	09;00hs 19:30Hs 21:00HS
04/06/2017 Domingo	Missa solene na igreja de Nossa Senhora do Carmo em seguida cortejo do Império e mordomos pelas ruas da cidade retornando a casa do Divino, procissão da Santa Crôa e a leitura do peloro para os festeiro de 2018	09:00Hs 17:00Hs
05/06/2017 Segunda Feira	Entrega dos postos aos novos festeiros de 2018	09:00hs

Coordenador

ANEXO F - *Almanak Histórico de Lembranças Brasileiras-Ma*, 1862, 1º Anno



ALMANAK HISTORICO

DE

LEMBRANÇAS BRASILEIRAS,

COORDENADAS E ESCRIPTAS

POR

Cezar Augusto Marques,

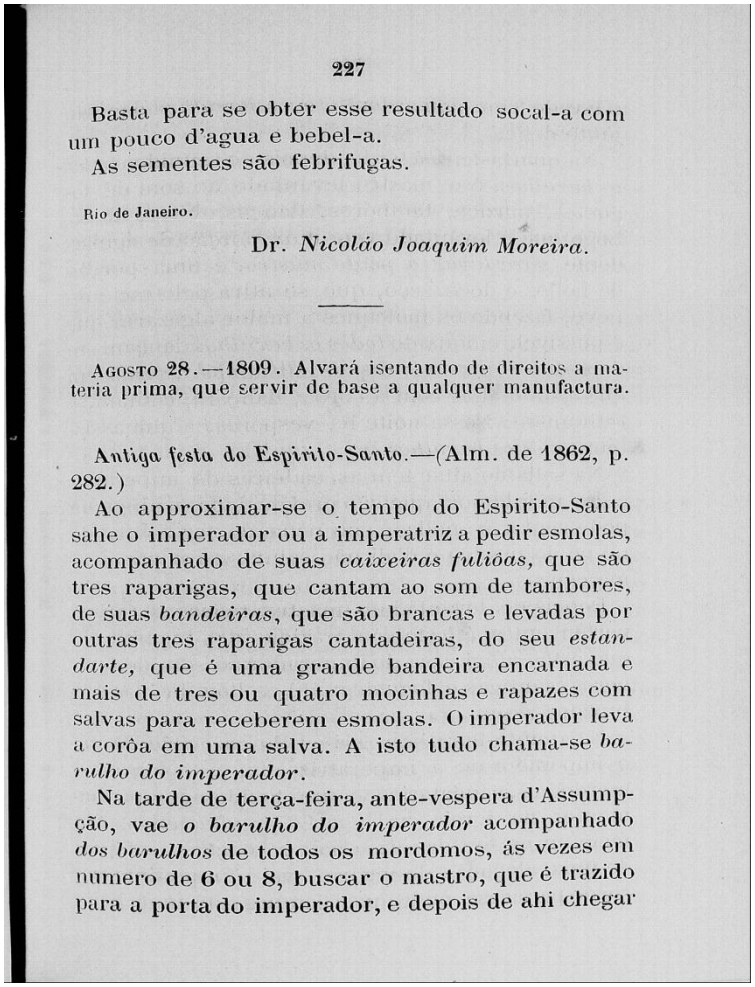
DOUTOR EM MEDICINA, MEMBRO HONORARIO DA REAL SOCIEDADE HUMANITARIA DO PORTO, SOCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE DE SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA, DA AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. &c. &c.

1º ANNO—1862.

MARANHÃO—1861.

Vende-se na Botica imperial, largo do Carmo.

BIBLIOTHECA NACIONAL RIO DE JANEIRO



227

Basta para se obter esse resultado socal-a com um pouco d'agua e bebel-a.

As sementes são febrifugas.

Rio de Janeiro.

Dr. *Nicoláo Joaquim Moreira.*

Agosto 28.—1809. Alvará isentando de direitos a materia prima, que servir de base a qualquer manufactura.

Antiga festa do Espirito-Santo.—(Alm. de 1862, p. 282.)

Ao approximar-se o tempo do Espirito-Santo sahe o imperador ou a imperatriz a pedir esmolas, acompanhado de suas *caixeiras fuliôas,* que são tres raparigas, que cantam ao som de tambores, de suas *bandeiras*, que são brancas e levadas por outras tres raparigas cantadeiras, do seu *estandarte,* que é uma grande bandeira encarnada e mais de tres ou quatro mocinhas e rapazes com salvas para receberem esmolas. O imperador leva a corôa em uma salva. A isto tudo chama-se *barulho do imperador*.

Na tarde de terça-feira, ante-vespera d'Assumpção, vae *o barulho do imperador* acompanhado *dos barulhos* de todos os mordomos, ás vezes em numero de 6 ou 8, buscar o mastro, que é trazido para a porta do imperador, e depois de ahi chegar

ANEXO G - jornal *Pacotilha: Jornal da Tarde*, de 06 de junho de 1881, anno 1, nº 18

Damos um doce a quem nos trouxer cousa mais, triste, mais monotona. mais aborrecida do que seja o batuque das caixeiras e o canto invariavel das imperatrises que se passeiam durante todo o dia e toda a noite, com o fim revolucionario de opoquentar as orelhas do povo em geral e glorificar o *Espirito Santo* em particular.

Ainda nos parece ouvir o maldito batuque das caixeiras—corja de cacetes !